

# MALALA

n.2

Boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)

mar. 2014

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da  
Universidade de São Paulo (USP)



## *Malala*

n.2 – mar. 2014

boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)  
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)  
Universidade de São Paulo (USP)

### **Comissão editorial**

Ariel Finguerut

Cila Lima

Danilo Guiral Bassi

### **Coordenação**

Peter Robert Demant

**Capa:** foto gentilmente cedida por Marcos Alan Ferreira

Malala Yousafzai no dia 12 de julho de 2013, ao completar dezesseis anos, falou no plenário das Nações Unidas sobre educação, luta e coragem, declarando, logo no início, que “não sabe ao certo o que as pessoas esperam dela”.

Malala desperta desconfianças e também expectativas. Com seus 16 anos recém-completos, ela pode ainda mudar de opinião, de postura ou até mesmo pode rever suas bandeiras e relação com o islã. Portanto sabemos dos riscos que estamos aceitando ao escolher *Malala* como nome de nosso boletim eletrônico.

Sua trajetória, de menina paquistanesa que, no dia 9 de outubro de 2012, foi alvejada no rosto, em ataque assumido pelo grupo extremista Talibã, em resposta à sua luta por educação, tanto pela internet como em dimensão internacional, com divulgação pela grande mídia, até seu discurso na ONU em comemoração aos seus 16 anos e recuperada do atentado desperta grande comoção. O mundo conheceu a luta dessa jovem muçulmana por educação, igualdade e contra o extremismo religioso. Sem se deixar vencer ou silenciar (já que se salvou do ataque), nem se colocando como vítima, nem prometendo vingança ou declarando “guerra”, Malala mostrou a força de suas (delicadas, mas assertivas) palavras, declarando na ONU que ela, Malala, é “uma garota entre muitas”.

Para nós, Malala mais do que um símbolo político é uma inspiração acadêmica. Ela nos leva a pensar que podemos transcender e vencer preconceitos, superar estereótipos e criar um espaço para discussão e troca de ideias sem medo, com pluralidade, coragem e abertura, sem abrir mão de textos claros, de pesquisas sérias e de debates com ideias que muitas vezes podem ser conflitantes sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano.



## SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS, OS BAHÁ'IS E O ORIENTE MÉDIO – ENTREVISTA DE MARCOS ALAN S. V. FERREIRA E FLAVIO RASSEKH AO BOLETIM <i>MALALA</i> .....	3
IMPERIALISMO E GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE: A TRAGÉDIA SÍRIA (PETER DEMANT).....	15
O EGITO EM UMA ENCRUZILHADA: A INFLUÊNCIA DOS MILITARES NA POLÍTICA E UMA SOCIEDADE DIVIDIDA (JOSÉ ANTONIO LIMA).....	39
UM DIÁRIO VIKING SUECO EM DUBAI (KATARINA AUSENIUS) – TRADUÇÃO: DANIELLA KOHNEN ABRAMOVAY.....	61
“A MAIORIA DOS ISRAELENSES NÃO ESTÁ ESCUTANDO” – RESENHA DO FILME: <i>THE GATEKEEPERS</i> (NATALIA NAHAS CARNEIRO MAIA).....	71
COSTUME E ESTRUTURA NO ORIENTE MÉDIO: DA DINÂMICA FAMILIAR AOS REGIMES POLÍTICOS – A RESENHA DO LIVRO: <i>WHAT’S REALLY WRONG WITH THE MIDDLE EAST</i> (ALCINDO GABRIEL FRANCISCO).....	87



## DIREITOS HUMANOS, OS BAHÁ'IS E O ORIENTE MÉDIO

Entrevista de Marcos Alan S. V. Ferreira e Flavio Rassekh ao boletim *Malala*<sup>1</sup>

---

O ano de 2014 começa com grandes desafios para o Oriente Médio e para Mundo Muçulmano. Dos impasses entre Israel e os palestinos, a transição de poder no Irã e ainda podemos observar desdobramentos sociais, culturais e políticos da Primavera Árabe. Em meio a estes desafios políticos, também temas históricos seguem na agenda da política internacional. Dentre eles o papel dos direitos humanos e de instituições e regimes internacionais como por exemplo as próprias Nações Unidas que podem ser tanto um fórum para a discussão de ideias e de alternativas políticas como também um símbolo da ineficácia e das dificuldades de se avançar em temas tão sensíveis.

Para discutir estes temas entrevistamos Marcos Alan S. V. Ferreira, Docente do Departamento de Relações Internacionais na Univ. Federal da Paraíba (UFPB) e coordenador do Grupo de Estudos em Religião e Relações Internacionais na mesma instituição e Flavio Rassekh, ligado a comunidade Baha'i brasileira e ativo nas discussões em fóruns internacionais que envolve o Irã, os Direitos Humanos e os Baha'is.

---

**Boletim *Malala*:** Marcos, gostaria que você contasse um pouco dos rumos que sua pesquisa está tendo no pós-doutorado. Embora possamos dizer que você ainda seja um “recém doutor”, li hoje uma citação num artigo de Pierre Bourdieu na qual ele dizia que “pensadores e intelectuais são como navios de cruzeiro, levam um tempo inacreditavelmente longo para mudar de direção”, isso quer dizer que provavelmente suas inquietações de hoje, os temas que te incomodam ainda dialogam e trazem muitos

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada por Ariel Finguerut.

dos temas e da suas pesquisas mais antigas. Se você puder, nos conte quais são os temas que te incomodam e seus desafios intelectuais até e neste momento.

**Marcos Alan:** Minha pesquisa de doutorado em ciência política, defendido em 2010 na UNICAMP, versou sobre as acusações de que haveria financiamento ao terrorismo na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Especificamente, fiz uma análise comparada da visão do governo brasileiro e do norte-americano no período pós 11 de setembro. Ao me enveredar por essa pesquisa, inevitavelmente precisei entender mais a fundo o que se entende hoje por terrorismo, por que o Islã é rotulado como uma Fé radical e quais as implicações dessas percepções. Na prática, me incomodava a visão de que o muçulmano fosse rotulado e tivesse seus direitos civis limitados pelo fato de duas dezenas de homens da mesma religião ter cometido um ato condenável em território estadunidense. Ainda mais, tenho a visão de que, em uma perspectiva histórica, as grandes religiões tiveram um papel importante na construção de civilizações, de uma *Weltanschauung* que permitiu avanços científicos marcantes e efetivos na história humana – vide os avanços na época áurea do Islã. Nesse sentido, mais do que uma visão comum de que a religião é fonte de conflitos, uma questão que se manteve em minhas pesquisas foi como ela pôde então construir padrões de convivência e estrutura social que perduram por milênios. Voltando a minha pesquisa de doutorado, com uma contribuição especificamente singela, tentei mostrar como se construiu essa visão negativa da comunidade muçulmana que vive na Tríplice Fronteira e as implicações desse olhar negativo que foi historicamente construído. Como continuidade desse empreendimento de superar uma visão negativa da religião - mas sem deixar de lado a criticidade a esse elemento cultural tão importante na grande maioria das culturas humanas - hoje me desdobre em duas frentes de pesquisa: os desafios para a construção da paz na América do Sul e o papel da religião nas Relações Internacionais. Na primeira frente, à luz da obra do norueguês Johan Galtung, tento retomar um pouco da minha trajetória como um bacharel em Ciências Sociais ao compreender a questão da paz com uma perspectiva que supera a simples luta de poder entre os Estados. Valores culturais, religiosos e políticos que promovam a cultura de paz - tenho como hipótese - são fundamentais na construção de uma região mais pacífica. Já a segunda frente entra em um empreendimento mais teórico, de rever os conceitos e obras que buscam entender o

papel da religião e da cultura na diplomacia - em que a Escola Inglesa<sup>2</sup> se destaca em seu primeiro momento - para superar aquela visão dita anteriormente de que a religião é fonte de conflito. Mais que isso, concebo que a religião é um sistema de conhecimento importante para uma parcela significativa (aliás, a maioria) da humanidade. O que isso significa? Que para muitos habitantes do planeta, o que é considerado verdade e o que é fonte de compreensão e Guia provém de um Livro Sagrado ou de uma crença transcendental. O outro sistema de conhecimento da humanidade - a ciência - é igualmente importante e jamais deve ser negligenciado, com o risco de cairmos nas armadilhas da superstição cega, algo já visto na Idade Média. Dentro desse panorama, como o campo de conhecimento das Relações Internacionais encara a religião? Quais as perspectivas teóricas e o arcabouço conceitual construído em torno do tema? Quais são as áreas que podemos avançar? Essas são algumas das questões que martelam minha mente e me impelem a investigar mais a temática.

**B.M.:** Entremos agora numa discussão mais específica sobre Oriente Médio, Islã e os Baha'is. Como você avalia os estudos e os trabalhos que estão sendo feitos no BR sobre estes temas? Há uma tendência de estudos que se dizem “críticos”, que buscam “outros olhares” mas que muitas vezes caem numa “defesa” ou se propõem há fazer uma “denúncia” de velhos temas como imperialismo, orientalismo, islamofobia etc. Me parece que a antiga tradição de estudos mais geopolíticos, com enfoque na segurança por exemplo, está em baixa. Qual sua avaliação do atual momento nos estudos “sobre oriente médio e mundo muçulmano” ? Se possível gostaria que você comentasse também sobre as pesquisas e trabalhos que visam informar e também denunciar a situação dos Bahá'is no Oriente Medio. Que avaliação você faz destes trabalhos ? A sociedade internacional hoje não pode mais alegar que desconhece o que se passa com os Bahá'is , principalmente no oriente médio?

**M.A.:** Meu envolvimento com a Fé Bahá'í, se deu a partir do conhecimento junto a um colega de universidade. A partir daí, houve uma simpatia com o que ela propõe que fez com que eu escolhesse suas ideias como guia até os dias atuais. Hoje estou mais envolvido com os programas educacionais promovidos pela Fé na região Nordeste, em

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a escola Inglesa das relações internacionais conferir <http://www.polis.leeds.ac.uk/research/international-relations-security/english-school/>. Acesso em: 22 jan. 2014.

especial com o Instituto Ruhí que promove educação voltada a virtudes e ação social para crianças e adolescentes.

Assim como em boa parte do planeta, sinto que infelizmente há uma abordagem maniqueísta na maneira como se trata o Islã e o Oriente Médio. De um lado, se adota uma postura condescendente com Israel e as potências ocidentais que se soma muitas vezes a uma simplificação do que é o Islã. De outro, há uma criticidade a Israel, às potências ocidentais, mas se perdem de vista algumas violações graves aos direitos humanos capitaneados por países de maioria islâmica. Ao generalizar, não deixo de reconhecer que há exceções. Mas infelizmente se segue esse caminho que não permite o diálogo entre diferentes visões do que é o Islã, o Oriente Médio e o papel de Israel na região. Acho que isso é um resultado dos embates políticos que envolvem esses atores e que se transladam para a academia. Quanto a Fé Bahá'í, a temática ainda é raramente trabalhada no Brasil, embora no exterior tenhamos inclusive uma associação de estudos dessa religião, a *Association of Bahá'í Studies*, tal é a importância de compreender academicamente uma religião que tem mais de 6 milhões de adeptos. Penso que esses números pequenos de estudos não são exclusivos para a questão bahá'í. Os estudos de Oriente Médio, de uma maneira geral, tem ainda um número pequeno de pesquisadores no Brasil - o que torna ainda mais importante uma iniciativa como desse boletim. O Oriente Médio guarda uma complexidade de línguas, etnias, grupos políticos, que demandam uma compreensão ampla da região para além de uma simplificação geopolítica. Áreas como Antropologia, Sociologia e Ciência Política são fundamentais para a compreensão da região e a superação das fragilidades que você aponta na pergunta. Sobre os trabalhos que tratam dos bahá'ís e o Oriente Médio são quase inexistentes na academia. O que existe - com considerável força - são relatórios dirigidos de ONGs focadas em Direitos Humanos e algumas breves menções na imprensa. Embora o mundo não mais desconheça os absurdos e limitações de direitos dos bahá'ís no Irã e, em menor medida, Egito e algumas outras nações do Oriente Médio, há uma grande lacuna de estudos sobre o tema dentro da academia brasileira.

**B.M.:** Seguindo no tema “a situação dos bahais” no oriente médio. Falemos mais especificamente do Irã. Estamos agora num momento de transição política, após 8 anos da presidência de Mahmoud Ahmadinejad - marcados por um retórica para alguns

populista, para outros nacionalista mas sobretudo com forte elementos antissionistas, antisemitas e também com grande autoritarismo frente os seus críticos, tanto domésticos como externos. Vivemos agora o início do governo de Hassan Rouhani – que não só sinaliza uma tentativa de diálogo com os EUA como ao contrário de Ahmadinejad, não nega o holocausto. Gostaria de saber sua avaliação tanto do governo Ahmadinejad, como das primeiras iniciativas do governo Rouhani e se possível, gostaria que em sua resposta você destacasse a relação dos Bahai's com o regime iraniano.

**M.A.:** No governo Ahmadinejad vimos uma piora considerável da situação dos direitos humanos no Irã. Para além das limitações impostas aos bahá'ís no acesso à educação superior e a prisão de lideranças religiosas que até hoje permanecem encarcerados - os Yarán -, outras minorias como cristãos, jornalistas, homossexuais e curdos sofreram violações dos seus direitos no Irã. Já no governo Rouhani, ainda é difícil avaliar o quanto ele avançará nessas questões. Não obstante seu discurso, os jovens bahá'ís em idade universitária continuam impedidos de denominar sua crença nos formulários de admissão no ensino superior. Os Yarán continuam presos sem uma perspectiva de libertação no horizonte - pessoas que foram presas simplesmente por professar uma Fé. Sobre a relação dos bahá'ís com o regime, qualquer ligação foi interrompida após a Revolução Islâmica de 1979. Funcionários e administradores públicos bahá'ís foram demitidos e alvarás de funcionamento de comércio de bahá'ís foram cancelados em diversas partes do país. O grande problema é que a cúpula do governo vê a religião bahá'í como uma heresia. Algo parecido e visto por setores radicais da população. Como Bahá'u'lláh - Profeta Fundados da Fé Bahá'í - professou sua missão em 1863, isso é considerado heresia pois há uma interpretação do ramo do Islã que esteve no governo de que Muhammad é o selo dos Profetas e qualquer um que se diga Profeta após a vinda dele, seria um herege. Não obstante, o trecho do Alcorão que se refere a Muhammad como selo dos Profetas é interpretado pela Fé Bahá'í como uma alusão de que o Profeta do Islã foi o último dentro de um ciclo que vai de Abraão a Maomé e que o Báb (Mirzá Ali Muhammad, arauto da Fé Bahá'í) inicia um novo ciclo. Em resumo, a interpretação de um grupo específico - que hoje está presente no governo - acaba por gerar essa perseguição contra a maior minoria religiosa do Irã. E vale também uma observação: por ser uma minoria com dezenas de milhares de adeptos, é comum os iranianos conhecerem alguém que seja bahá'í. Nesse sentido, há uma convivência amistosa com

boa parte da população, não obstante a propaganda contrária feita pelos órgãos governamentais. Os trabalhos sociais de educação, somados ao sofrimento dessa minoria, geram também uma simpatia que é expressa nos círculos sociais privados. As hostilidades vêm hoje principalmente do governo e de setores radicais.

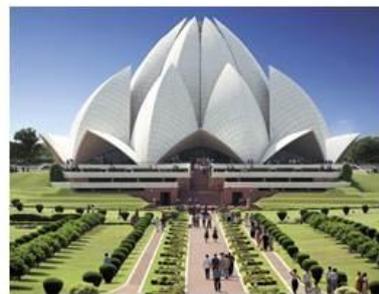
**B.M.:** Os Bahai's estão também presentes em Israel e fazem não só por lá mas em muitos lugares trabalhos voltados para a paz e para a cultura de paz. Gostaria primeiro de ter sua avaliação sobre a situação de Israel, tanto frente a seus vizinhos (como Irã, Egito e os palestinos) mas também em relação aos Bahai's e em seguida gostaria de ter sua percepção quanto ao que a cultura de paz ensinada pelos grupos Bahai's pode contribuir para a conjuntura muitas vezes bélica que cerca o estado de Israel.

**M.A.:** A Fé Bahá'í, assim como outras grande religiões como o Cristianismo, Judaísmo e Islã, tem Israel como uma Terra Sagrada por conta do falecimento de Bahá'u'lláh ter sido ali, além das diversas menções em Textos Sagrados bahá'ís sobre a sacralidade daquele local. Sobre a questão geopolítica em si, a comunidade bahá'í tem como princípio o não envolvimento em política e evita tem uma visão crítica oficial a um ou outro lado da questão que envolve Israel e seus vizinhos. Essa postura não é uma mera acriticidade, mas está em consonância com o princípio fundamental da Fé Bahá'í que é a unidade. Na complexidade que é a região, um posicionamento mais firme de um lado ou outro seria contraditório com o princípio fundamental da Fé. Permeando toda a sua teologia e Escrituras, encontramos nessa religião a defesa de que a humanidade é uma, de que as guerras devem cessar e que, em última instância, nas palavras de Bahá'u'lláh, "a terra é um só país e os seres humanos seus cidadãos". Os adeptos da fé Bahai ao redor do globo tem se focalizado na promoção de processos educacionais que empoderam adolescentes e crianças a pensarem alinhados com uma cultura de paz. Diante de um mundo com um viés conflituoso em detrimento de um mutualismo e altruísmo, essa educação pela paz vinda das bases visa superar no longo prazo os conflitos religiosos, étnicos e sociais que hoje temos. Ou seja, há nos processos educacionais bahá'ís um senso de urgência perante a situação do mundo hoje, porém urgência sem significar pressa. Urgência no sentido que o trabalho deve começar agora para que os frutos desse trabalho longo sejam colhidos mais rapidamente. Além disso, a educação é vista como um processo de teoria e prática, em que os envolvidos devem atuar pela melhora de suas comunidades

de distintas maneiras. Esse trabalho de "formiguinha" que fortalece o indivíduo e as comunidades, tem sido o foco da comunidade bahá'í e encontra eco em todos os cantos do planeta, com força especial hoje na África e Ásia.

## Alguns fatos básicos sobre os Bahais

- A fé Bahai reconhece Bahá'u'lláh como mensageiro de deus e é em torno de suas ideias e ensinamentos que organizou a fé bahai. Um bahai é um seguidor de Bahá'u'lláh. Para os Bahais, todas as religiões são expressões de um único plano divino e ela prega a unidade espiritual da humanidade.
- Cada religião responde a seu tempo. Jesus, Maomé, Moisés, Krishna e Buda seriam da mesma forma mensageiros de deus, cada um seu tempo. E a mensagem religiosa Bahai não os exclui
- Bahá'u'lláh nasceu numa família e numa sociedade muçulmanas. Portanto a fé Bahai emergiu de um contexto islâmico. Apesar de ter nascido em um contexto islâmico, ela é uma religião independente com suas próprias leis e Escrituras.
- Alguns princípios da fé Bahai são:
  - A vida é um processo de aprendizado
  - Estar atento as causas sociais e progressistas (combater a pobreza, fomentar educação etc)
  - Defender a igualdade como instrumento para combater preconceito e o racismo.
  - Defender a paz entre todos os povos, nações e religiões, sem contudo se envolver com partidos ou movimentos políticos
  - Ter uma organização religiosa não monástica e com uma prática não ritualística.
- A sede mundial dos Bahais fica em Haifa/Akka , norte de Israel mas os bahais estão espalhados pelo mundo todo.
- No Irã os Bahais são a maior comunidade religiosa não muçulmana (algo em torno de 300 mil pessoas). A fé Bahai não é considerada uma religião legítima pelo regime de Teerã. Por isso centenas de bahais já foram executados e outras centenas já foram presos. Segundo diferentes Ongs independentes , as prisões e execuções de bahais seguem e estão crescendo . No Egito também a notícias de perseguição aos Bahais.
- No mundo toda calcula-se que os bahais são entre 5 e 8 milhões.
- Fonte e mais informações em: <<http://www.bahai.us>> Acesso em: 24 jan. 2014



Templo Bahai em Nova Deli, Índia.

**B.M.:** Flávio, você poderia nos contar um pouco dos seus trabalhos e projetos e de seu envolvimento com a fé Bahá'í nos últimos anos?

**Flavio Rassekh:** A minha atuação dentro da comunidade Bahá'í acontece em duas frentes, uma é administrativa, participando do Assembleia local dos Bahá'ís de SP ( grupo de 9 pessoas eleitas anualmente pela comunidade) e a outra é individual e está ligada a defesa dos direitos humanos no Irã. Acho importante destacar que dentro do modelo Bahá'í de governança não existem líderes pessoais, as decisões são tomadas por

essas Assembléias que tem a função de zelar pelo desenvolvimento da comunidade além de contribuir para o bem estar da população da cidade onde estão estabelecidas.

Na questão da defesa das minorias que sofrem perseguição no Irã, a minha função tem sido nesses últimos 5 anos trazer para o conhecimento da mídia e dos meios acadêmicos informações confiáveis e uma breve contextualização das notícias que recebemos todos os dias daquele país. Nesse período fiz palestras sobre a política interna iraniana e as relações entre o Brasil e Irã em diversas universidades, entre elas a PUC, USP, ESPM e FGV além de participar de debates sobre a primavera árabe/persa e as manifestações de 2009. Como resultado desse trabalho em 2011 fui convidado a ser o representante da ONG United4Iran no Brasil. Também contribuo regularmente para o serviço da BBC em Persa sobre as relações entre o Brasil e Irã.

Um das bandeiras que tenho defendido como ativista é a total liberdade de expressão e credo dentro da nação persa. Apesar dos acenos do presidente Rouhani ao ocidente, não acredito em uma abertura política real enquanto os 7 líderes Bahá'ís do país ainda estiverem presos, jornalistas e escritores sejam tratados como criminosos e homossexuais continuem a ser enforcados em praça pública, isso sem falar sobre os cineastas e advogados que são diariamente impendidos de exercer sua profissão. Existe uma nova lei promulgada em 2011 que impede que mulheres se matriculem em mais de 40 cursos superiores nas áreas de exatas e tecnologia. Se essa nova onda progressista liderada pelo clérigo Rouhani é verdadeira esperamos que ele revogue essa lei e abra as portas das universidades a essas jovens e também aos Bahá'ís que são impedidos de estudar em toda e qualquer instituição de ensino superior do país.

**B.M.:** Você tem acompanhado e participado de alguns reuniões e assembleias da ONU. Qual sua percepção sobre o papel da ONU na política internacional contemporânea? Muitos já decretaram por exemplo a morte da ONU na medida em que ela não consegue responder e ter o protagonismo que muitos dela esperam. Há casos por exemplo de violações aos direitos humanos que ficam impunes, e a dificuldades em se avançar em temas da governança global (como combate a fome, as mudanças climáticas etc., mas também por outro lado algumas discussões e alguns fóruns só poderiam ocorrer numa esfera como a ONU, que ainda consegue mobilizar a opinião pública e que ainda tem

respaldo da imensa maioria dos países, nem que seja mais diplomaticamente do que com resultados tangíveis. Qual sua avaliação e qual a importância que a ONU tem para os temas e para as preocupações da comunidade Bahá'í que estão por todo mundo ?

**F.R.:** Acho que vale a pena lembrar a seguinte citação: "A unificação da humanidade inteira é a etapa distintiva da qual a sociedade humana atualmente se aproxima. A unidade da família, a da tribo, a da cidade-estado e a da nação foram sucessivamente tentadas e completamente estabelecidas. A unidade do mundo é agora a meta em direção à qual a humanidade aflita se encaminha. O processo de formar nações já chegou ao fim. A anarquia inerente à soberania estatal aproxima-se de um clímax. Um mundo em amadurecimento deve abandonar esse fetiche, reconhecer a unidade e a universalidade das relações humanas e estabelecer de uma vez por todas o mecanismo que melhor possa concretizar este princípio fundamental da sua vida." (Shoghi Effendi<sup>3</sup>, 1936)

Tive a oportunidade de participar de vários encontros das Nações Unidas nesses últimos anos e percebo que está claro para todos os países representados na ONU, menos talvez para os 5 membros permanentes do CS, que as reformas já deveriam ter acontecido há mais de 30 anos, seguindo a queda da antiga União Soviética e a abertura dos países do leste europeu. A paralisia dos organismos ligados à instituição hoje não revela que o conceito da ONU esteja essencialmente errado mas sim que ele deveria ser constantemente aprimorado no tempo para responder as novas realidades e necessidades de um mundo cada vez mais conectado e interdependente. A relação de poder já não é a mesma do mundo pós segunda guerra mundial mas a estrutura da instituição ainda é a mesma.

Em resumo, os Bahá'ís acreditam que a ONU é o embrião de um modelo de organização federativa de países que no futuro atuará sim com legitimidade pelo bem estar de todos os estados membros e não como representante de interesses pessoais de algumas nações que tem ambições hegemônicas ou de grupos que só pretendem manter o status quo na disputa regional por poder. Apesar de todas essas críticas acredito que

---

<sup>3</sup> Líder da fé Bahá'í entre 1921 até 1957, ano de sua morte.

estaríamos muito pior hoje sem essa ONU que temos ai (e o forum de discussões que ela nos proporciona).

Julho desse ano marcou o 99º ano do começo da 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações foi criada ao final da guerra em 1918 por um pequeno grupo de países para tentar administrar conflitos e evitar uma nova carnificina. Apenas 30 anos depois nasce a ONU depois dos horrores de um conflito ainda maior. Eu me pergunto: que tipo de situação faria com que comunidade internacional percebesse que uma terceira versão mais aprimorada e equitativa dessa organização supra nacional precisa tomar forma urgentemente!? Precisaremos de um novo conflito em grande escala para que as reformas necessárias na ONU sejam realizadas?

Tenho claro para mim que existem dois processos acontecendo concomitantemente no mundo hoje: o primeiro processo é de desintegração de todos os modelos de organização social fundamentados na estrutura do estado nacional arcaico e nas instituições religiosas ligadas as elites dominantes desses países. Não existe uma instituição hoje, seja do executivo, judiciário ou do legislativo, que não tenha perdido a sua legitimidade com a população por conta de acusações de corrupção e tráfico de influências. Nenhum grupo religioso do passado passou incólume pelo escrutínio da população que hoje exige cada vez mais transparência de seus líderes. Por outro lado existe um processo positivo de integração não institucionalizado alavancado pelos avanços da tecnologia da informação que aproximam os indivíduos independentemente de suas origens étnicas religiosas e nacionais. Esse processo de "unificação" e integração derrubou todas as fronteiras do estado nacional e sinaliza para um mundo progressivamente muito mais unido nos próximos 50 anos. O movimento ambientalista mundial, fruto dessa nova consciência global, também nos ajuda a ter uma compreensão menos fragmentada da nossa relação com o espaço onde vivemos.

Voltando a ONU, sentimos que não é só essa instância que precisa urgentemente ser reformada, vivemos uma crise institucional generalizada do nosso modelo democrático, por conta disso muitas vezes os diplomatas que representam os seus países em Nova Iorque não carregam consigo os ideais de seus constituintes em seus países de origem. Os meus questionamentos vão desde a legitimidade de campanhas eleitorais financiadas

por grupos de interesse, a busca inconsciente por lideranças políticas messiânicas (ao contrario de um modelo coletivo de tomada de decisão), atividade partidária fundamentada no sectarismo e no ódio até a estrutura das instituições e da divisão de poderes dentro do governo.

Por fim acredito que as mudanças vão acontecer sim por um grande ato de vontade coletiva após uma mudança de consciência de cada indivíduo ou, se não nos mexermos a tempo, depois de horrores inimagináveis. A escolha é nossa.



# IMPERIALISMO E GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE:

## A TRAGÉDIA SÍRIA

### PARTE I: A VIRADA ANTIINTERVENCIONISTA

Peter Demant

---

**Resumo:** Primeira de duas partes de artigo analisando a crise síria num contexto internacional e argumentando a favor de maior participação internacional pró-ativa na sua solução. Apesar de seu uso costumeiro entre partes da intelectualidade latino-americana, o conceito imperialismo é pouco útil para entender as crises do Oriente Médio contemporâneo. Intervenções externas têm marcado a história recente da região, mas não todas tiveram caráter imperialista e/ou motivos econômicos. No pós-guerra fria houve tentativas para construir uma nova ordem internacional pautada por uma mudança das normas internacionais, e permitindo intervenções em caso de violações maciças dos direitos humanos da população e/ou risco de proliferação de ADMs. Um consenso intervencionista democrático “em vias de construção” foi quebrado pelos ataques islamistas de 11-9-2001 que provocaram a “guerra contra o terror” com intervenções lideradas pelos EUA no Afeganistão, Iraque e alhures. Estas tiveram seus resultados comprometidos por uma série de falhas tanto externas (relacionadas à legitimidade, inteligência, planejamento, soft power, e seletividade) quanto internas, produzindo eventualmente uma desmoralização nas democracias ocidentais, e nos EUA em particular, além da reviravolta anti-intervencionista que vigora atualmente. Esta reação continua apesar da perene importância global do Oriente Médio em termos estratégicos, econômicos e culturais. A nova tendência para uma certa retirada

internacional tem determinado as mornas reações ocidentais e norte-americanas desde a eclosão da Primavera Árabe em 2011. A passividade das democracias ocidentais em apoiar a oposição anti-autoritária na Síria não só permitiu a sobrevivência do repressivo regime Ba`th, com apoio iraniano e russo, como também abriu uma janela de oportunidade para islamistas radicais.

**Abstract:** First of a two-part article that analyzes the Syrian crisis within an international context, and defends a more proactive international participation to resolve it. Despite its popularity among sectors of the Latin-American intelligentsia, the concept of imperialism is of little help in understanding current Middle Eastern crises. Although the region's recent history has been marked by foreign interventions, not all of those had an imperialist character or economic motive. The post-Cold War era was marked by attempts to build a new international order on the basis of new norms allowing intervention in cases of blatant violation of human rights and/or risk of WMD proliferation. The new democratic interventionist consensus that was in the making was, however, broken by the Islamist attacks of 9/11/2001. These led to American-led interventions in Afghanistan, Iraq and elsewhere, where a series of failures both external (related to issues of legitimacy, intelligence, postwar planning, soft power, and selectivity) and internal ended up undermining the results of the "war on terror". This eventually provoked demoralization in Western democracies and in the US in particular, and created an anti-interventionist backlash: the reaction continues until today despite the Middle East's unchanged global significance in strategic, economic, and cultural terms. The new tendency toward a certain international disengagement has dictated the West's lukewarm answers to the 2011 Arab Spring. In Syria reticence to support the anti-authoritarian opposition has not only allowed the repressive Ba`th regime to survive (with Russian and Iranian support) but also opened a window of opportunity to radical Islamists.

---

Falar de intervenções, sobretudo no Brasil, e da necessidade de uma intervenção EUA no Oriente Médio, é um exercício arriscado, que facilmente expõe o autor a acusações de imperialismo. A censura mútua e a autocensura não ocorrem por acaso. Os

reflexos anti-estadunidenses da intelectualidade latinoamericana se explicam por uma história de invasões e violações. O continente tem sido objeto de múltiplas intervenções. Após séculos de colonização e exploração por Espanha e Portugal a América do Sul sofreu, após sua independência, intromissões britânicas e posteriormente, estadunidenses. Muitas destas intervenções foram motivadas por interesses econômicos, ou para - sob a bandeira do anticomunismo - combater movimentos progressistas. Regimes militares pró-EUA foram culpados de graves violações aos direitos humanos. O automatismo antiimperialista é, portanto, compreensível.

Entender causas, no entanto, não equivale a uma justificativa eterna. Em particular quando a crítica se torna tão automática que os críticos se alinham cegamente com qualquer Estado, regime ou grupo que se oponha aos EUA, ou ao ocidente em geral. Em nome da solidariedade contra o “imperialismo”, intelectuais progressistas aplaudiram os abusos do regime soviético e chinês, cegos às torturas de populações inteiras: aconteceu entre a intelectualidade da esquerda na Europa nos anos 50 até 80; continua acontecendo aqui, no “último continente marxista”. Mas, transportar o esquema imperialista da América Latina para o Oriente Médio traz mais inconvenientes do que ganhos. A crítica chega a absurdos. Assim uma certa esquerda crítica, em nome da solidariedade com a suposta “frente de resistência” antiimperialista e antiisraelense formada por países tais como a Síria e o Irã e incorporando grupos como Hizbullah no Líbano e o Hamas na Palestina criticam os EUA por ter ajudado opositores ao regime de Bashar al-Assad ainda que minimamente. No Egito, os EUA são criticados por alguns por supostamente apoiar Muhammad Morsi, o presidente eleito da Irmandade Muçulmana, e por outros por não atuar contra o golpe militar que o desalojou.<sup>1</sup> É claro que as condenações quase instintivas revelam mais sobre os preconceitos dos críticos do que sobre as crises que afligem o mundo muçulmano. A primeira precaução para evitar análises simplistas é de nos livrar de um antiamericanismo automático.

Neste texto analisarei a situação síria e chego à conclusão que a crise será insolúvel sem uma postura internacional muito mais pró-ativa da comunidade internacional em geral – e em particular da maior potência, os EUA. O conflito sírio tem se deteriorado tanto que uma intervenção externa se torna hoje *conditio sine qua non* pelo menos para evitar uma expansão regional da guerra civil. Não argumento que isto seja plausível na conjuntura atual, nem que terá *necessariamente* resultados positivos –

---

<sup>1</sup> Nos EUA, pelo contrário, Obama foi criticado por “permitir” que a Irmandade chegasse ao poder.

apenas que é improvável o conflito chegar a uma solução minimamente justa *sem* uma participação internacional muito mais ativa em vários aspectos.

Sem dúvida uma ajuda anterior à oposição democrática síria, mesmo relativamente menor, poderia ter evitado a situação atual, talvez tornando supérflua a necessidade atual de um investimento de recursos humanos e estratégicos muito mais considerável. Esta hipótese nunca mais poderá ser testada. Agora, início de 2014, chegamos a uma conjuntura onde todas as alternativas parecem igualmente inaceitáveis: ou a restauração de uma ditadura minoritária cruel e ilegítima; ou o estabelecimento de um regime jihadista e expansionista; ou a continuação do derramamento de sangue e a destruição da sociedade síria. Mas, abandonar uma zona fundamental para a paz mundial à “guerra de todos contra todos”, não é uma opção. Ela equivale a uma rendição ao desespero. Tanto da perspectiva “realista” das grandes potências quanto da mais “idealista”, de uma comunidade internacional que a duras penas tenta se construir, seria uma posição moralmente covarde e politicamente suicida.

As responsabilidades pela exacerbação do conflito desde 2011 incluem muitos fatores, tanto internos quanto externos. A comunidade internacional não é isenta, ela é co-responsável pela tragédia atual, e deve (e ainda pode) assumir sua responsabilidade para ativamente introduzir os fundamentos de uma solução. Conceitos tais como “imperialismo” são de pouca ajuda para entender as raízes do problema e para desenvolver uma saída. Não se justifica condenar aleatoriamente qualquer intervenção como “imperialista” (“má”) e ainda menos qualquer “negligência benigna” como progressista.

Para contextualizar estas afirmações, precisarei de um pequeno desvio, inclusive para mostrar que não podemos entender a crise síria atual a partir de um paradigma “imperialista”. Veremos que, numa contrarreação às experiências no Afeganistão, Iraque e Líbia, a conjuntura atual nos EUA e em muitos outros Estados ocidentais se caracteriza, pelo contrário, por uma expressiva retração antiintervencionista e até isolacionista. A partir dessa limpeza intelectual, estaremos numa melhor posição para caracterizar a crise síria e dali formular os elementos de uma solução.

## Imperialismo é um conceito útil para entender o mundo árabe hoje?

Um rápido olhar sobre o conceito de imperialismo e a evolução de intervenções "imperialistas" no Oriente Médio destaca os limites de um conceito cuja utilidade na verdade se restringe à época pré-1914. É, de fato, no século 19 tardio e nas décadas antes da Primeira Guerra Mundial, período quando o capitalismo se expande e que um punhado de grandes potências partilha entre si e coloniza a maior parte do planeta.

Teóricos marxistas como Lenin, Luxemburg, Hilferding, Bukharin, Kautsky, e Trotsky desenvolveram então a doutrina de que o capitalismo num estágio tardio de seu desenvolvimento, para resolver suas contradições internas e manter lucros suficientes *precisa* penetrar e explorar países ainda não integrados em sua órbita para sobreviver: a dinâmica interna do capitalismo tornaria assim imprescindível a "fase imperialista".<sup>2</sup> De fato, em 1914, três quartos do mundo estava sob controle do "imperialismo": praticamente, apenas nove potências coloniais o partilhavam entre si: Grã-Bretanha, França, Holanda, Espanha, Portugal, Bélgica, Alemanha, Itália e Japão.

A análise de que a expansão do imperialismo – implementada através de inúmeras intervenções políticas e militares – respondeu a uma evolução econômica inevitável do capital, foi politicamente útil para direcionar os movimentos trabalhista e socialista, que se desenvolveram na mesma época ao redor do mundo industrial, à solidariedade com as resistências nacionalistas e anticoloniais que logo começaram a brotar na África e Ásia. Já que tanto os trabalhadores quanto os colonizados compartilhavam um interesse na derrota do capitalismo metropolitano, eles deveriam juntar suas forças. E assim aconteceu... eventualmente.<sup>3</sup> Os movimentos anticoloniais adotaram programas progressistas, e os movimentos da esquerda no ocidente internalizaram os reflexos antiimperialistas que continuam até hoje, meio século após a

---

<sup>2</sup> A literatura relevante é vasta. Ver p.ex.: Ernest Mandel, *Marxist economic theory*. London: Merlin Press, 1974 (1962, 1st), pp. 441-484; Leszek Kolakowski, *Main currents of Marxism* vol. 2. *The Golden Age*. Oxford, etc.: Oxford UP, 1982. pp. 61-97 (R. Luxemburg), pp. 297-304 (R. Hilferding) e pp. 491-497 (Kautsky, Lenin, e Bukharin); *op.cit.*, vol. 3. *The breakdown* pp. 183-219 (L. Trotsky); Stephen Hobden and Richard Wyn Jones, "Marxist theories in International Relations". In: John Baylis and Steve Smith, *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. Oxford etc.: Oxford UP, 2001 (2nd. Ed.) pp. 200-223.

<sup>3</sup> De acordo com a teoria leninista era improvável a revolução proletária eclodir num país capitalista desenvolvido, já que os lucros imperialistas serviam e.o. para proporcionar salários mais elevados à "aristocracia trabalhadora". Isto tornou ainda mais importante a coordenação entre tendências revolucionárias trabalhistas em economias capitalistas menos desenvolvidas por um lado e tendências nacionalistas nas colônias por outro.

descolonização. Mas, isto em si ainda não confirma o argumento de que hoje qualquer intervenção ocidental no mundo ex-colonial equivale a um ato imperialista”.

Embora a teoria da necessidade econômica da expansão militar e política para que potências capitalistas conquistassem impérios, tivesse uma certa plausibilidade na época de ca. 1880 até 1914, durante o entreguerras e até a onda de descolonização pós-Segunda Guerra, já então enfrentou problemas.

Muitas colônias, p.ex. na África, custaram mais à potência colonizadora do que renderam em termos econômicos; outras foram colonizadas por motivos demográficos ou de prestígio, ou ainda preventivamente para evitar sua captação por uma outra potencia. Finalmente, houve muitos Estados capitalistas que não participaram na corrida colonial (p.ex. os países escandinavos, a Dupla Monarquia austro-húngaro, Suíça, e por muito tempo, os próprios EUA). No mesmo tempo um outro país dos mais expansionistas, a Rússia, era primitivo demais para ser considerado plenamente capitalista.<sup>4</sup>

Leituras mais recentes tampouco conseguiram salvar o conceito imperialismo como teoria para explicar o desenvolvimento global político e econômico. Apesar de novas teorizações sobre “neocolonialismo”, *dependência* e sistemas-mundo (Frank, Wallerstein, Cardoso...)<sup>5</sup> com o colapso dos impérios e a onda de independências após 1945, o conceito de imperialismo passou a ser ainda menos funcional. Contra as previsões, os países capitalistas desenvolvidos se adaptaram à perda de suas colônias e sobreviveram bem sem produtos e mercados coloniais. O comércio e a exportação de capitais entre as economias capitalistas desenvolvidas logo ultrapassou aquele entre o primeiro e o terceiro mundo. Neste, após várias tentativas para se descolar do mercado mundial, além de experimentos autárquicos catastróficos, a maioria dos Estados acabou se curvando e buscando os investimentos estrangeiros. Ou seja, viabilizou-se um capitalismo independente de imperialismos.

A descolonização coincidiu amplamente com a Guerra Fria (1945-1990). A luta bipolar que englobou quase toda a humanidade levou ambos os protagonistas a fazer alianças com (ou instalar) regimes identificados com sua postura ideológica – mesmo se estes regimes tratavam seus súditos de modo hediondo: os chamados “tiranos

---

<sup>4</sup> Wolfgang J. Mommsen, *Imperialismustheorien*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977.

<sup>5</sup> Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974 (3 vols.); Andre Gunder Frank *The Development of Underdevelopment* (1966) e muitas outras obras.

amistosos”. A URSS dominou seu bloco, e os EUA forjaram alianças anticomunistas com regimes ditatoriais e repressivos. Só quando estas alianças não deram certo, foram iniciadas intervenções militares. Após séculos de colonização e décadas de guerras mundiais destruidoras e genocidas, o ocidente perdera muito de sua soberba ideológica, e as críticas foram silenciadas com o argumento que o ditador (qualquer quem fosse ele) pelo menos mantinha a paz interna, e que seu desaparecimento desencadearia uma guerra civil.

A mesma justificativa se usada hoje para legitimar a ditadura de Assad na Síria. Na ótica do relativismo cultural que vigorou após a Segunda Guerra, crimes cometidos por tiranos da mesma nação pareciam de algum modo menos vis, e o autocrata que massacra seu próprio povo mantém uma legitimidade maior do que eventuais invasores externos.

A dinâmica do embate capitalista-comunista provocou inúmeras guerras *por proxy* (“guerra por procuração”) e outros tipos de intromissão tanto por parte dos EUA quanto da URSS e seus respectivos satélites. A guerra fria explica o porque da maioria das muitas intervenções de potencias capitalistas em países do terceiro mundo. Às vezes as causas eram realmente econômicas. Um caso infame foi o golpe em 1954 contra Mossadeq que nacionalizara o petróleo iraniano, maquinado pela CIA. Houve também intervenções onde elementos econômicos se mesclavam com outros. Porém, na maioria dos casos, preocupações com a “estabilidade política” e considerações estratégicas, em particular anti-soviéticas e anticomunistas (às vezes baseadas em medos irrealis, como no caso do Brasil em 1964), pesaram mais do que considerações econômicas. Atribuir a responsabilidade ao “imperialismo” ou a entidades nebulosas conspiratórias afins é, no entanto, uma grosseira simplificação. De fato, uma vez liquidada a competição com a URSS, as novas intervenções lideradas por potencias ocidentais logo mudaram de natureza.

### **1990-2001: O auge do intervencionismo multilateral**

O desaparecimento do império soviético, com o conseqüente fim da bipolaridade e da guerra fria, levaram a uma diminuição da rivalidade com a Rússia e a um

perceptível declínio das intervenções. Intervenções imperialistas de tipo “clássico” têm se tornado ainda mais raras. Não significa que os EUA cessaram de proteger seus interesses inclusive por meio de intromissões externas; todos os Estados o fazem, embora nem todos disponham dos mesmos recursos. Mas, interesses propriamente capitalistas, leia-se, a pressão política de empresas, poder financeiro..., hoje são impostos de forma mais indireta ou conseqüentemente não conseguem mais ditar as políticas externas dos Estados. Durante a década de 90, no entanto, embora a época do governo Clinton fosse repleta de intervenções, essas tinham mudado de natureza.<sup>6</sup> A agenda internacional estadunidense foi ditada cada vez mais por motivos mais benignos e mais condizentes com a nova ordem internacional liberal que eles doravante pretendiam fazer avançar: cooperação securitária, expansão da prosperidade levada pela globalização, proliferação da democratização... Além do mais, num contexto internacional menos ameaçador, também o apoio doméstico para intervenções estrangeiras se restringiu. Ao custo econômico de aventuras militares (e da frustração com os aliados europeus que deixaram os EUA carregar sozinhos “O Fardo do Homem Branco”) se adicionou um custo político cada vez mais elevado, pois um papel internacional ativo já não era popular com a direita isolacionista nem com a esquerda antiimperialista. Ou seja os primórdios da atual tendência estadunidense de retirada internacional se encontram já naquela época pós guerra fria. Também outras potências seguiram, às vezes com certo atraso, esta tendência. Alemanha e Japão mantiveram, desde sua catastrófica derrota na Segunda Guerra, um baixo perfil internacional e uma postura pacifista. Mas também as duas principais potências coloniais vencedoras da Segunda Guerra, a Grã-Bretanha e a França se acomodaram com a perda de seu império. Desde os anos 70 e ainda mais desde os 90, suas aventuras externas são poucas e esporádicas (Malvinas, África...). Intervenções externas progressivamente se transformaram em instrumento de manutenção dos direitos humanos e da segurança internacional.

Paradoxalmente a única potência remanescente que sistematicamente continuou práticas “imperialistas” foi a URSS, não-capitalista. A Rússia pós-comunista e mais conservadora de hoje, embora uma sombra de seu predecessor soviético, segue

---

<sup>6</sup> Os destaques da política externa do governo Bill Clinton incluem intervenções na Somália em 1992, Bósnia 1993, Haiti 1994, Kosovo 1999; ataques contra as defesas iraquianas em 1993 e 1996 em reação a supostas provocações de Saddam Hussein; ataques em 1998 contra interesses de al-Qaeda no Afeganistão e no Sudão; além de uma ativíssima diplomacia no quesito Israel-Palestina.

amplamente a mesma política externa. Apesar de seu imenso território, sente-se ameaçada e tenta recuperar a antiga esfera de influência soviética no “Próximo Exterior”: Ucrânia, o Cáucaso, Ásia Central.... Ao lado dos determinantes geoestratégicos, há ainda a evolução interna russa, onde o fracasso do projeto democrático e o fortalecimento de tendências autocráticas ditam sua resistência a intervenções externas. A relação russa com a Síria, tanto como ponto de apoio da influência militar russa quanto como mascote diplomático, obedece a esta lógica.

Se, com exceção da Rússia, a época pós-guerra fria testemunhou um retrocesso de intervenções militares unilaterais ditadas por motivos econômicos ou estratégicos, por outro lado houve um recrudescimento de intervenções “estabilizadoras” (mormente multilaterais, e muitas vezes legitimada pela ONU) para frear agressões transfronteiriças (p.ex. em 1991 contra a conquista e anexação de Kuwait pelo Iraque), ou para conter crises humanitárias, em particular em casos onde “Estados falidos” exibem incapacidade de lidar com situações que tem risco de transbordar (p.ex. na Somália em 1992), ou ainda para frear genocídios ou outras grosseiras violações de direitos humanos (p.ex. Kosovo 1999). O pano de fundo deste novo tipo de intervenção era a emergência de esperanças idealistas de que uma nova ordem internacional mais justa iria se estabelecer na coexistência de Estados que, embora soberanos, concordariam em condicionar sua soberania no respeito aos direitos humanos de suas (e outras) populações. Caso contrário, a nova teoria – numa significativa nova elaboração da lei internacional que restringe o sacrossanto princípio da não-intervenção nos afazeres internos – legitimaria uma intervenção pela “responsabilidade de proteger”. Embora não exatamente aplaudida por potências tais como a Rússia, a China, Irã, Cuba, Coreia do Norte, Mianmar, Zimbábue, Venezuela – e com ressalvas significativas também de emergentes como a Índia e o Brasil – à época essa postura parecia ir de vento em popa: um movimento em direção a um mundo mais seguro e onde a ONU, autoproclamada representante de toda a humanidade, se arrogou progressivamente mais poderes para intervir contra governos que não obedecessem a uma norma mínima de comportamento humano.

É no período pós-guerra fria que, pela primeira vez desde a criação da ONU, os dois cenários que justificam intervenções foram postos em prática, pelo menos em certos casos: a proteção dos direitos humanos e a prevenção da proliferação de ADMs.<sup>7</sup>

**1. Violação maciça de direitos humanos:** Desde a Segunda Guerra Mundial e o descobrimento dos horrores do Holocausto contra judeus e outros grupos contemplados para o extermínio, a comunidade internacional considera inaceitável o genocídio de grupos humanos. A ONU, originalmente *United Nations Against Fascism*, se pauta numa ideologia que não somente pretende evitar novas guerras internacionais como também estimular a responsabilidade da comunidade internacional para o bem-estar dos seres humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, carro-chefe deste ideal, foi elaborada sob a sombra dos 50 milhões de mortos da Segunda Guerra.<sup>8</sup> Desde os processos de Nuremberg em 1946, a culpa por massacres e genocídio não pesa só nos ombros dos perpetradores mas também nos dos que sabiam mas se calaram. Hoje todos sabemos. Ignorar não é apenas vergonhoso – também abaixa o limiar para o próximo assassinato em massa e portanto, aproxima a próxima crise humanitária. Em consequência, uma solidariedade ativa com seres humanos numa crise, mesmo longínqua, não é apenas uma expressão moral de nossa humanidade. É também, em última instância, nosso próprio interesse.

**2. Proliferação de Armas de Destruição em Massa:** As ADMs são por definição armas anti-civis e portanto, profundamente imorais pelas leis da guerra. Não são apenas armas com o potencial de eliminar a vida humana no planeta. Elas servem também como escudo de chantagem, tornando praticamente invulneráveis regimes hediondos, pois inviabilizam qualquer diálogo, mesmo em casos de maciça violação de direitos humanos. ADMs tornam os detentores não apenas

---

<sup>7</sup> Houve casos de intervenção humanitária sob auspícios da ONU anteriores ao fim da Guerra fria, p.ex. na crise de Congo, na Guerra civil angolana, em Chipre, Líbano e no conflito israelo-árabe. Contudo tratou-se de poucos casos, e devido às diferenças dentro de Conselho de Segurança, as intervenções foram em geral não-impositivas e/ou de observadores monitorando acordos de cessar-fogo já concordados.

<sup>8</sup> A origem da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1947 está no discurso das Quatro Liberdades do presidente Franklin D. Roosevelt na sua declaração *State of the Union* de 1941: *ter liberdade* de expressão (*Freedom of speech*), de religião (*freedom of worship*), e *estar livre de carência* (*freedom from want*) e de medo (*freedom from fear*). Estas duas últimas liberdades iriam evoluir para, respectivamente, o direito ao desenvolvimento sócio-econômico ou seja a um padrão de vida humanamente adequada; e o direito à “segurança humana” incluindo a proteção contra guerra, agressão e totalitarismo, e a concomitante necessidade de desarmamento. As quatro liberdades foram retomadas na Carta Atlântica de 1941, aceitas por todas as nações aliadas e eventualmente elaboradas na DUDH.

invulneráveis mas também globalmente perigosos caso optassem por políticas agressivas.

A posteriori é possível criticar esta esperança como ingênua demais. Interpretar as intervenções pós-guerra fria como apenas mais um avatar do capitalismo tardio, no entanto, parece altamente artificial. Os intelectuais da esquerda da época tiveram, de fato, crescente dificuldade para encaixar intervenções contra ditadores hediondos e/ou para aliviar crises humanitárias.

### **2001-2010: O 9/11 e as consequências: a “guerra contra o terror” islamista radical quebra o consenso intervencionista democrático**

O que quebrou a dinâmica global em direção de uma nova coexistência mais pacífica, e expôs a fragilidade do novo consenso internacional que se basearia em normas democráticas e de direitos humanos, foi o ataque de al-Qaeda de 9/11 contra alvos nos EUA em 2001. O choque foi tão extremo que também produziu novas reações extremas – e extremamente opostas – nos EUA por um lado, e por outro no mundo não-ocidental, muçulmano em particular. Os demais públicos ocidentais flutuam entre os dois desde então.

Ainda sob o choque do 9/11, o governo norte-americano de George Bush imediatamente definiu os ataques terroristas como ato de guerra, embora sem que o agressor fosse um Estado ou mesmo pudesse ser nitidamente identificado. A parte agredida reagiu com hostilidades que na auto-percepção equivaliam a uma guerra defensiva contra os agressores e seus supostos protetores. De 2001 até a ascensão de Obama em janeiro de 2009, os EUA e alguns aliados responderem com a “guerra contra o terror” e lançaram novas intervenções, contra al-Qaeda, Afeganistão, Iraque, e outros alvos.<sup>9</sup> Em outubro de 2001 os EUA aplicaram sua nova estratégia contra o Afeganistão, desalojando o regime talebã que abrigara Osama bin Laden, e abrindo o país para o experimento democrático. Em março de 2003, atacaram o Iraque sob alegações de que este produzia ADMs, e desalojaram o regime Ba`th de Saddam Hussein. Também ali a ideia de facilitar um processo de democratização se sobrepôs à racional inicialmente

---

<sup>9</sup> A definição de terrorismo e sua relação com guerra e “leis da guerra” está fora do escopo deste artigo.

estratégica.<sup>10</sup> O objetivo não era mais “meramente” humanitário nem ainda pontualmente militar, embora com o decorrer do tempo o medo da proliferação de ADMs por “regimes vilões” como a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque, e o risco delas caírem nas mãos de terroristas, se tornasse um fator bastante significativo. Na verdade, o programa articulado por intelectuais neoconservadores e intervencionistas liberais foi bem além, chamando pela expansão da democracia mediante *mudanças de regime*. Havia no fundo a esperança de que a universalização da autodeterminação ajudaria as sociedades médio-orientais (e muçulmanas em geral), presas numa dolorosa transição, a se modernizarem. A modernização expandiria as oportunidades econômicas e ampliaria as escolhas de estilo de vida. Com isto a atração do terrorismo de cunho islamista diminuiria, desta maneira melhorando a segurança dos EUA. Como também se acreditava que democracias tendiam a manter relações pacíficas entre si, o resultado seria bom para a segurança de todos.<sup>11</sup>

Em outras palavras, os EUA reagiram com reações militares não só contra os perpetradores diretos, mas também contra regimes antidemocráticos culpados indiretamente por supostamente “fazer brotar” terrorismos islamistas: tal foi a lógica subjacente da “guerra contra o terror”, iniciada sob os auspícios do governo de G. Bush Jr.

Em ambos os casos, Afeganistão e Iraque, um tênue começo de democratização e de implantação do império da lei e do respeito aos direitos humanos ocorreu, com um certo progresso para grupos vulneráveis como mulheres e minorias étnicas e religiosas.

Mas, em ambos os países as complicações decorrentes de uma longa ocupação estrangeira logo iriam solapar a popularidade do programa intervencionista neocon. Tensões e violências comunitárias cresceram, com vários grupos atacando e matando

---

<sup>10</sup> É útil lembrar que nos quatro casos onde a questão da proliferação das ADMs entrou no debate intervencionista, o cenário de seu uso não foi imaginário:

a) Afeganistão 2001: al-Qaeda buscou e continua buscando ativamente ADMs e promete usá-las contra civis para implementar seu programa islamista universal;

b) Iraque 2003: Saddam Hussein incorporou um programa pan-árabe “bismarckiano”, ativamente buscou armas nucleares, foi um agressor serial (Irã 1979, Kuwait 1990 etc.) e comprovadamente usou armas químicas tanto contra as forças iranianas quanto contra civis curdos nos anos 80. O fato de que em 2003 não possuía as ADMs que Bush alegara não eliminou o risco potencial uma vez que o Iraque proibiu inspeções críveis;

c) o Irã tem uma liderança pelo menos parcialmente comprometida com um expansionismo xiita milenarista e abertamente ameaçou varrer do mapa ao menos um Estado (Israel);

d) a Coreia do Norte é um Estado falido e faminto com um regime louco e mortífero que pressiona os EUA com ameaças de ataques nucleares.

<sup>11</sup> A racional é retomada de forma mais sofisticada em por Philip Bobbitt, *Terror and consent: The wars for the twenty-first century*. New York: Albert A. Knopf, 2008.

soldados norte-americanos e ocidentais. A guerra contra o terror custou milhares de soldados e bilhões de dólares. Quando as forças opostas à “democratização induzida” provaram mais força do que o previsto, o entusiasmo no eleitorado EUA diminuiu e a base política para esta empreitada evaporou.

Por que estas fracassaram tão espetacularmente? Antes de detalhar como a Primavera Árabe a partir de 2011 se entrelaçou com a crise do intervencionismo, é preciso explicar rapidamente as causas do descompasso das intervenções. Podemos apontar seis erros cruciais – todos influenciando os debates sobre a Síria agora: as intervenções foram vistas como (1) ilegítimas, (2) baseadas em informações incorretas quanto às ADMs de Saddam Hussein, (3) iniciadas para derrotar um regime mas sem preparo adequado para substituí-lo (por nation building) e (4) sem propaganda adequada para justificá-las ao olhar árabe, além de (5) focar certos regimes particularmente odiados (o “eixo do mal”) negligenciando outros não menos condenáveis e (6) se vulnerabilizar no olhar público ocidental à falta dos resultados estruturais rápidos, e a acusações de imoralidade pelos novos “condenados da terra” – os islamistas e seus defensores na intelectualidade ocidental.

1. **Legitimidade comprometida:** três das cinco potências com direito a veto se opuseram à invasão do Iraque em 2003 (mais tarde, duas dentre elas, a Rússia e a China, vetaram repetidamente posturas mais firmes frente à Síria, em 2012 e 2013). É razoável esperar uma resistência à aplicação dos princípios que tendam a solapar a primazia da não-intromissão, por parte de potências que temem se tornar o próximo objeto de uma tal intervenção. Em outras palavras, até que Rússia e China se transformem, sua oposição a decisões de interferência é quase axiomática. Este é um obstáculo que Estados a favor de intervenção não podem evitar. Dali as tentativas para gerar uma legitimidade alternativa, através de outras instituições ou agrupamentos, da OTAN à (patética) “coalizão dos voluntários” e à nunca realizada fantasia de uma ONU paralela de democracias. Em última instância, em casos onde a moralidade dita uma postura ativa e a lei a proíbe, não haverá como escapar do dilema, e os estadistas deverão fazer sua escolha entre o imoral ou o ilegal.
2. **Inteligência questionável:** A primeira justificativa para a invasão do Iraque baseou-se na suposta presença de ADMs. A posteriori o argumento pareceu se sustentar numa informação falsa e/ou manipulada da inteligência, o que nutriu

acusações de uma mentira premeditada. Este fracasso influenciou a decisão sobre a Síria.<sup>12</sup>

3. **Falta de planejamento, pessoal e recursos:** As invasões foram feitas com forças e despesas materiais mínimas. O número insuficiente de soldados, e pior, um planejamento inadequado para “day after” além da ausência de um programa de engenharia social para a “construção de uma nação”, adequadamente tripulado e financiado, permitiu a criação de rebeliões por nostálgicos do ancien régime e jihadistas. A repressão destas se encaixou perfeitamente no imaginário popular do imperialismo yankee...
4. **Falta de construção de soft power:** Os proponentes das intervenções parecem ter acreditado que o antiocidentalismo era um efeito superficial da propaganda dos regimes que iriam substituir mas esse antiocidentalismo está enraizado no Oriente Médio como consequência de um milênio de antagonismo cristão-muçulmano e de tentativas (estas, verdadeiras!) imperialistas para colonizar e explorar o mundo árabe. Esta ingênua visão completamente subestimou a profundidade dos traumas mentais existentes, as memórias de invasões passadas, o sentimento de dignidade ferida, a reserva de fanatismo religioso, e outros fatores psicológicos que opositores das intervenções exploraram. Consequentemente, não fizeram esforços suficientes para construir uma imagem mais positiva.
5. **Seletividade interesseira:** é comum a acusação de hipocrisia nas críticas a qualquer intervenção. Porque os EUA intervieram no Iraque e não contra um aliado protegido como Israel? Porque punem o Irã ou Egito e não o Barein? Porque Israel (e os próprios EUA) tem direito a ADMs mas o Irã não? Se há intervenção “humanitária” no Iraque mas não em Ruanda, isto não comprova que os interventores agem por motivos econômicos ao invés de humanitários? Este tipo de argumento é obviamente trigo para o moinho dos teóricos da conspiração que sempre buscam “desvendar” agendas sinistras escondidos. Na realidade, obviamente os recursos disponíveis (dinheiro, energia, tempo, informação...) são sempre finitos e o número de casos que merecem maior e mais atenção e investimento desses recursos, sempre ultrapassa estes limites. Além do mais,

---

<sup>12</sup> Cf. porém as violações por Iraque de programas desenvolvimento de ADMs proibidos pela ONU, no *Comprehensive Report of the Special Advisor to the DCI on Iraq's WMD* (“relatório Duelfer”) do Iraq Survey Group de 2004: <http://www.gpo.gov/fdsys/search/pagedetails.action?granuleId=&packageId=GPO-DUELFERREPORT&fromBrowse=true>

mesmo Estados comprometidos com um ideário humanitário, liberal e democrático, dificilmente agiriam frontalmente contra seus interesses estratégicos vitais. Em geral é razoável admitir que uma correspondência entre necessidade local e interesse do interventor em potencial constitui um fator que aumenta a probabilidade de intervenção (o que ajuda explicar porque a *possibilidade* de massacre de talvez milhares em Benghazi, Líbia, provocou uma intervenção; e a *atualidade* do genocídio de centenas de milhares no Darfur sudanês, não). Alguma seletividade é, então, inevitável. No entanto, quando a suspeita de interesses se torna uma carta propagandística que impede o apoio político necessário para o êxito de uma intervenção que de resto seria desejável ou necessária – então é mister endereçar e neutralizar a crítica.

6. **Desmoralização doméstica:** Ao lado destes cinco fatores externos ocorre também um enfraquecimento interno fatal da vontade coletiva estadunidense para aplicar a força necessária - e por tanto tempo quanto necessário - para obter e consolidar os objetivos anunciados. Autores próximos dos neocons tais como Niall Ferguson e Robert Kagan têm criticado a “falta de paciência” com resultados duradouros, e a “intolerância” da opinião pública estadunidense a baixas militares e civis. Tal hipersensibilidade ao que eles veem como preço inevitável cobrado por *cada* empreendimento militar, que a sociedade paga para se proteger e/ou para estabelecer um império, ameaçaria de antemão o êxito das intervenções de Bush.<sup>13</sup>

Argumento culturalista insuficiente. A realidade é obviamente bem mais complexa. A crescente sensibilidade a perdas de guerra não é única para os EUA mas se observa em todas as sociedades democráticas “pós-modernas” (até em sociedades fortemente militarizadas como Israel): de acordo com autores tais como Anthony Giddens e Ronald Inglehart, essa crescente empatia e “humanização” refletem, quando sociedades se tornam mais seguras e prósperas, uma transição universal de valores de

---

<sup>13</sup> Niall Ferguson, *Colossus: The Price of America's Empire*. Penguin, 2004. Para Ferguson a impaciência norte-americana se compararia negativamente com a suposta resiliência dos imperialistas britânicos de outrora; Robert Kagan, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. New York: Vintage, 2004. Cf. também Victor Davis Hanson, *Carnage and Culture: Landmark battle sin the rise of western power*. New York: Anchor, 2001.

“sobrevivência” para “pós-materialismo”.<sup>14</sup> Mas, o fator determinante parece ser menos a cultura ou a mentalidade do público norte-americano, do que sua convicção na justiça e inevitabilidade da guerra. Não houve “intolerância” aos 400.000 mortos estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, apesar do forte isolacionismo que a precedeu. E a Guerra Civil de 1860-65, muitas vezes mais cara em termos de perdas humanas, continuou até o amargo fim. No início, a Guerra contra o Terror foi altamente popular, determinando a reeleição de Bush em 2004. O desgaste veio paulatinamente, pela combinação de dois erros domésticos cruciais: com o passar do tempo o objetivo proposto, a transformação democratizante e modernizadora da sociedade invadida, não só parecia muito mais difícil e caro de se alcançar do que o esperado, mas também progressivamente *menos moral*. Graças à ampla disseminação dos erros e crimes ocidentais (p.ex. em Abu Ghraib) e ao paradigma do relativismo cultural, predominante na intelectualidade norte-americana e sagazmente explorado por propagandistas islamistas (absolutamente não relativistas!), criou-se-se uma virada ideológica. A crítica às intervenções deixou um rastro de desmoralização e no imaginário popular se mesclou com outros males sociais. Mais do que a crítica de fora e mesmo do custo econômico das ocupações, *a erosão da crença popular na justiça da própria causa foi a causa fundamental da virada para o anti intervencionismo atual*.

Como se vê, os problemas misturaram fatores internos aos EUA, internacionais, e específicos ao mundo muçulmano, e a maneira como esse “processou” mentalmente o 9/11. Na verdade, mundo afora, o 9/11 causou, na maioria dos Estados – após o imediato choque solidário com as vítimas nas Torres Gêmeas - tergiversações e desconforto com as reações estadunidenses consideradas belicistas e interesseiras. Islamistas radicais, inicialmente grupos marginais rejeitados pela maioria dos muçulmanos, foram dos poucos cujas certezas se mantinham: reagiram com avisos de novos ataques terroristas contra uma grande diversidade de alvos. Estes logo se verificaram e nunca mais pararam, ainda que não alcançassem as dimensões do 9/11.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Anthony GIDDENS, *The consequences of modernity*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990; para o pensamento de Ronald Inglehart, cf. <http://www.worldvaluessurvey.org>

<sup>15</sup> Para mencionar apenas os ataques jihadistas mais importantes desde 11-9-2001 cometidos *fora* do mundo muçulmano (onde eles têm sido em Iraque, Paquistão e Afeganistão): em 2001 em Israel (Jerusalém, restaurante Sbarro, e Tel-Aviv); em 2002 na Indonésia (Bali), as Filipinas (Zamboanga) e Israel (Haifa, restaurante Matza; Netanya; Jerusalém (Café Moment) e paradas ônibus Patt Junction e Karkur Junction) e Rússia (Grozny, Chechênia; em 2003 em Israel (Haifa ônibus 37 e ônibus Shmuel Ha-Navi) e Rússia (Praça Vermelha, Moscou, Znamenskoye e Stavropol; em 2004 na Espanha (Madri), as Filipinas, e Rússia (Moscou e Beslan em Ossétia Setentrional; em 2005 no Reino Unido (Londres) e na

Esses novos ataques jihadistas causaram, como devem ter calculado seus organizadores, uma intensificação da guerra contra o terror: esta inevitavelmente vitimou também inocentes. Em decorrência dos erros cometidos em nome da reação ocidental, alimenta-se no mundo muçulmano em geral e no Oriente Médio em particular, um antiocidentalismo cada vez mais expressivo: trata-se de uma rejeição não apenas ao poder político, econômico e militar das potências ocidentais mas também de seus valores culturais – incluindo, de forma sinistra, uma recusa à universalidade dos direitos humanos. De um dia para o outro, a modernidade democrática e capitalista, centrada nos EUA, mas global em sua promessa universal para toda a humanidade, se viu desafiada por uma força antiocidental e antidemocrática ainda difusa, mas com ecos que se ampliariam nos próximos anos.

Conclusão: apesar de alguns resultados que temporariamente podiam parecer positivos, a *maneira* como foi aplicada a estratégia fomentou, no prazo de uma década, resultados opostos aos pretendidos - e desastrosos para os EUA e seus aliados. O efeito bumerangue não-intencional das intervenções ocidentais, continua até hoje. A guerra contra o terror não conseguiu deslegitimar o islamismo radical; amplamente fracassou em pacificar e democratizar os Estados-alvo das intervenções; alimentou uma onda popular anti-EUA e antiocidental e no próprio ocidente acabou nutrindo desaprovação, isolacionismo e uma reação anti intervencionista por puro cansaço e desesperança. A atmosfera atual de desmoralização e de confusão intelectual que permeia não apenas os EUA mas o ocidente em geral, remete imediatamente às desavenças das intervenções pós-9/11.<sup>16</sup>

---

Índia (Déli); em 2006 nas Filipinas (Mindanao), Índia (trem em Mumbai e Varanasi) e Rússia (mercado em Moscou ); em 2007 na Índia (no Samjhauta Express, e em Hyderabad); em 2008 na Índia (em Mumbai, Jaipur e Déli), Rússia (num ônibus em Vladikavkaz, em Ossétia Setentrional) e em Israel (Jerusalém, yeshivat Merkaz ha-Rav); em 2009, nos EUA (Fort Hood, Texas), na Rússia (no trem Nevsky Express entre Moscou e São-Petersburgo, e em Nazran, Ingushetia); em 2010 na Rússia (metrô de Moscou e em Stavropol; em Vladikavkaz; em Kizlyar no Daguestão; e no parlamento de Grozny em Chechênia; na Índia (Mumbai e Pune) e Uganda (Kampala); em 2011 em Kashgar e Hotan no Xinjiang chinês, na Rússia (aeroporto de Domedodovo, e em Belarus (Minsk); em 2012 na França (Toulouse); e em 2013 na maratona de Boston (EUA), em Woolwich Londres, e em Nairobi, Quênia.

No mesmo período houve inúmeros ataques islamistas contra outros muçulmanos (somando muito mais vítimas), particularmente frequentes e mortíferos no Iraque, Afeganistão, e Paquistão, mas também acontecendo em Marrocos, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita, Indonésia, Somália, Nigéria, Bangladesh e alhures...

Cf. Wikipedia, "List of battles and other violent events by death toll":

[http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_battles\\_and\\_other\\_violent\\_events\\_by\\_death\\_toll#Terrorist\\_attacks](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_battles_and_other_violent_events_by_death_toll#Terrorist_attacks)

<sup>16</sup> Obviamente entraram também em jogo outros fatores, p.ex. os efeitos da crise financeira de 2008 e o consequente aumento do desemprego.

## **2011-hoje: da Primavera Árabe ao atual clima antiintervencionista**

Tal foi o quadro desanimador quando nos últimos dias de 2010 eclodiu na Tunísia a onda democratizadora que logo arrastaria a região inteira na “Primavera Árabe”. Mas quando finalmente as massas árabes se levantaram contra seus ditadores – e logo precisaram de ajuda contra os tanques, aviões e bombas destes últimos - a atmosfera no ocidente já se transformara em ostensiva *não-* intervenção.

O fracasso da ideologia intervencionista foi seguido pelo fracasso não menos retumbante da política oposta, cautelosa e de intervenção mínima, posta em prática por Obama, que ao decorrer de sua presidência enfatizou cada vez mais sua preferência anti intervencionista. Quando em 2009 a população do Irã se revoltou contra o regime teocrático, o governo estadunidense não fez nada. Em 2011 as tropas dos EUA se retiraram do Iraque, e em 2014 a retirada do Afeganistão deve se completar. Os EUA abandonam duas sociedades traumatizadas por anos de guerra civil, com instituições democráticas inacabadas, países que não conseguiram afinal realizar uma pacificação entre suas comunidades, inclusive com retrocessos na segurança e nos direitos de suas populações. A única coisa que doravante une os atores políticos é a rejeição aos EUA, que estão perdendo qualquer vestígio de prestígio sobre estes Estados.

No entanto, o apoio norte-americano à Primavera Árabe se mantém num patamar de invisibilidade máxima. Na Líbia, os EUA apoiaram em 2011 uma intervenção aérea limitada que conseguiu quebrar o ditador Qadhafi mas, esconderam-se por trás de aliados europeus. Por outro lado (e exceto o caso líbio que ameaçou afetar diretamente Itália, França e outros países europeus), os aliados ocidentais dos EUA não ousam se aventurar muito sem o apoio dos EUA. O assassinato de bin Laden em território soberano paquistanês inflamou os ânimos islamistas e nacionalistas, na talvez mais instável sociedade nuclearizada do mundo.

No Egito, o apoio estadunidense morno ao ditador Mubarak se alternou com um apoio não menos vacilante a seu sucessor, o democraticamente eleito presidente Morsi em 2012. Em 2013 houve uma condenação morna ao golpe militar mubarakista, que está restabelecendo a ditadura militar sob uma máscara “constitucional”.

Em nenhum país árabe a bancarrota geopolítica e moral do ocidente, e da comunidade internacional, é mais gritante do que na Síria, que detalharemos na Parte II

deste artigo.<sup>17</sup> Aqui, os EUA destruíram as pontes com o ditador Assad mas, falharam em apoiar os opositores democráticos, deixando jihadistas sunitas tão violentos e cruéis quanto o ditador atacar a resistência popular. Ou seja, nada fizeram de concreto mas esse apoio morno talvez tenha mesmo colocado lenha na fogueira do antiocidentalismo. Pois mesmo ausente, o fantasma do “intervencionismo” norte-americano continua nutrindo teorias conspiratórias e destrói os últimos vestígios de simpatia no Egito; na Arábia Saudita essa política é lida como passividade e também provoca uma crise de confiança com os EUA. Em comparação a todas estas desventuras, o glacial impasse nas negociações israelo-palestinas parece quase um alívio.

Nem tudo é culpa de Bush ou Obama. Nenhuma campanha poderia ter desenraizado a resistência ideológica de islamistas extremistas. Inevitável também a interferência dos talebã paquistaneses no Afeganistão, do regime iraniano no Iraque, e de novos ramos de al-Qaeda na Líbia para sabotar os projetos modernizadores trazidos por intervenções ocidentais. Os EUA se defrontam com sociedades cuja complexidade não é só “made in USA”. Porém, nossa tarefa aqui não é *um post-mortem* detalhado para atribuir responsabilidades, mas uma análise das consequências e do novo quadro geopolítico que estas têm produzido. Ao analisar o quadro atual, é inegável constatar uma deplorável deterioração: situação política e militar crítica no Afeganistão, ameaça de desestabilização e de guerra civil no Iraque, fragmentação na Líbia, repressão no Egito, recrudescimento de al-Qaeda, crescentes tensões étnicas e comunitárias sob pano de fundo religioso na África Central e Ocidental, e na Ásia Meridional do Paquistão até a Indonésia... Devemos concluir que as intervenções não alcançaram seus objetivos. Um investimento gigantesco de capital político, meios econômicos, e vidas humanas foi usado para conseguir um resultado lastimável. O desapontamento e a reviravolta antiintervencionista que se seguiu não podem nos surpreender.

Resumindo: o intervencionismo humanitário do pós-Guerra Fria foi destruído pelo islamismo radical. O terrorismo islamista provocou a “guerra contra o terror”, levando a uma virada intervencionista para desenraizar não apenas grupelhos jihadistas

---

<sup>17</sup> A situação política e de direitos humanos é também deplorável em outros Estados árabes, p.ex. no Barein, cujo monarca absoluto e sunita ferozmente reprimiu o movimento democrático da maioria xiita, com o apoio de uma intervenção militar saudita e com inegável conivência estadunidense, motivada sem dúvida por motivos estratégicos (presença da marinha EUA e proximidade com o Irã). No entanto o peso da pequena ilha petrolífera é muito menor do que o sírio.

como também transformar e integrar as “sociedades doentes” que os criam.<sup>18</sup> Estamos em meio a um colapso inédito do poder e da influencia dos EUA e do ocidente em geral, no mundo muçulmano. Não só no Afeganistão e no Iraque, como também no Paquistão, Turquia, Egito, Iêmen, e Jordânia, o antiamericanismo chegou a patamares jamais vistos.<sup>19</sup> O fracasso das intervenções ocidentais iniciados há uma década com grande fôlego, é boa notícia tanto para as jihadistas quanto para uma variedade de forças nacionalistas e autocráticas. A guerra contra o terror foi travada de forma tão inapropriada que intensificou uma reviravolta antiocidental agressiva. O resultado: os Estados ocidentais gostariam de manter as mãos “limpas”, mas não podem se dar ao luxo de não reagir, apesar de não disporem mais do espaço político (doméstico e internacional) para reagir. Estão presos entre dois cenários, um menos atraente que o outro.

O efeito combinado de intervenções humanitárias, anti-proliferação e anti-terrorismo tem sido o aumento de uma atitude anti-intervencionista global e uma reviravolta isolacionista e antiocidental. Este resultado é duplamente lamentável: em primeiro lugar, porque uma parte das intervenções foi inicialmente justificável e necessária; em segundo, porque muitos fatores que causaram o fracasso, e a desmoralização poderiam ter sido evitados.

Estamos presos entre duas reivindicações universalistas que se excluem: a uma ordem que refere, em última instância, ao projeto iluminista de crítica racionalista e de emancipação da cidadania opõe-se um projeto islamista radical não menos universalista, que refere à revelação divina, e que pede a primazia da fé acima da razão, e da submissão a Deus acima da autodeterminação. Ambos projetos tem uma forte lógica interna e também importantes contradições internas, e o resultado de seu embate está ainda em aberto. O que é possível dizer é que há pouco mais de uma geração, poucos

---

<sup>18</sup> Contra a posição de relativismo cultural, cf. p.ex. Robert B. Edgerton, *Sick societies: Challenging the myth of primitive harmony*. New York: The Free Press, 1992.

<sup>19</sup> Glenn Greenwald, “US more unpopular in the Arab world than under Bush”. <http://www.salon.com/2011/07/13/arabs/>; Julian Borger and Tom Clark, “Widespread distrust of US extends beyond Middle East, poll shows”. In: *The Guardian*, Tuesday 11 September 2012 <http://www.theguardian.com/world/2012/sep/11/distrust-us-middle-east-poll>; Pew Global Attitudes Project, 18 July 2013, “America’s Global Image Remains More Positive than China’s”. Apesar de seu título otimista, providencia estatísticas gravíssimas do ponto de vista do soft power dos EUA no mundo muçulmano: <http://www.pewglobal.org/2013/07/18/americas-global-image-remains-more-positive-than-chinas/>; cf. também Arab American Institute, “Arab Attitudes: 2011” <http://www.aaiusa.org/reports/arab-attitudes-2011>.

previam a expansão atual do islamismo ou o recente desnorteamento das democracias. Este último é espertamente explorado por lideranças autocráticas de potências tais como a Rússia e a China - ainda que estas não possuam nenhuma alternativa ideológica, e possam também ser ameaçadas pelos islamistas.

A médio prazo - e ainda estamos neste prazo - o efeito das intervenções passadas, bem intencionadas mas mal executadas, tem estimulado enormemente um antiamericanismo já pré-existente no mundo muçulmano, pretendo beneficiário das intromissões ocidentais. Este animus também cresceu na Europa, América Latina e até entre muitos norte-americanos. Nos próprios EUA vigora atualmente uma atmosfera de cansaço de guerras. Hoje *qualquer* intervenção militar é considerada automaticamente como injusta e indevida.

O resultado é uma discrepância entre uma percepção de um EUA ávido de bombardear e roubar ao redor do mundo, e a realidade de um clima anti-intervencionista que permeia os próprios EUA. Obama construiu sua presidência sobre a rejeição ao uso da força militar. A ideologia mais popular enfatiza que "já temos bastante problemas em casa, melhor concentrarmo-nos neles". A relutância contra aventuras estrangeiras junta-se facilmente ao protecionismo cultural que reluta à "invasão" de imigrantes culturalmente diferentes e/ou de "valores não americanos". No entanto a demanda para fechar as fronteiras (*o barco está cheio*) não é específica dos EUA: tem seus paralelos na crescente xenofobia europeia, na homofobia russa, no antiamericanismo latino-americano e, nitidamente, na resistência à importação de idéias e práticas ocidentais "não islâmicas" dentro do mundo muçulmano.

O isolacionismo cultural atual lembra os anos 30, época de crise econômica mundial e a fraca e covarde resistência das democracias ocidentais à emergência das ditaduras fascistas.<sup>20</sup>

Na época a impotência internacional era determinada pela isenção voluntária dos EUA pós-Primeira Guerra e pelo anticomunismo cego ao perigo maior dos fascismos. Isto levou à Segunda Guerra. A lição dessa analogia com o período entre-guerras não é

---

<sup>20</sup> Uma interessante e necessária discussão abarcaria o hipotético paralelo da situação hodierna na Europa com os anos 30. Nos últimos anos, vários partidos da direita eurofóbica e xenófoba têm chegado a patamares de 15 % ou mais do eleitorado na França, Holanda, Áustria, Itália etc. Apesar de certas semelhanças desconcertantes, existem porém diferenças importantes. A maioria dos movimentos atuais da direita protecionista cultural abraça a democracia; e a maioria não defende a perseguição e/ou eliminação das minorias (muçulmanas, no caso) mas sua assimilação forçada, e um fim a futuras migrações. Grupos autenticamente neofascistas existem mas são muito menores.

que os EUA deveriam novamente exercer o papel de polícia do mundo (de fato, a maioria dos norte-americanos recusaria tal papel). Mas, tampouco significa que o mundo hodierno pode dispensar policiais. E a força “policial” necessária para enfrentar as crises das relações internacionais atuais, para funcionar bem, precisa ser mais eficiente do que nossos marronzinhos...

## **A crise síria dentro da perene importância mundial do Oriente Médio**

O prisma de "imperialismo contra resistência antiimperialista" não é adequado para entender as múltiplas crises médio-orientais atuais: Israel-Palestina, Iraque, Irã, Egito, Afeganistão e Paquistão. A tentação para analisar este caótico mundo através de *um* único fator responsável por tudo é, porém, compreensível, pois o Oriente Médio sempre foi e continua sendo um ímã de influências externas múltiplas e encruzilhadas, e seu impacto sobre o resto do planeta é impar. Essa desproporcional projeção do Oriente Médio, das influências que ele recebe de, e projeta para, outras regiões, se deve a três fatores estruturais: estratégico, econômico, e cultural.

1. **Estratégia:** sua posição geográfica torna o Oriente Médio uma região que qualquer liderança política – dos impérios antigos e confederações tribais-nômades aos Estados modernos – que queira a expansão além do próprio continente fatalmente deve atravessar. A bacia mediterrânea/médio-oriental/Mar Vermelho é portanto historicamente caracterizada por tensões geopolíticas permanentes e impares: ela compartilha esta centralidade com apenas algumas poucas outras regiões, p.ex. a Indonésia e a zona caribenha. As incessantes invasões que essa área sofre desde sempre constituem apenas a expressão militar de sua importância geográfica.

2. **Economia:** A presença das maiores reservas petrolíferas torna o Oriente Médio o nó central de abastecimento energético do mundo industrializado. A partir do começo do século 20, o controle e a exploração dos campos petrolíferos por companhias ocidentais (as “Sete Irmãs”) foi um fator significativo do interesse pelo Oriente Médio por parte de britânicos, franceses e outros. Hoje, contudo, os países exportadores de petróleo são os proprietários da sua riqueza mineral – e não menos dependentes dos consumidores do que estes dos produtores. Após algumas

tentativas de frustrar a nacionalização dos recursos energéticos (p.ex. o golpe contra Mossadeq no Irã em 1954), o mundo industrial se acomodou bastante bem com o controle do subsolo pelos Estados da região (enquanto os EUA se tornaram menos dependentes). Além disso, a renda petrolífera fácil e abundante permitiu ao mundo árabe e ao Irã a consolidação de autocracias com frouxa ligação orgânica com seus súditos – uma situação que a Primavera Árabe veio desafiar.

3. **Cultura:** O Oriente Médio é desde a antiguidade o epicentro ideológico do mundo. É berço das três grandes religiões monoteístas, que hoje compartilham dois terços da humanidade, tendo deixado ali um rastro de lugares sagrados e contestados. Atualmente é também o centro do islamismo (fundamentalismo islâmico), a única grande ideologia remanescente a rejeitar e desafiar a modernidade, se por modernidade entendemos o “pacote” constituído por capitalismo, democracia liberal, e direitos humanos individuais - combinação que antes já derrotara os sistemas rivais fascista e comunista.<sup>21</sup> O islamismo não deve se confundir com o islã enquanto religião. Apesar de um certo desconforto, a maioria dos muçulmanos no mundo tende a aceitar a modernidade. O islamismo, por outro lado, rejeita esta opção e instrumentaliza os meios da ciência e tecnologia modernas para combater os valores da modernidade. Suas vertentes mais radicais se expressam num jihadismo transnacional de cunho terrorista. Jihadistas atacam também alvos fora da região – da Nigéria às Filipinas, dos uigures chineses até os chechênos em Moscou, indo de Toulouse a Boston. Contudo, o Oriente Médio permanece seu centro.

É, portanto, neste Oriente Médio que as expressões mais perigosas da intolerância religiosa e étnica se mesclam com uma série de crises pontuais mas interligadas. Entre elas, nenhuma é mais urgente do que a Síria. Desde 2011 esta deslizou para uma guerra civil que agora arrisca se expandirem toda a região. Como veremos na Parte II, a crise síria concentra todas as tragédias da Primavera Árabe e coloca as maiores dificuldades para a comunidade internacional.

Vimos nesta Parte I como se desenvolveu uma mescla associativa simbólica, embora incorreta, entre imperialismo e intervenção; como as pré-condições para uma mais justa ordem internacional que se esboçaram no imediato pós-guerra fria foram desafiadas pelo islamismo radical, única ideologia sobrevivente capaz de contestar o modelo da democracia liberal; como o 9/11 se tornou a alavanca de um novo

---

<sup>21</sup> Cf. Francis Fukuyama, *Fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

intervencionismo; e como os desapontamentos com as novas intervenções produziram no ocidente o clima atual de anti intervencionismo – exatamente no momento quando a Primavera Árabe causou a necessidade de intervenções solidarias com os movimentos democráticos.

Porque esta participação internacional deixou de acontecer, quais os riscos acarretados pela isenção da comunidade internacional, e como ela poderia operar de maneira mais construtiva, na teoria – dada uma mais favorável conjuntura – tais são as perguntas que nortearão a segunda parte de nossa análise.

# O EGITO EM UMA ENCRUZILHADA: A INFLUÊNCIA DOS MILITARES NA POLÍTICA E UMA SOCIEDADE DIVIDIDA

José Antonio Lima<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Este artigo examina os acontecimentos no Egito desde a queda do ditador Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011, à luz de duas dinâmicas que moldam o país nos dias de hoje: a influência dos militares sobre a política e o duelo entre as identidades secular e religiosa. A proposta da análise é mostrar como a interação entre essas duas dinâmicas se tornou um grande obstáculo à democratização do Egito, por tornar a disputa política um jogo de soma zero no qual os vencedores têm como objetivo suprimir as vozes dissonantes.

**Abstract:** This article examines the events in Egypt since the fall of dictator Hosni Mubarak, in February 2011, in light of two dynamics that shape the country today: the influence of the military on politics and the duel between the secular and religious identities. The purpose of the analysis is to show how the interaction between these two dynamics has become a major obstacle to the democratization of Egypt, by making the political dispute a zero-sum game in which the winners aim to suppress dissenting voices.

---

O afastamento de Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011, e a derrubada de Mohamed Morsi, em julho de 2013, foram movimentos políticos bastante diversos. O primeiro tratou-se de um golpe palaciano, no qual o ditador que comandava o Egito há 30 anos foi removido pela cúpula das Forças Armadas diante da instabilidade provocada por 18 dias de manifestações populares, um momento histórico e inédito para o Egito. O segundo, apesar das aparências de uma revolução popular contra a Irmandade

---

<sup>1</sup> José Antonio Lima é jornalista, atualmente na revista *CartaCapital*. É mestrando do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pela qual pesquisa os impactos do governo da Irmandade Muçulmana na política externa do Egito.

Muçulmana, foi um clamoroso golpe de estado, que seguiu o script deste tipo de ato. As saídas de Mubarak e Morsi do poder, entretanto, têm mais em comum do que revela a diferença semântica entre elas. Em fevereiro de 2011 e em julho de 2013, o que o Egito viveu foram duas representações diversas da tentativa dos militares de continuarem protegendo seus interesses e ditando os destinos do país como fazem há seis décadas.

Há uma tendência de o papel dos militares na política egípcia ser minimizado pois há um confronto de identidades no Egito – uma islâmica e conservadora e outra secular, porém tampouco liberal – muito mais visível e saliente, no qual se destaca o papel proeminente da Irmandade Muçulmana na sociedade. Este conflito será analisado na parte final deste artigo, pois não há dúvidas de que seja central no futuro do Egito. Antes, analisaremos uma questão igualmente importante para entender o Egito hoje, os atos dos militares. Mais que um “poder moderador” entre secularistas e islamistas, os donos das armas querem ser, também, os responsáveis por determinar as balizas entre as quais o Egito pode caminhar.

É importante ter em conta que os militares do Egito não são onipotentes e muito menos imunes ao que acontece no país. Como ocorreu com quase todas as estruturas estatais egípcias desde 2011, as Forças Armadas sofreram os efeitos da chamada Primavera Árabe. No Egito, a “primavera” foi uma genuína revolução, iniciada com os protestos, seguida pelo golpe palaciano contra Mubarak e os 16 meses de governo militar e completada pela eleição de Mohamed Morsi. Por mais imperfeita que fosse, havia uma democracia ao menos procedimental instalada no Egito, geradora de desafios para toda a sociedade, inclusive para os militares. Não é possível afirmar com certeza se a derrubada de Morsi sempre esteve nos planos do establishment militar, ou se foi propiciada por uma conjunção de fatores. O fato é que a queda do presidente eleito abriu caminho para os militares ampliarem seu poder de ditar as regras da política egípcia, uma capacidade que sempre existiu nos últimos 60 anos, mas cuja dimensão nem sempre foi clara. Daqui para frente, é certo que as Forças Armadas exercerão tal prerrogativa, mas há dúvidas a respeito do grau de visibilidade que a instituição terá. O mais provável, como veremos neste artigo, é que os militares procurem colocar o Egito nos rumos de uma “democracia controlada”. Controlada por eles mesmos.

## **De onde vem o poder do Exército?**

É impossível entender a atuação das Forças Armadas no Egito de hoje sem analisar seu papel histórico no país.

Os militares passaram a ter uma atuação preponderante no Egito a partir da Revolução dos Oficiais Livres de 1952, quando foram os artífices da derrubada da monarquia então liderada pelo rei Farouk. Naquele episódio, ainda latente no imaginário egípcio, as Forças Armadas ganharam o status de salvadoras da pátria, do qual, em grande medida, desfrutam até os dias de hoje – não foi à toa que, em 2011, a praça Tahrir, no centro do Cairo, ouviu durante dias os gritos de “o povo e o Exército: uma mão”. O apoio aos Oficiais Livres foi maciço. Graças a isso, em menos de um ano, a revolução “aboliu a monarquia, instaurou o republicanismo, colocou fim ao sistema parlamentar do país, aboliu os partidos políticos e prendeu (ou tirou de cena), quase todos os políticos da ‘era passada’” (Osman, 2010). Quem emergiu como líder da revolução foi Gamal Abdel Nasser. Sob seu governo (1956-1970), os militares passaram a dirigir o Estado, papel fortalecido pelas reformas econômicas realizadas naquele período. De um lado, o “socialismo árabe” que Nasser tentou implantar fez surgir uma nova elite, formada por industriais e integrantes da gigantesca burocracia responsável pela administração das empresas nacionalizadas e das novas estatais. Do outro, suprimiu, por meio de profunda reforma agrária, a elite econômica rural formada por menos de 0,5% da população, que em 1950 detinha um terço de toda a terra fértil do Egito (Osman, 2011: 54).

Também sob Nasser, surgiu no Egito uma presidência superpoderosa, protegida de oposições civis pela proeminência das Forças Armadas. Uma consequência desta dinâmica era a concentração da competição por poder dentro do establishment militar. Assim que teve a oportunidade, Nasser lidou com esta situação. Após a humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Nasser tirou de cena seu principal concorrente político, o marechal Abdel Hakim Amer, abrindo uma “transição inicial de [uma condição de] Forças Armadas altamente engajadas na política para uma [condição] de Forças Armadas mais profissionais” (Kurtzer & Svenstrup, 2012). Este gradual afastamento dos militares da política egípcia prosseguiu sob o governo de Anwar al-Sadat (1970-1981), com uma inovação importante. Em troca de apoio, Sadat escancarou a porta da economia egípcia para os militares e ex-militares.

No Egito de Sadat, abundavam oportunidades de ganhar dinheiro, graças à política de abertura da economia para investidores estrangeiros conhecida como *infitah*. Essas oportunidades, entretanto, eram restritas à elite, na qual os militares estavam não apenas inseridos como estabelecidos. Sadat usou a *infitah*, afirma Osman (2010), para “reforçar sua base de poder, recompensar seus asseclas e aliados e criar uma classe capitalista cujas lealdades não eram [direcionadas] ao livre mercado e economias abertas – e certamente não à democracia – mas ao próprio regime”.

O desenvolvimento da indústria de turismo na região sul [da Península] do Sinai é um bom exemplo. Após a retirada das tropas israelenses do Sinai, a região passou por uma grande transformação de frente de guerra para paraíso turístico. (...) [Existiam] patrimônios de alto potencial esperando para ser monetizados. De repente, uma porcentagem significativa das melhores localizações para hotéis e resorts, e uma multidão de interesses econômicos que emergiram, estavam nas mãos de ex-oficiais militares e de inteligência, amigos e familiares de figuras importantes do regime e um seletivo grupo de companhias com conexões com o regime. (OSMAN, 2010)

O ganho de poder econômico por parte dos militares foi institucionalizado sob Sadat. Em 1979, o governo aprovou a Lei 32 (Hussein, 2012), que deu independência institucional e financeira às Forças Armadas com relação ao orçamento do governo. Isso permitiu que todos os negócios envolvendo militares passassem a ser realizados longe da vigilância da população e do restante do Estado, situação que persiste até hoje. A ascensão à Presidência de Hosni Mubarak (1981-2011), um ex-integrante da Força Aérea, aprofundou este processo. Uma nova onda de privatizações foi realizada na década de 1990, desta vez sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional, mas as Forças Armadas continuaram influentes na economia. Como não há supervisão sobre o orçamento militar e qualquer menção pública a este assunto pode ser passível de processo por ameaça à segurança nacional (Abul-Magd, 2011), não se sabe qual o real tamanho do império econômico militar. As estimativas mais conservadoras afirmam que 8% do Produto Interno Bruto do Egito estão nas mãos de militares e ex-militares, mas outras chegam a até 40%<sup>2</sup>. Informação conhecida sobre as atividades econômicas militares é sua variedade. Além da fabricação de armamentos de guerra, as Forças Armadas atuam em ramos como a indústria imobiliária e de recuperação de terras (lucrativo negócio de transformação de deserto em área urbana); produção de cimento e

---

<sup>2</sup> *The Economist* (2012)

construção civil<sup>3</sup>; agricultura (produção de leite e gado de corte); venda de energia (gás butano, postos de gasolina) e alimentos (água mineral, massas); serviços de limpeza; cafeterias (Abul-Magd, 2011); além de infraestrutura e turismo.

A estratégia adotada por Sadat e Mubarak produziu uma complexa simbiose entre o poder e o dinheiro no Egito. Integrantes das elites econômica e política, os militares se tornaram subservientes à Presidência, mas em troca conseguiram preservar o que Kurtzer e Svenstrup (2012) chamam de “três interesses corporativos chave”. O primeiro é sua imagem de principal ente patriótico do Egito, uma herança Nasserista. Fundamental para a manutenção deste papel é o fato de os militares atuarem nos bastidores, longe dos holofotes da imprensa e livres dos desgastes intrínsecos ao ato de governar. O segundo é o papel de garantidor das fronteiras nacionais, o que tornou as Forças Armadas a mais importante entidade responsável pela política externa do Egito. Uma importante exceção a este papel foi a brusca mudança de paradigma realizada por Sadat nos anos 1970, quando, em meio à Guerra Fria, tirou o Egito da esfera de influência da União Soviética e colocou o país sob os auspícios dos Estados Unidos. Cabe lembrar que, hoje, o establishment militar está confortável com tal condição. As pedras fundamentais das relações exteriores do Egito são o tratado de paz com Israel e a parceria com os Estados Unidos, situação a partir da qual os militares se aproveitam. O Egito é o segundo maior receptor de ajuda externa dos EUA – um valor que anualmente passa de US\$ 1 bilhão. Uma parte do dinheiro é usada de forma transparente, pois chega “marcada” de Washington. Com o restante isso não ocorre. Segundo afirmou uma diplomata ocidental baseado no Cairo a este autor em janeiro de 2011, cada um dos oito principais oficiais egípcios embolsava US\$ 50 mil dólares da ajuda externa norte-americana<sup>4</sup>. O terceiro interesse é a manutenção dos negócios econômicos militares sem supervisão civil. Ao manter sua atividade econômica em segredo, os militares protegem um estilo de vida que inclui restaurantes caros, carros importados e a possibilidade de frequentar escolas e clubes caros em áreas nobres das principais cidades do país, como a ilha Zamalek, que deita sobre o Nilo no centro do Cairo.

---

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> O autor atuou neste período como enviado especial da revista *Época* para o Egito

## Os militares e a queda de Mubarak

Como nota Salem (2013), há na literatura uma divergência a respeito do grau de despolitização dos militares no Egito. Segundo a autora, em *Soldiers, Spies and Statesmen: Egypt's Road to Revolt* (2012), Hazem Kandil (não houve acesso à fonte original) afirma que os militares começaram a sair da cena política ainda no governo Nasser, um processo aprofundado por Sadat e Mubarak, que favoreceram o aparato de segurança interna em detrimento dos militares como forma de repressão. Sayigh (2012) vai numa direção oposta. De acordo com ele, a “república dos oficiais nunca foi embora, mas se expandiu de novas formas para se tornar um esteio dos sistema (...) de Mubarak, até que emergiu das sombras para assumir o poder total no início de 2011”. É difícil definir quem tem razão neste debate por duas razões. A primeira é que mesmo dentro do Egito não há conclusão sobre isso. Um cabo diplomático produzido pela embaixada dos EUA no Cairo em julho de 2009 e revelado pelo site WikiLeaks deixa isso claro<sup>5</sup>.

A ideia de que as Forças Armadas continuam a ser uma força econômica e política chave é sabedoria convencional por aqui. No entanto, outros observadores nos dizem que os militares estão menos influentes, mais fraturados e sua liderança mais fraca recentemente.

A segunda razão da dificuldade é o fato de que os militares, como qualquer outro agente histórico, respondem aos eventos que se desenrolam, muitas vezes sem sua anuência. Assim, um grupo que aparentemente era pouco influente pode se mobilizar e ganhar influência. Diante disso, pode-se fazer uma breve análise que revela que as duas tendências presentes na literatura têm alguma dose de razão.

É fato que, como afirma Kandil (apud Salem, 2013), na mesma linha da já citada análise de Kurtzer e Svenstrup (2012), os militares não eram a face visível do regime. Em determinados momentos, isso fez com que não pudessem influenciar os destinos do país. Como nos lembra Karawan (1996), alguns desenvolvimentos políticos importantes na história do Egito ocorreram à revelia dos militares. Exemplos citados por ele são a *infitah* de Anwar al-Sadat, bem como a troca de “patrono” na Guerra Fria (URSS pelos EUA) e a paz com Israel, que provocou indignação de alguns oficiais egípcios. Neste sentido, os privilégios recebidos pelo establishment militar ao longo do tempo seriam a recompensa pela “subserviência” à Presidência. De outra parte, é cristalino o fato de que

---

<sup>5</sup> Cabo publicado no endereço <<http://www.wikileaks.ch/cable/2009/07/09CAIRO1468.html>> sob o título *Viewing cable 09CAIRO1468, Ndp Insider: Military Will Ensure Transfer Of Power*.

as Forças Armadas não estavam totalmente afastadas da política. Oficiais tinham postos em agências governamentais de monitoramento e administração e, partir de 1990, mais da metade dos governadores de províncias eram do Exército<sup>6</sup>. Além disso, os militares estavam presentes também na estrutura de segurança interna de Mubarak. Este aparato de repressão foi fortalecido a partir dos anos 1990, quando o regime travou por anos um duro combate com os islamistas radicais de facções como o Jihad Islâmico Egípcio (da qual fazia parte o hoje líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri) e o Grupo Islâmico. O ganho de poder por parte do Ministério do Interior não passou despercebido pelas Forças Armadas. Inicialmente, os militares avaliaram outras forças de segurança como uma ameaça, mas com o tempo inseriram seus homens em suas burocracias<sup>7</sup>. Nenhum militar teve mais sucesso no aparato de segurança como Omar Suleiman, um general do Exército que comandou o poderoso Serviço Geral de Inteligência entre 1993 e 2011, quando se tornou vice-presidente do Egito por cerca de dez dias até a queda de Mubarak.

Pode deixar mais claro o papel dos militares na política do Egito uma análise a respeito dos últimos anos do governo Mubarak. A partir do início dos anos 2000, Hosni Mubarak, à medida que envelhecia, abria espaço para seu círculo íntimo na tomada de decisões. O principal beneficiado deste processo foi Gamal Mubarak, o filho mais novo de Hosni. Ex-diretor de um banco de investimentos em Londres, Gamal, um adepto do neoliberalismo, assumiu o papel de líder econômico do Partido Nacional Democrático (conhecido pelo acrônimo em inglês NDP) e formou, com o auxílio de alguns dos principais capitalistas do Egito, um comitê de políticas públicas no NDP que se tornou o motor e centro de gravidade do partido (Osman, 2011: 47). Por meio deste comitê, Gamal passou a rivalizar com a velha guarda do NDP. Figura ocidentalizada, fluente em inglês, Gamal assumiu também o posto de face externa do Egito. Participou de reuniões no exterior como o Fórum Econômico Mundial e deu entrevistas para a imprensa internacional. Nas palavras de Roll (2010), “pela primeira vez na história moderna do Egito a elite empresarial está [estava] tendo um papel na questão da sucessão”. Ocorre que, ao contrário de Nasser, Sadat e do pai, Gamal “não se apoiava no establishment

---

<sup>6</sup> *The Economist* (2012)

<sup>7</sup> *Ibid.*

militar ou de inteligência; seus aliados, quase sem exceção, vinham dos altos escalões empresariais”<sup>8</sup>.

A proeminência de Gamal na linha de sucessão configurava um dilema para os militares, como afirma Roll em análise de 2010 a respeito do que poderia ter sido a sucessão de Hosni por Gamal, mas as Forças Armadas tinham diversos motivos para manter a neutralidade na disputa entre a velha guarda do NDP e a nova, liderada por Gamal. Isso ocorria especialmente porque a neutralidade fortalecia a velha guarda do NDP, responsável por resguardar os interesses dos militares. Sob Gamal, não havia certeza a respeito da manutenção dos privilégios. Um dos motivos era o temor de que as mudanças neoliberais defendidas pelo grupo de Gamal poderiam afetar seus privilégios econômicos. O outro eram as ligações estreitas entre a cúpula das Forças Armadas e a velha guarda do regime. O cabo diplomático norte-americano vazado pelo WikiLeaks e já citado neste artigo também abordou o tema. Em conversa com Ali El Deen Hilal Dessouki, um *insider* do NDP, o emissário dos EUA ouviu que as Forças Armadas eram o “real centro de poder no Egito” e que ainda que os militares não “interviessem diretamente em assuntos do dia a dia do governo, seus líderes estavam determinados a manter a ordem”. Ainda segundo o documento, Dessouki reconheceu que os militares estavam preocupados em preservar seus “interesses corporativos”, mas foi enfático ao salientar que tinham um compromisso com uma transição de poder “constitucional”.

Somados e analisados em retrospecto, a opinião de Roll e o parecer de Dessouki deixam claro um diagnóstico que foi provado correto pelos eventos: os militares não eram os comandantes da política egípcia, eram um ator entre vários, mas poderiam vir a ser o ente dominante num momento de crise. E foi exatamente este papel que precisaram exercer quando o mundo foi apresentado à praça Tahrir, em janeiro e fevereiro de 2011. Nas ruas do Cairo, era fácil sentir a indignação da população e sua disposição em realizar um protesto permanente até que houvesse uma mudança no regime. A ira era direcionada a Mubarak e a sua família. Egípcios na praça Tahrir não conseguiam vislumbrar o que viria depois. Desejavam, apenas, se ver livres do homem que comandara suas vidas por 30 anos. As Forças Armadas demoraram exatos 18 dias para perceber isso. A renúncia de Mubarak foi anunciada em 11 de fevereiro. No fim daquele mês, ele foi proibido de deixar o Egito. Em abril, o ex-ditador e seus filhos foram presos. A principal demanda da praça Tahrir estava atendida; os interesses econômicos

---

<sup>8</sup> *Ibid.*

dos militares, salvaguardados; e o homem que cogitou ameaçar esses interesses, Gamal, atrás das grades. Dali para frente, os militares precisariam definir como atuar na política, uma história ainda longe de terminar, mas que somou alguns tristes capítulos na história do Egito.

## **As Forças Armadas no governo**

O Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito, conhecido pelo acrônimo em inglês SCAF, existe pelo menos desde o governo de Anwar al-Sadat<sup>9</sup>. A missão do SCAF era aconselhar o presidente egípcio<sup>10</sup>, sempre a pedido dele próprio, em questões militares, mas em janeiro/fevereiro de 2011, essa lógica foi subvertida. Em 10 de fevereiro, a TV estatal do Egito exibiu imagens de um encontro do conselho, sem Mubarak. Na cadeira principal da reunião estava o então ministro da Defesa, o marechal-de-campo Mohamed Hussein Tantawi. No dia seguinte, Mubarak havia sido retirado do poder e Tantawi estava fadado a se tornar a figura central da política egípcia nos próximos 16 meses, um período no qual seriam lançadas as sementes da instabilidade que, como veremos, ajudaram a inviabilizar o primeiro governo democraticamente eleito da história do Egito.

Dois dias depois de derrubar Mubarak, o SCAF suspendeu a Constituição e dissolveu as duas casas do Parlamento do Egito, a Assembleia Popular (câmara baixa) e o Conselho Shura (câmara alta), tomando para si os poderes Executivo e Legislativo. Na sequência, os militares prometeram uma transição que parecia boa para o país: o Egito teria uma constituinte para elaborar uma nova Carta, além de eleições parlamentares e presidenciais. Ocorre que, neste processo, o SCAF cometeu dois grandes erros.

O primeiro foi considerar que o golpe palaciano contra Mubarak era o ponto final da revolução. As Forças Armadas do Egito tinham a “convicção” de que as suas reclamações diante do governo Mubarak – a tendência a transferir o poder de forma hereditária para Gamal, o neoliberalismo e a corrupção – “refletiam fielmente” as demandas da população (International Crisis Group, 2012). Nem de perto essa

---

<sup>9</sup> *The SCAF: an Overview of its Actions* (2012). Disponível em: <<http://egyptelections.carnegieendowment.org/2012/01/05/the-scaf-an-overview-of-its-actions>>

<sup>10</sup> *Ibid.*

conclusão tinha base. Havia no Egito um sentimento genuíno por democratização, inserido nas manifestações que ocorriam também em países vizinhos, e a permanência prolongada de uma junta militar no poder contrastava de maneira acintosa com este desejo. Um agravante era a incompetência administrativa por parte das Forças Armadas, que por vezes pareciam nem mesmo entender por que algumas de suas decisões eram recebidas com tamanha hostilidade pela população e pelas forças políticas.

O distanciamento entre o governo militar e a população egípcia pode ser exemplificado pelas inúmeras, e por vezes chocantes, violações aos direitos humanos cometidas nos 16 meses em que o SCAF esteve no poder. Os abusos foram especialmente marcantes pois os militares clamavam estar de mãos dadas com o povo, mas ao assumir o poder simplesmente reproduziram, e até agravaram, o estado policial instalado no Egito nos 30 anos anteriores, contra o qual as massas foram às ruas. Nesse período, as violações são incontáveis, mas alguns episódios são emblemáticos.

Ainda em março de 2011, surgiu a denúncia de que pelo menos 17 mulheres foram submetidas a “testes de virgindade” na prisão militar de Hikestep, nas proximidades do Cairo, para onde foram levadas após o Exército dispersar uma manifestação na praça Tahrir, no Cairo. As mulheres ficaram presas por quatro dias, período no qual foram espancadas, submetidas a choques elétricos e aos “testes de virgindade”<sup>11</sup>. Em entrevista à rede de tevê norte-americana CNN, um general egípcio não apenas admitiu as acusações como defendeu a prática<sup>12</sup>. A pressão sobre o Egito foi grande, especialmente porque uma das mulheres, Samira Ibrahim, teve coragem de fazer uma denúncia formal contra os militares. Em junho de 2011, o SCAF anunciou que os testes estavam proibidos<sup>13</sup>, mas até hoje nenhum militar foi condenado.

Em outubro de 2011, os cristãos coptas também foram alvo de abusos dos militares. Naquele momento, dispersões violentas de manifestações já haviam se tornado uma praxe para os militares. Nenhuma foi tão cruel quanto a realizada em 9 de outubro, quando cristãos e uma minoria de muçulmanos se reuniram em frente ao prédio da tevê estatal do Egito, conhecido como Maspéro, para protestar contra a

---

<sup>11</sup> Amnesty International: *Egypt: A year after 'virginity tests', women victims of army violence still seek justice*, Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news/egypt-year-after-virginity-tests-women-victims-army-violence-still-seek-justice-2012-03-09>>

<sup>12</sup> CNN: *Egyptian general admits 'virginity checks' conducted on protesters*. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/05/30/egypt.virginity.tests/index.html>>

<sup>13</sup> Al-Arabiya: *Ruling military pledges to end 'virginity tests' on women seeking to join armed forces, and also on female prisoners*. Disponível em: <<http://www.alarabiya.net/articles/2011/06/27/155060.html>>

demolição de uma igreja no governadorado de Aswan, no sul do país. Quando a marcha se aproximava do edifício, foi recebida pela tropa de choque da polícia do Exército. Correram pelo mundo as imagens de veículos blindados do Exército acelerando em meio à multidão, atropelando os manifestantes à medida que iam e voltavam na avenida Nile Corniche. No mini-documentário *The Maspéro Massacre | 9/10/11*<sup>14</sup>, publicado no Youtube pelo Coletivo Mosireen, do Egito, um dos manifestantes presentes no protesto conta que em meio à violência do Exército começou a receber mensagens de colegas segundos os quais a TV estatal do Egito estava insuflando as “pessoas de bem” do Egito a irem para as ruas proteger os militares, que segundo a versão oficial estavam sendo atacados. O saldo da violência foi de pelo menos 25 mortes, a maioria de cristãos, provocadas por atropelamentos ou tiros. Em setembro de 2012, três soldados foram condenados por homicídio culposo<sup>15</sup>, um veredicto que indignou os egípcios, por ser brando e por ter sido realizado pela Justiça militar. Não há notícias de julgamentos de civis.

Em dezembro de 2011, a brutalidade do SCAF foi mais uma vez escancarada. No fim de semana dos dias 16 e 17 de dezembro, os egípcios se reuniram na praça Tahrir e nas proximidades para protestar contra a nomeação de Kamal Ganzouri como primeiro-ministro. Num dos confrontos ocorrido no dia 17, uma mulher estava fugindo dos policiais ajudada por três outros manifestantes. Na tentativa de escapar, o grupo cai no chão e dois homens conseguem escapar. Um deles e a mulher ficam no chão, quando são cercados por militares e policial. Tem início, então, uma brutal sessão de espancamento, na qual fica clara a “preferência” das forças de segurança por espancar a mulher. Nas imagens postadas na internet é possível observar ao menos oito pessoas diferentes agredindo a mulher. Um dos homens pisa em sua cabeça cinco vezes seguidas. A mulher em seguida é arrastada, agredida com mais pontapés, e tem a abaya que vestia levantada, expondo sua barriga e o sutiã azul. A “mulher do sutiã azul”, uma ativista anti-SCAF, sobreviveu, mas não quis ser identificada<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00t-0NEwc3E>>

<sup>15</sup> Al-Ahram: *Egypt rights group demands report on Maspéro massacre*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/83638/Egypt/Politics-/Egypt-rights-group-demands-report-on-Maspéro-massa.aspx>>

<sup>16</sup> The Guardian: *Young woman beaten and dragged by Egyptian soldiers wants anonymity*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/dec/18/egypt-military-tahrir-square-woman?newsfeed=true>>

O segundo erro do SCAF foi considerar que era o “único ator possuidor da experiência, maturidade e sabedoria necessárias para proteger o país de ameaças domésticas e externas” (Ibid). Um sinal deste comportamento foi o aparente desprezo das Forças Armadas por outros grupos políticos egípcios, vistos como inaptos a governar, a não ser a Irmandade Muçulmana, força com a qual tiveram uma relação conflituosa. A tensão se dava porque a aliança informal entre as duas partes era casuística e não se concentrava em torno de um objetivo comum. No lugar disso havia apenas a busca por interesses próprios de cada parte. De um lado, o SCAF apostava no poder de mobilização das massas do qual os irmãos muçulmanos desfrutavam para conseguir aplacar os ânimos nas ruas – a Irmandade Muçulmana não esteve presente no início das manifestações contra Mubarak, mas o grupo logo se integrou a elas e, no período seguinte, ganhou legitimidade no diálogo. De outro lado, a Irmandade Muçulmana buscava, ao defender o governo militar, ganhar voz ativa na vida política do Egito, o que de fato ocorreu, gerando inúmeras consequências. A interação dos dois erros do SCAF – desconexão com a rua e desprezo pelos atores políticos – tornaram caótico o tempo em que os militares comandaram o Egito, como veremos a seguir.

### **A instabilidade é a regra**

É difícil avaliar as intenções dos militares egípcios, uma vez que a classe é extremamente fechada em torno de si mesma, mas é razoável supor que as Forças Armadas não desejassem transformar o Egito numa ditadura militar escancarada. Desejavam, como afirmaram Martini e Taylor (2011), “criar um sistema de instituições democráticas moldadas cuidadosamente que preserve seu poder e reduzam as chances de qualquer grupo político de desafiá-los”. Este processo, entretanto, foi levado de forma desastrosa.

As datas das eleições parlamentares e presidenciais, bem como a formação da constituinte e a aprovação da Constituição foram seguidamente modificadas pelo SCAF, bem como a ordem em que elas deveriam ocorrer. A inconsistência do calendário eleitoral fez surgir a impressão de que os militares pretendiam se manter no poder e logo este sentimento se manifestou nas ruas. Protestos semelhantes àqueles realizados

contra Mubarak foram novamente organizados (e brutalmente reprimidos, como visto anteriormente), mas desta vez a reivindicação principal era uma rápida transição para um governo civil. O sentimento de que a queda de Mubarak não fora uma revolução, ou de que a revolução havia sido roubada pelos militares, foi reforçado pelas manobras realizadas pelo SCAF para garantir influência sobre o Parlamento que viria a ser eleito. A lei eleitoral aprovada pelas Forças Armadas previa a manutenção de dois mecanismos que ajudaram a ditadura a se manter no poder: a reserva de metade das vagas da câmara baixa para “trabalhadores e agricultores” (sendo que em 90% dos casos os agricultores eram ex-militares segundo Martini & Taylor) e a previsão de que metade dos eleitos da câmara baixa deveria ser escolhida por meio de pleitos individuais nos distritos eleitorais. Este segundo ponto reforça o poder de líderes locais, que durante o regime Mubarak concorriam como independentes e, depois, se filiavam ao NDP, e dificulta a identificação do eleitor com partidos políticos que fazem campanha baseada em plataformas nacionais (Martini & Taylor, 2011). As críticas e protestos contra o SCAF foram tantos por conta desta variação de voto distrital que eventualmente as regras foram modificadas e apenas um terço dos assentos na câmara baixa (em vez de metade) foram escolhidos assim<sup>17</sup>.

Ao mesmo tempo em que pareciam engajados em se manter no poder, os militares eram vistos com suspeição pelos grupos políticos seculares do Egito também por conta do fato de terem optado por realizar o que o International Crisis Group classificou como “convergência tática” com a Irmandade Muçulmana. O SCAF “tendia a pedir apoio aos irmãos sempre que percebia sua posição, interesses primordiais e objetivos em perigo” e, em troca, dava à Irmandade voz no período de transição. Esta dinâmica foi marcada por atritos e tentativas de chantagem de lado a lado, mas acabou produzindo um resultado que ia ao encontro das expectativas dos islamistas. Naquele momento, o maior interesse dos irmãos muçulmanos era garantir a realização das eleições legislativas, por meio das quais pretendiam, após décadas na ilegalidade, ter um papel institucional no futuro do Egito. Não há dúvidas de que a Irmandade Muçulmana sabia ser a força política mais bem organizada do país, uma vez que vinha consistentemente lançando seus candidatos (camuflados como “independentes”) para o Legislativo desde 1984. Os setores seculares, por sua vez, defendiam eleições parlamentares apenas depois da elaboração de uma nova Constituição. A intenção era

---

<sup>17</sup> Relatório do International Crisis Group (2012), p. 5

evitar a influência desproporcional dos islamistas na constituinte e ganhar tempo para organizar os partidos seculares para a eleição legislativa – uma vez que nenhum deles tinha base devido à repressão a que foram submetidos durante o regime Mubarak. A opção dos militares foi eleger o Parlamento e dar a este a prerrogativa de escolher os constituintes. Foi um erro crasso.

As eleições parlamentares do Egito foram realizadas em três estágios diferentes entre 28 de novembro de 2011 e 11 de janeiro de 2012. A Aliança Democrática, encabeçada pelo Partido Liberdade e Justiça (o braço político da Irmandade Muçulmana) obteve 36% dos votos e 43% dos assentos no Parlamento<sup>18</sup>. O Bloco Islamista, liderado pelo partido salafista Al-Nour, apareceu em segundo, com 27% dos votos e 24% dos assentos<sup>19</sup>. O cenário que emergiu das urnas era uma representação dos piores medos dos setores seculares. Diante de um quadro em que 70% do Parlamento estava nas mãos do islã político, a esperança para contrapor o peso da Irmandade Muçulmana era a eleição presidencial. Esta situação ampliou ainda mais a importância daquele pleito, que já era suficientemente acirrado tendo em vista o regime presidencialista em vigor.

Inicialmente, a Irmandade Muçulmana rejeitava disputar a presidência. Brown (2013) relata que teve diversos encontros com o principal estrategista da organização, Khairat al-Shater, no início de 2011, e que ele rejeitou repetidas vezes a ideia de que a Irmandade deveria buscar a presidência do Egito. Esta era, inclusive, uma promessa pública do grupo. Nas conversas com al-Shater, relata Brown, ele afirmava que esta era uma perspectiva que a Irmandade deveria buscar a longo prazo (apenas quando ele estivesse aposentado), pois o mundo e o Egito não estavam preparados para ter um irmão muçulmano no governo do país (Blair, Taylor e Perry, 2013). Um ano depois, o próprio Shater foi nomeado candidato à presidência do Egito. O que fez o grupo mudar de posição? Brown (2013) avalia que a Irmandade fez isso por conta de “oportunidades inesperadas e sinais confusos” de outros atores políticos. Não parece haver dúvidas de que a principal preocupação dos irmãos muçulmanos era a dissolução do Parlamento, que vinha sendo cogitada pelo Judiciário egípcio e insuflada pelos setores seculares do país. Diante da perspectiva de perder o poder político tão ansiado e recém-conquistado, em março de 2012 a Irmandade Muçulmana rompeu sua promessa e lançou o nome de Shater. A esta altura, os militares aparentemente já tinham avaliado como um erro a

---

<sup>18</sup> *Ibid*, p. 6

<sup>19</sup> *Ibid*, p. 6

aliança tática com os irmãos. Não foi uma coincidência, então, que o ex-chefe da Inteligência de Mubarak, Omar Suleiman, também saiu candidato. Logo, Shater e Suleiman foram desqualificados do pleito, junto com outros vários candidatos<sup>20</sup>, e substituídos, respectivamente, por Mohamed Morsi e Ahmed Shafiq, ex-comandante da Força Aérea do Egito e ex-primeiro-ministro. Morsi e Shafiq foram os mais votados no primeiro turno<sup>21</sup> das eleições e, em 14 de junho, dois dias antes do segundo turno, o Judiciário determinou que um terço do Parlamento havia sido eleito de forma irregular. O SCAF não só apoiou a decisão judicial como a ampliou, afirmando que se parte do Legislativo estava irregular, todo ele estava e, então, deveria ser dissolvido<sup>22</sup>. Os poderes legislativos voltaram para a mão da junta militar. O temor da Irmandade Muçulmana estava confirmado, mas dois dias depois o maior temor dos seculares egípcios também viraria realidade: com 51,73% dos votos, Mohamed Morsi seria eleito. Após décadas na ilegalidade, a Irmandade Muçulmana chegava ao governo do Egito.

## **Ascensão e queda dos irmãos**

O governo da Irmandade Muçulmana durou exatos um ano e três dias. Foi (mais) um período desastroso na história do Egito, resultado da atuação fracassada de Morsi em áreas como a economia e de seu crescente autoritarismo, mas também de uma impressionante resistência a seu governo por parte de muitos setores da sociedade egípcia.

Quando Morsi se tornou presidente do Egito, em 30 de junho de 2012, o cargo vivia uma contradição. Era, ao mesmo tempo, poderoso demais, mas fraco por outro lado. O superpoder derivava do fato de a Presidência ser o único posto eletivo realmente efetivo no Egito. A Assembleia Popular fora dissolvida e o Conselho Shura era tido como

---

<sup>20</sup> Shater foi eliminado por conta de processos judiciais aos quais respondia. A ação que motivou sua punição foi a de pertencer a um “grupo banido”, a Irmandade Muçulmana. Suleiman foi barrada por conta de uma questão burocrática. Ele não apresentou as assinaturas de 30 mil pessoas endossando sua candidatura. Al-Ahram: *Electoral commission upholds ban on 10 presidential candidates*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/36/122/39510/Presidential-elections-/Presidential-elections-news/Electoral-commission-upholds-ban-on--presidential-.aspx>>

<sup>21</sup> Morsi recebeu 24,3% dos votos, contra 23,3% de Shafiq. The Guardian: *Egypt confirms Mohammed Morsi and Ahmed Shafiq in election runoff*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2012/may/28/egypt-presidential-election-morsi-shafiq>>

<sup>22</sup> Al-Jazeera: *Egypt court orders dissolving of parliament*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/06/2012614124538532758.html>>.

figurativo. Por outro lado, a presidência sofrera um duro ataque das Forças Armadas. Em 18 de junho, o SCAF publicou uma declaração constitucional que tirava do presidente prerrogativas como declarar guerra e convocar o Exército para conter instabilidades internas; colocava sob cuidados do SCAF, e apenas dele, quaisquer assuntos militares, como o orçamento e a permanência de oficiais na ativa; e abria a possibilidade de o SCAF convocar uma nova Constituinte caso aquela indicada pelo Parlamento dissolvido “tivesse algum obstáculo” que a impedisse de “completar seu trabalho”<sup>23</sup>. Não demorou, entretanto, para Morsi mostrar poder. Nos primeiros meses, ele governou praticamente sem oposição e, em agosto, promoveu uma surpreendente reforma no SCAF, afastando o marechal Tantawi e abrindo espaço para uma geração mais nova de militares, agora comandados pelo ex-chefe da Inteligência militar de Mubarak, o general Abdel Fattah el-Sisi. Além dessas mudanças, Morsi conseguiu revogar a declaração constitucional de junho, fortalecendo ainda mais a presidência. Aparentemente encorajados pela vitória política, Morsi e a Irmandade Muçulmana passaram a atuar de forma mais assertiva. Esse comportamento criaria as condições para o golpe.

Em vez de tentar desconstruir o regime Mubarak, o que se esperava de um governo de transição, a Irmandade Muçulmana deu muitos indícios de que estava engajada numa tentativa de se aproveitar das estruturas autoritárias deixadas por ele para garantir seu poder e, em último caso, permanecer com ele por tempo indeterminado. Como forma de tentar legitimar suas ações, o governo passou a usar o Conselho Shura, eleito por apenas 7% dos egípcios, amplamente dominado por islamistas e visto como ilegítimo pela oposição. A câmara alta do Parlamento indicou simpatizantes da Irmandade para a chefia de órgãos públicos de mídia<sup>24</sup>, analisou uma lei avaliada como um “golpe mortal” contra organizações de direitos humanos<sup>25</sup> e avançou contra o Judiciário, visto como força contrarrevolucionária pelos irmãos muçulmanos, ao tentar aposentar compulsoriamente juízes com mais de 60 anos, o que tiraria de cena cerca 3,2 mil magistrados<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Al-Ahram: *English text of SCAF amended Egypt Constitutional Declaration*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/45350/Egypt/Politics-/URGENT-English-text-of-SCAF-amended-Egypt-Constitu.aspx>>

<sup>24</sup> Daily News Egypt: *Media under Morsy: chains remain in place*. Disponível em: <<http://www.dailynewsegypt.com/2012/09/18/media-under-morsy-chains-remain-in-place/>>

<sup>25</sup> CIHRS: *Morsi's government must withdraw bill to nationalize civil society from Shura Council*. Disponível em: <<http://www.cihrs.org/?p=6011&lang=en>>

<sup>26</sup> BBC: *Egypt judiciary crisis: Morsi hints at compromise*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-22333744>>

O fator de maior tensão no governo Morsi, entretanto, foi a elaboração da nova Constituição. A primeira assembleia constituinte foi dissolvida pela Justiça em março de 2012, sob a acusação de ser dominada por islamistas. Uma segunda versão foi montada, mas os partidos seculares ainda não ficaram satisfeitos com sua formação e boicotaram os trabalhos. Enquanto os constituintes islamistas moldavam uma nova Carta a seu gosto, a oposição entrava na Justiça para tentar anulá-la. Sob a ameaça de uma nova dissolução, Morsi realizou seu movimento mais desastroso. Em novembro de 2012, publicou uma declaração constitucional por meio da qual dava ao Executivo autoridade absoluta para definir os rumos do Egito e impedia a revisão judicial de qualquer uma de suas decisões até o fim do período de transição. Morsi afirmava que a declaração era a única forma de proteger a constituinte de uma possível dissolução, mas o ato foi visto por muitos egípcios como ditatorial. A partir daquele momento, o isolamento dos irmãos muçulmanos apenas se aprofundaria. Em dezembro, a Suprema Corte afirmou que iria julgar as 43 ações contestando a legalidade da constituinte. Em resposta, a assembleia aprovou às pressas um rascunho que foi submetido a Morsi e, depois, a um referendo popular. A oposição se dividiu entre fazer campanha pelo “não” e boicotar o pleito e o texto, que trazia uma série de medidas vistas como favoráveis aos islamistas, foi aprovado.

Durante a crise constitucional, Morsi e a Irmandade revelaram uma faceta que tornaria o governo intolerável para muitos egípcios: a disposição de usar violência para conseguir seus objetivos. Em 5 de dezembro, milhares de manifestantes anti-Morsi se reuniram em frente ao palácio presidencial Ittihadiya, no Cairo. As forças de segurança que deveriam cuidar do local se recusaram e a Irmandade Muçulmana convocou seus simpatizantes para proteger o palácio<sup>27</sup>. A violência foi grande, os irmãos prenderam cerca de 130 opositores e uma série de evidências apontou a existência de “câmaras de tortura” no lado que defendia o então presidente Morsi<sup>28</sup>. O agravamento deste cenário nos meses subsequentes levou a indignação com a Irmandade a se tornar o que o ativista de direitos humanos Hossam Bahgat chamou de “trauma” com o governo Morsi<sup>29</sup>:

Sob o SCAF, houve sérias violações de direitos humanos, mas elas não eram direcionadas a todos, e sim aos que desafiavam o SCAF. Sob Morsi, todos eram

---

<sup>27</sup> The New York Times: *Morsi's Opponents Describe Abuse by President's Allies*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/12/11/world/middleeast/allies-of-egypts-morsi-beat-protesters-outside-palace.html?adxnml=1&adxnmlx=1382133412-KPzly3JkAV/j1r4IE9F2Ig>>

<sup>28</sup> *Ibid.*

<sup>29</sup> Entrevista com o autor

afetados, mesmo que às vezes isso fosse apenas uma impressão. Todos temiam que a Irmandade estivesse mudando a natureza do Estado egípcio, de que tinham um plano para islamizar a sociedade e que iriam tirar as liberdades individuais das pessoas. Temiam também essa organização secreta, fechada e hierárquica que estava sequestrando o país.

Em todo o período de transição desde a queda de Mubarak, a Irmandade Muçulmana se mostrou pouco afeita à negociação política. Muitos dos setores seculares egípcios foram alienados ainda sob o governo do SCAF, quando a Irmandade deu apoio aos militares. Durante o governo Morsi, a organização mostrou também uma notável incapacidade de criar pontes e dialogar com setores não religiosos da sociedade, a ponto de, na crise constitucional de dezembro, não ter sequer um aliado liberal ou esquerdista. Como vimos, os fatos mostram que os irmãos muçulmanos devem ser responsabilizados por esta situação. Ocorre que também os setores seculares são responsáveis pelo jogo de soma zero que se tornou a política egípcia. Em diversos momentos, os ditos liberais do Egito optaram por uma estratégia que Marina Ottaway (2012) chamou de “evitar a política”.

As forças islamistas querem acelerar o retorno à política democrática formal, porque podem ganhar. As forças seculares não podem pagar o preço de jogar esse jogo. A questão não é sobre quem é mais comprometido com o resultado democrático no Egito, mas sobre quem pode ganhar poder a curto prazo

Manifestações deste comportamento antidemocrático estiveram presentes desde o início do governo Morsi e persistiram, em diferentes intensidades, durante todo ele. Em retrospectiva, parece claro que, enquanto as faces políticas do campo secular se digladiavam com a Irmandade Muçulmana, nas sombras outros adversários dos islamistas manobravam para tornar seu governo inviável.

Uma reportagem da agência *Reuters* feita com base em dezenas de entrevistas afirma que o Ministério do Interior, principal responsável pela repressão aos islamistas no governo Mubarak e dono de profundo ressentimento contra a Irmandade, foi a “força chave na derrubada” de Morsi (Alsharif & Saleh, 2013). Em janeiro de 2013, afirma a reportagem, Morsi nomeou Mohamed Ibrahim como ministro do Interior numa tentativa de enquadrar a pasta, mas ele próprio acabou sendo responsável pela aproximação da polícia e da Inteligência com as Forças Armadas, em especial o general Sissi, a quem teria convencido da inviabilidade do governo islamista – essa proximidade seria a explicação da permanência de Ibrahim no cargo após o golpe. O Ministério do Interior,

ainda, teria aconselhado o movimento anti-Morsi Tamarod a desafiar a legitimidade do presidente. O Tamarod, que ajudou a levar milhões de pessoas para as ruas contra Morsi em 30 de junho, contava com a ajuda do bilionário Naguib Sawiris e conselhos da ex-juíza da Suprema Corte Tahani el-Gebali<sup>30</sup>. A velocidade com que a polícia voltou às ruas e a rapidez com que acabaram as crises de energia elétrica e gasolina no Egito também sugerem que havia um complô contra o governo<sup>31</sup>. As imensas manifestações de 30 de junho foram seguidas de um ultimato de Sissi a Morsi, que posteriormente justificaria o golpe, mas há indícios de que a resposta do general não foi tomada de forma emergencial. Foi, na verdade, pré-combinada em reuniões secretas entre os militares e a oposição secular no Clube Naval do Cairo<sup>32</sup>. Isso explicaria porque, horas depois da confirmação do golpe, Sissi apareceria na TV estatal egípcia apoiado por políticos seculares. A presença, na mesma cena, do papa copta, Tawadros II, e do grande imã da mesquita de Al-Azhar, Ahmed el-Tayeb, e o posterior apoio dos salafistas ao novo regime seriam as provas de que o golpe não foi apenas fruto do golpismo opositor: a Irmandade perdera todos os seus aliados e estava isolada na política egípcia.

## **Qual é o futuro do Egito?**

A intenção deste artigo foi tentar recuperar a história recente do Egito à luz das duas dinâmicas que ditam os rumos do país e mostrar como a interação entre elas fez descarrilar a transição do período pós-Mubarak. O primeiro processo é a preponderância das Forças Armadas na sociedade egípcia. Os militares são vistos como garantidores últimos da segurança, uma espécie de poder moderador do Estado, condição que, enquanto persistir, permitirá a eles interferirem na política com tranquilidade. O fato de desfrutarem desta condição não deve esconder o verdadeiro interesse das Forças Armadas egípcias: preservar seus enormes interesses econômicos. É seguro dizer que, para conseguir isso, vão se aliar com quem lhes parecer mais forte.

---

<sup>30</sup> The New York Times: Sudden Improvements in Egypt Suggest a Campaign to Undermine Morsi. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/11/world/middleeast/improvements-in-egypt-suggest-a-campaign-that-undermined-morsi.html>>

<sup>31</sup> *Ibid*

<sup>32</sup> The Wall Street Journal: *In Egypt, the 'Deep State' Rises Again*. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424127887324425204578601700051224658>>

Após a queda de Mubarak, a Irmandade Muçulmana foi a escolhida. Após a queda de Morsi, são os setores seculares. É razoável crer que, como fizeram no período pós-Mubarak, os militares vão eventualmente abrir mão do poder no período pós-Morsi. A forma como isso se dará não está clara. Ao contrário do SCAF do marechal Tantawi, o SCAF do general Sissi decidiu permanecer camuflado sob um governo de aparência civil. Há rumores de que o próprio Sissi pode ser candidato à Presidência, mas isso seria trazer novamente o fardo de governar para as mãos das Forças Armadas.

Quando, e se, optarem por uma abertura, os militares darão vazão ao segundo processo: a disputa entre duas forças hoje irreconciliáveis, os islamistas conservadores da Irmandade Muçulmana e os grupos seculares reacionários. Hoje, o segundo grupo está no poder e parece engajado numa tentativa de destruição dos irmãos muçulmanos. Centenas deles foram mortos nos últimos quatro meses e toda a liderança da organização está na cadeia. Tal campanha de erradicação conta com o apoio de boa parte da população e da mídia, cujo tom chega por vezes no limiar do fascismo, mas é improvável que a estratégia tenha sucesso a longo prazo. Coerente ideologicamente, a Irmandade é um movimento social que provou sua resiliência nos últimos 85 anos. A curto e médio prazo, entretanto, a Irmandade não deve ter condições de se recuperar politicamente. Além de abalada pela repressão, a organização enfrenta um fenômeno inédito: o ódio de boa parte da população.

O Egito não terá um processo de democratização genuíno sem a inclusão dos islamistas e sem participação organizada dos setores seculares. Esses avanços passam necessariamente por uma reconciliação que deveria ser levada a cabo por algum ator capaz de dar garantias aos dois lados. Hoje, as Forças Armadas têm essa condição, mas provavelmente não têm o interesse – uma reconciliação poderia ser o embrião de um Estado civil que, levado às últimas consequências, ameaçaria o poder dos militares.

## Referências bibliográficas

KARAWAN, I. A. **Egypt**. In: DANOPOULOS, C.P. & WATSON, C. (editores) – **The Political Role of the Military** / Constantine P. Danopoulos & Cynthia Watson. – Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1996

OSMAN, T. **Egypt on the brink – From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven and London: Yale University Press, 2011

## Outras publicações

ABUL-MAGD, Zeinab. **The Army and the Economy in Egypt**. 23 dez 2011. Jadaliyya. Disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/3732/>

BROWN, Nathan J. **Where Does the Muslim Brotherhood Go From Here?** 3 jul. 2013, The New Republic. Disponível em: <http://bit.ly/NjDO1N>

HUSSEIN, Dina K. **The state and the military: 60 years on**. 23 jul 2012. Egypt Independent. Disponível em: <http://bit.ly/1bXQRRL>

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Lost in Transition: The World According to Egypt's SCAF**. Middle East Report N°121 – 24 April 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1hxuAdp>

KURTZER, Daniel & SVENSTRUP, Mary. **Egypt's Entrenched Military**. Set/Out 2012. The National Interest, Disponível em: <http://bit.ly/1jKi22l>

MARTINI, Jeff. **The Egyptian Military's Playbook**. 1 Jul 2013. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1hxuceW>

MARTINI, Jeff e TAYLOR, Julie. **Commanding Democracy in Egypt**. Set/Out 2011. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1dblRMs>

OTTAWAY, Marina. **Preventing Politics in Egypt - Why Liberals Oppose the Constitution**. 10 dez 2013. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1fA4Bmk>

ROLL, Stephan. **Gamal Mubarak and the Discord in Egypt's Ruling Elite**. 1 set 2010. Sada Journal, Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <http://ceip.org/1jKijT9>

SALEM, Sarah. **The Egyptian Military and the 2011 Revolution**. 6 set 2013. Jadaliyya. Disponível em: <http://bit.ly/1hT1X8V>

SAYIGH, Yezid. **Above the state. The officers' Republic in Egypt**. Ago de 2012, 28p. Carnegie Paper. Carnegie Endowment for International Peace. Washington. Disponível em: [http://carnegieendowment.org/files/officers\\_republic1.pdf](http://carnegieendowment.org/files/officers_republic1.pdf)

## Reportagens

ALSHARIF, Asma & SALEH, Yasmine (2013). **Special Report: The real force behind Egypt's 'revolution of the state'**. Reuters. Disponível em: <http://reut.rs/NjEc0e>

BLAIR, Edmund & TAYLOR, Paul & PERRY, Tom (2013). **Special Report: How the Muslim Brotherhood lost Egypt**. Reuters. Disponível em: <http://reut.rs/1hxuna4>

ECONOMIST, The. **Ambitious men in uniform**. 3 ago 2012. The Economist. Disponível em: <http://econ.st/1i4ifQw>

## UM DIÁRIO VIKING SUECO EM DUBAI

Katarina Aussenius <sup>1</sup>

Tradução: Daniella Kohnen Abramovay

Isto é o que eu chamo de paraíso. Imagine um sol alaranjado, com um toque de púrpura, ao recolher-se, atrás das montanhas, em uma pequena vila deserta, o “Muezzin” está chamando para as orações, pessoas atravessam a rua a caminho da mesquita; a areia bege quente pelo sol, paredes brancas cercando decadentes vilas brancas, cachorros de rua brincando ao redor, palmeiras recheadas de tâmaras... Para mim, esse é um cenário mágico. Toda vez que dirijo nesta paisagem misteriosa, sinto que estou dirigindo em uma trilha de sonhos com uma mente descansada. Dubai é, na verdade, o meu entendimento do que seria uma delícia árabe.

Quando criança, fui criada em Benghazi, Líbia. Entre 1977 e 1986 o nome oficial determinado por Muammar Qadhafi era República Árabe Líbia Popular e Socialista (Jamahiriya) Benghazi foi a cidade em que a maior parte da oposição a Khadafi floresceu. Desnecessário dizer que ser criança na Líbia era o máximo. O que eu sabia sobre ditadores, seguranças e guardas do sexo feminino, xiismo e sunismo, pena capital, desigualdade de gênero, política do petróleo, desentendimentos com os Estados Unidos, plano econômico e princípios sociais que eu aprendi (e que estavam disponíveis) no livro verde de Khadafi. Ao invés disso, eu aproveitei os camelos no deserto, acampeei com os colegas de classe do meu irmão, enfrentei escorpiões, frequentei um jardim-de-infância internacional, desfrutei de paisagem excitante, e me divertia com o barulho engraçado que provinha das minaretes; além disso, era legal ter o seu próprio segurança. No entanto, uma coisa a qual nunca me acostumei era quando saímos com minha mãe e meu irmão para fazermos supermercado; pessoas desconhecidas sempre vinham a nós e puxavam e apertavam as nossas bochechas. Eles queriam confirmar se nossa pele pálida era verdadeira, ou se era feita de marzipã. Essa era, sempre, uma experiência dolorosa e as minhas bochechas viviam machucadas. Em outras palavras, vivíamos uma vida normal. No entanto, no verão e no

---

<sup>1</sup> Nascida na Suécia é cidadã do mundo. Morou, estudou e trabalhou na Alemanha, Líbia, no Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, Macedônia e nos Emirados Árabes Unidos. Depois de três anos em Dubai um “Flying Dutchman” a fez vir para São Paulo onde mora e pretende seguir estudando o islã.

inverno, visitávamos a Suécia, e foi quando comecei a notar diferenças. Nós não tínhamos segurança para abrir o nosso portão, as mulheres não usavam hijab, a natureza apesar de ser muito mais colorida, não era tão excitante e não tinha camelos. Não havia escorpiões no banheiro. Era muito mais frio na Suécia do que na Líbia, também não tinha tantos amigos internacionais na Suécia siberiana como na Líbia. Para mim a Líbia, obviamente, tornou-se a norma e a Suécia, a exceção.



Consequentemente, a minha infância na Líbia influenciou fortemente as minhas escolhas acadêmicas e pessoais. Desde a minha infância na Líbia, eu queria retornar, por conta própria, à região. Na universidade, os meus cursos, na área de Política Internacional, sempre me lançavam para assuntos do Oriente Médio, tais como as guerras no Oriente Médio e a situação do Oriente Médio no século XX. Meus cursos de pós-graduação, na Universidade de Lund, na Suécia, situavam-se dentro da área de Estudos Islâmicos e nesta época pude fazer duas viagens, ao Irã e à Síria. A cidade síria de Aleppo foi um dos lugares mais lindos que já visitei e, tristemente, hoje

encontra-se totalmente em ruínas. Considero intrigante como há sempre justificativas em jogo para haver disputas nesta região. Tudo, com exceção do Oriente Médio é periferia política.

Outra razão que me incentivava a viver novamente em um país muçulmano foi minha paixão pelo islã. Atualmente, palavras como Islã, muçulmano, Al Qaeda, terrorismo são mencionadas ou citadas diariamente em mídias e conversas informais pelo mundo todo. Vale lembrarmos do caso da Malala, uma corajosa menina paquistanesa que recebeu um tiro do Talibã por causa de sua determinação em garantir que as meninas tenham, da mesma forma que os meninos, direito à educação. Mas, o que realmente sabemos concretamente sobre a religião Islâmica? Baseamos nossas concepções na imprensa, na conversa com colegas na pausa do cafezinho no 22º andar ou no porta-voz do partido político da oposição? Atualmente, as pessoas recorrem rapidamente a frases como “O Alcorão disse...” assim como “O Islã defende...”. O que definitivamente não devemos esquecer nesse contexto é que o Alcorão não diz nada, não tem voz, como já dizia meu professor universitário em Lund. O que existe são as interpretações do Alcorão e, atentamente, precisamos analisar quem está interpretando o Alcorão e qual é a sua intenção. Um imam no Canadá possivelmente interpreta o Alcorão de forma distinta de um imam do interior da Indonésia ou de um aiatolá iraniano, que conduz a oração de sexta-feira, perto de uma usina nuclear, em Isfahan.



A primeira vez que visitei Dubai foi em setembro de 2009. Meu voo chegou tarde da noite. Quando o avião aterrissava, eu estava convencida, por alguns segundos, que havia chegado em Las Vegas e não no Golfo Pérsico. Um Emirado, localizado em um deserto, repleto de luzes de néon e com uma impressionante arquitetura moderna. Dubai me impressiona toda vez que entro neste país. É de tirar o fôlego, sem exagero. É algo arrebatador.

Em março de 2010, me mudei para Dubai para trabalhar como gerente do *EF Education First*, o mais provedor de cursos de idioma do mundo. Como gerente, tinha que recrutar estudantes de língua árabe para nossos cursos e programas acadêmicos no exterior. Visando o

êxito dessa tarefa, era meu trabalho participar de feiras educacionais, nos sete emirados, eu mesmo dirigia pela linda paisagem para visitar escolas e estabelecer possíveis contatos frutíferos com professores, conselheiros estudantis e diretores como um primeiro passo visando convencer os pais a mandarem seus filhos para cursos de idiomas ou pré-vestibulares no exterior. Além disso havia o trabalho com a internet, tínhamos que montar uma central de informações que enviasse notícias semanais e organizasse encontros informativos no nosso escritório, onde os estudantes podiam ir com seus pais. Os parentes sempre se entusiasmavam com o encontro, uma vez que mandar os seus filhos para o exterior é algo novo para a população dos Emirados Árabes Unidos.



Quando eu tinha 16 anos, estudei com a EF Education First. Nas férias de verão, fui para Oxford, na Inglaterra. Foi uma experiência incrível, tanto pessoal como para meu desenvolvimento acadêmico. No entanto, apesar de ser um trunfo comercial, ao relatar minha própria experiência com a EF e como estudante de intercâmbio percebi que teria que ter muito cuidado ao contar minha experiência. Para as famílias locais, muito tradicionais, minha experiência poderia ser interpretada como um ato irresponsável de meus pais, pois mandar sua

filha sozinha para o exterior, pode parecer aos olhos das famílias no Emirados como uma ação de pessoas insensíveis. Para mim, por outro lado, essa experiência representou uma grande oportunidade, na qual uma jovem estudante pôde tornar-se independente e vivenciar o mundo.

O que precisa ser lembrado é que os emiráticos compõem apenas 10% da população dos Emirados Árabes Unidos. De forma que eles podem ser vistos como um grupo elitizado, exclusivo. Caminham com orgulho e elegância e são muito bem tratados pelo governo. Têm um padrão e qualidade de vida excepcionalmente altos. Não são muitos os países no mundo que podem oferecer tamanho luxo.

Como parte de nossos programas de idioma no exterior, o estudante deveria ficar hospedado em uma casa de família local. A maioria das famílias que hospedavam nossos estudantes pertenciam a classes sociais baixas e elas aproveitavam essa oportunidade para ganhar uma renda extra. Essas casas estavam em evidente contraste com os palácios dos Emirados com serviçais e candelabros dourados. Era importante comunicar os padrões de moradia antes de reservarem e pagarem o curso, caso contrário, a situação poderia se voltar contra mim e eu teria que melhorar a sua acomodação a partir de Dubai o que era uma tarefa difícil. Às vezes, os estudantes pediam à família anfitriã que lhe fornecesse uma garagem privada. Outros exigiam hospedar-se o mais próximo possível da escola onde iriam estudar e, obviamente, estas moradias eram as mais disputadas e difícil de se conseguir. Outro desafio comum era lidar com os estudantes que solicitavam refeições halal. Era do nosso interesse atender as exigências dos estudantes pois os países muçulmanos eram um bom mercado para a EF, então nos esforçávamos para assegurar que as famílias recrutadas no exterior poderiam eventualmente servir aos seus convidados refeições halal. O lado negativo dessa exigência ocorria quando as famílias hospedeiras eram muçulmanas – o que era quase sempre o caso- e portanto o intercâmbio cultural não se realizava como previsto. Os parentes temiam que a cultura ocidental destruísse a alma de seus filhos, queriam refeições halal para seus filhos, queriam garantir que as sociedades ocidentais fossem seguras.

Eu e minha equipe tínhamos que estar disponíveis 24 horas então nos revezávamos e tínhamos que estar prontos para resolver dificuldades que aparecessem fossem nas escolas que recebiam nossos estudantes do Emirados ou nas casas onde eles ficavam. Problemas sempre apareciam e, em minha opinião, não eram coisas graves poderiam ser resolvidas dentro do âmbito da própria escola em alguns minutos mas na maioria das vezes, o estudante já tinha ligado para os seus pais no Emirados, que por sua vez ficavam preocupados e ligavam para a EF de Dubai e, de repente, “tínhamos que fazer uma galinha com uma pena”. Não quero desmerecer essas exigências, nem diminuir as dificuldades dos estudantes no exterior mas, ao invés disso, quero sublinhar as diferenças nas atitudes, que são moldadas pela sociedade e pela patrimônio. Muitas vezes, impressionava-me o fato desses estudantes não estarem acostumados a defender-

se por conta própria e de lidar e enfrentar pequenos problemas do cotidiano; ao invés disso, eles ligavam para seus pais que estavam em outro país. Apesar de tudo, quando retornavam aos Emirados, os estudantes agradeciam a experiência obtida no exterior. Eles gostavam de trocar o “dishdash” branco por jeans, *all star* e capuz. Quem não apreciaria viver um tempo no exterior, onde qualquer um pode ser si mesmo ao seu extremo, sem a supervisão e censura dos pais? Crescimento pessoal, esta é a palavra. O melhor reconhecimento que podemos ter é quando nossos estudantes retornam e incentivam seus amigos, colegas e irmãos a buscarem uma experiência semelhante.

O meu maior desafio, durante os meus anos nos Emirados, era lidar com o tempo e as formas de organização locais. Nunca uma reunião começava no horário previsto. Durante meus primeiros meses, os atrasos soavam como uma ofensa pessoal. Os estudantes não apareciam nas nossas reuniões que já haviam sido confirmadas, também não ligavam para remarcar ou para cancelar. Ao invés disso, eu sempre tinha que ligar quando não preventivamente eu já ligava para lembrá-los e para insistir na importância da reunião. A minha insistência via telefone era disfarçada com paciência e com uma voz feliz e com um toque de charme, e sempre funcionava. Sempre conseguia provocar uma resposta alegre e energética do outro lado da linha. Rapidamente, descobri que esse abuso de controle do tempo, ou a falta dele, ocorria por causa da mentalidade “Inshallah” (em português algo como “se Deus quiser”) e não pelo fato de eu ser mulher, um gênero que de vez em quando enfrenta desafios sociais dentro das várias interpretações do Islã.

Analisei “Inshallah” muitas e muitas vezes. A minha conclusão é a de que as pessoas, religiosas ou não, usam-na como um apoio linguístico ou expressão. Em paralelo podemos pensar quando dizemos “licença” para passar entre um aglomerado de pessoas ou quando falamos “desculpa” ao trombar em alguém. Nos Emirados você usaria “Inshallah” quando alguém tenta ter um pouco de seu precioso tempo. Um dos significados de “Inshallah” é o do “Se é da vontade de Deus...”, assim quando você quiser evitar se comprometer com algo ou alguém, você recorre ao “Inshallah”. Não é você quem decide as suas ações, alguém maior que o faz. As funções da frase correspondem a uma espécie de rede de segurança; de forma que, alguém como eu, escandinava pontual, não poderia ficar chateada caso eles se atrasassem, porque afinal não foi a intenção deles, mas a vontade de Deus, ou o poder de Deus. Neste mesmo contexto, gostaria também de afirmar que a falta de necessidade de comprometer-se é resultado de um status de elite. Ou seja quem têm condições financeiras não precisa se preocupar muito com o tempo das outras pessoas. A relação com o governo também não ajuda, há o projeto nacional de “emiratarion”, que foi lançado para a preservação e para a melhoria dos Emirados, na prática o governo apenas reforça a posição das elites sem diversificar a economia ou as relações sociais.

Quando eu tinha 15 anos, tive meu primeiro trabalho. Eu era instrutora de tênis nos finais de semana. Quando compartilhei essa história, nos Emirados os árabes sentiram pena de mim, enquanto que, para mim, foi uma sensação incrível a de ganhar meu próprio dinheiro e aprender a valorizá-lo. Novamente, outra diferença de atitude e de mentalidade que vivenciei.

Claro que problemas sempre surgem e um dos mais frustrantes relacionava-se com o visto. Para nós, o estudante ideal era nativo dos Emirados; pois a maioria das outras nacionalidades como iranianos, libaneses, palestinos, somalis, que também residiam nos Emirados, provavelmente teriam o seu pedido de visto rejeitado. A rejeição ocorria porque, para as autoridades, eles nunca se tornariam nacionais dos Emirados e, portanto, permaneceriam como imigrantes nos Emirados. Segundo os oficiais, caso eles já tivessem abandonado o seu país de origem, devido à guerra ou à política, eles provavelmente, uma vez terminado o curso na EF, continuariam vivendo o seu estilo de vida nômade e não retornariam aos Emirados. Era sempre de partir o coração quando um estudante iraniano dedicado, que queria melhorar seu currículo com uma experiência acadêmica internacional, ia ao nosso escritório e queria reservar um curso de oito semanas em Cambridge, Inglaterra, e eu tinha que dizer que provavelmente ele não obteria o visto, e, como contrapartida ou consolação eu geralmente sugeria a nossa escola de inglês na Cidade do Cabo, África do Sul ou nossa escola em Cingapura. No entanto, eu nunca esperava um sorriso depois dessa sugestão.

Outro obstáculo, principalmente nos negócios, era o Ramadã, o nono mês sagrado do calendário islâmico e o mês em que os muçulmanos jejuam. Foi durante esse período que os muçulmanos acreditam que Deus revela suas mensagens para o profeta Maomé. Durante o mês de Ramadã, nosso negócio ficava estagnado ou até mesmo decaía. Devido à ausência de comida e água durante o dia, nossos estudantes em potencial ficavam exaustos e não tinham energia para falar ao telefone, planejar a sua próxima viagem para o exterior, com ou sem plano de saúde; também não tinham a motivação necessária para irem ao nosso escritório para um encontro presencial. A fim de manter a nossa agressiva política de vendas ocorrendo, introduzíamos turnos à noite. Depois do Iftar, quando o jejum é quebrado no final da tarde, muçulmanos encontravam-se com amigos e familiares para uma longa e, na maioria das vezes, enorme refeição que durava até tarde da noite. Esse era o momento que deveríamos ligar para os estudantes em potencial pois estariam dispostos e bem humorados, e a conversa acabava sendo frutífera. Dois dos meus colegas também estavam jejuando, e eles acabavam perdendo peso, e de acordo com a legislação dos Emirados, profissionais que jejuam estão intitulados a menores horários de trabalho.

Os Emirados Árabes Unidos são na verdade um país fascinante. Sempre me impressionava a organização do país, desde o local dos secadores de mão nos banheiros públicos até as vagas disponíveis durante eventos esportivos internacionais em Abu Dhabi. Uma

sociedade que faz tudo na sua vida ficar mais leve se tem tudo a mão de um jeito que não encontramos em nenhum outro lugar! No entanto, há um lado negativo. Um paradoxo, eu diria. Não importa o nível de vida luxuosa que você possa manter, eu nunca vi tantos trabalhadores e nacionais de outros países serem tão mal tratados como ali. Eles trabalham até doze horas por dia, sete dias por semana, vivem em campos de trabalho em plena deserto sem qualquer estrutura de bem-estar. Quatorze adultos chegam a dividir um banheiro. Há uma série de outros problemas que eu poderia listar aqui. Nesse paraíso, há também racismo e hierarquia construída conforme o país de origem. Essa injustiça se mescla a um progresso que em comparação a outros países é algo extraordinário .

Os Emirados são um país muçulmano mas, ambigualmente moderno e ocidental. Ao andar ao redor do Dubai Mall, o maior shopping do mundo, nós “youngsters” queremos as mesmas coisas. Se você é mulher, quer ir na Louis Vuitton, na Jimmy Choo, na Laboutin, Chanel, Tory Burch, Marc Jacobs e Tiffany. Se você é homem, você quer visitar a Burberry, Armani, Ralph Lauren, Hugo Boss e a Prada, para mencionar apenas algumas lojas. Depois disso, você quer sentar por um longo tempo em um dos muitos cafés e ficar olhando para as pessoas enquanto você interage constantemente com seu *iPhone*. O que quero dizer é que, no final do dia, nós, ocidentais e os nacionais do Golfo, somos iguais. Alguns rezem cinco vezes ao dia, planejem fazer o hajj, outros começam a trabalhar aos 15 anos, são veganos, militam pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo, mas feliz ou infelizmente todos nós nos rendemos aos prazeres do consumo e acabamos facilmente consumindo mais do que precisamos. Os Emirados respiram consumo, de dia e de noite. Para as pessoas que nunca foram ao Oriente Médio e não possuem grande entendimento do Islã, eu geralmente concebo que Dubai, ou os Emirados, equivale a um país muçulmano moderado. Um país muito fácil de se viver. Alguns dias na semana, eu, dificilmente, encontro muçulmanos que escutam o chamado para as orações, e também não encontro mulheres, dos Emirados ou árabes em geral, vestidas de forma religiosa. Devo adicionar que eu morava na Marina de Dubai, que é extremamente moderna e se parece com Miami. No entanto, essa ausência de lembranças culturais, também poderia culminar em perigo, já que as pessoas acabam por esquecer das leis e regulamentos do país que por exemplo proíbe demonstração de afeto em público, ou que pune severamente quem for pego drogado ou com drogas em áreas públicas. Há também os códigos de vestimenta cujo desrespeito acarreta punições. Quem desrespeita as leis das mais simples e básicas são punidas com altas multas ou acabam na prisão e eventualmente quando são estrangeiros tem seu visto cancelado e são deportadas do país.

Os Emirados são um verdadeiro e intrigante conto de fadas, mas como tal não pode durar para sempre. A vida perfeita pode torna-se sem sentido. Depois de três anos mágicos em

Dubai, a vida me trouxe para o Brasil. Deserto, tâmaras e camelos foram substituídos por caipirinha, chuva e copa do mundo!



# “A MAIORIA DOS ISRAELENSES NÃO ESTÁ ESCUTANDO”<sup>1</sup>

## Resenha do filme: *The Gatekeepers* (2012)

por Natalia Nahas Carneiro Maia<sup>2</sup>

---

### FICHA TÉCNICA

Documentário (Israel, França, Bélgica e Alemanha)  
95 Minutos, Julho 2012, Hebraico  
Direção: Dror Moreh  
Cinematografia: Avner Shahaf  
Produção: Estelle Fialon, Philippa Kowarsky e  
Dror Moreh

---

Dirigido pelo cineasta Dror Moreh, o documentário *Shomrei Ha-saf*, ‘The Gatekeepers’ ou ‘Os Guardiões’ em sua tradução para o português, entrevista todos os sobreviventes ex-chefes do Shin Bet, agência de segurança israelense, cujas atividades e corpo de membros são segredos de Estado cuidadosamente guardados. O documentário entrevista os seis ex-líderes: Ami Ayalon, Avraham Shalom, Avi Dichter, Carmi Gillon, Yuval Diskin, e Yaakov Peri e suas respectivas atuações e percepções a cerca dos principais eventos que marcaram a história da agência e, conseqüentemente, a história do próprio conflito israelo-palestino. O documentário retrata o papel que o grupo desempenhou na segurança israelense desde a Guerra dos Seis Dias em 1967 até os dias atuais. O filme foi nomeado para melhor documentário no 85º *Academy Awards* em 2013 e no *Israeli Film Academy Award*. O Documentário ganhou o prêmio da *Los Angeles Film Critics Association* e da *US National Society of Film Critics Awards* para melhor

---

<sup>1</sup> Frase proferida por Ami Ayalon em Janeiro de 2013 (RUDOREN, 2013). Mais informações vide pagina 6 desta resenha.

<sup>2</sup> **Natalia Nahas Carneiro Maia** é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, pós-graduada em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro integrante do Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano da FFLCH-LEA USP.

documentário/filme não ficção e dividiu o *Cinema for Peace Award* para mais valioso documentário no ano de 2013.

‘Shin Bet’ é uma abreviação de duas letras hebraicas do nome *Sherut haBitachon haKlali* (transliteração do Hebraico (שירות הביטחון הכללי)) ou Serviço de Segurança Geral, também conhecido pelo seu acrônimo *Shabak* (שב"כ) - Agência de Segurança Israelense<sup>3</sup>. O diretor Dror Moreh entrelaça as lembranças e reflexões dos seis ex-chefes da agência em uma perturbadora narrativa da ocupação israelense dos territórios palestinos desde a Guerra de 1967. O documentário procede desde 1967 até os dias atuais, explorando os principais eventos ocorridos ao longo desta trajetória. A história do Shin Bet, que se mistura com a história do conflito e com os próprios questionamentos dos líderes da agência, relata as dificuldades, desafios, argumentações e dilemas morais envolvidos em operações como prisões em massa de palestinos, a primeira intifada (1987-1993), os ataques suicidas à partir de 1994, as demonstrações de extrema-direita contra os acordos de Oslo de 1993, o assassinato de Yitzhak Rabin em 1995 e a segunda intifada (2000-2005), dentre outros grandes eventos. O documentário também lida com o incidente envolvendo o ônibus israelense 300, que em 1984 foi sequestrado por terroristas palestinos, que foram fotografados vivos e bem, mas foram mortos em seguida. Evidências posteriores indicaram que a ordem para matá-los tinha vindo do então chefe do Shin Bet Avraham Shalom, que acabou por ser persuadido em discutir este tema com Moreh depois de horas de entrevista. (ANDERMAN, 2013).

---

<sup>3</sup> O Shin Bet é uma das três principais organizações que integram a inteligência israelense, juntamente com a Aman (Inteligência Militar) e o Mossad (Instituto para Inteligência e Operações Especiais). O Shabak e o Mossad são duas agências de inteligência distintas. Enquanto o Shabak (ou Shin Bet) é orientado à ações de segurança internas ao Estado de Israel, o Mossad é orientado à segurança fora dos territórios israelenses. O Shin Bet é um serviço de inteligência doméstica fundado em 1948 juntamente com a declaração de independência de Israel inicialmente como uma filial das Forças de Defesas Israelenses (IDF) e posteriormente colocado sob responsabilidade do Primeiro Ministro do país. De acordo com o seu estatuto de 2002, a organização “serve ao Estado de Israel e o protege contra ameaças de terror, espionagem, sabotagem, subversão política e exposição de segredos de Estado”. O Shin Bet coleta sua inteligência através de fontes tecnológicas bem como de recursos humanos. Até a Guerra dos Seis Dias de 1967, o Shin Bet voltava-se prioritariamente à contraespionagem e ao monitoramento de atividade política entre a população árabe de Israel. Após a guerra, os esforços da agência em monitorar a atividade terrorista nos territórios palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza tornou-se o foco prioritário de suas atividades. Já o Mossad é o serviço de inteligência internacional de Israel, fundado em 1949 e é nomeado pelo Estado de Israel para coletar informações, analisar a inteligência e realizar operações secretas especiais para além de suas fronteiras. O Mossad não mais responde ao Ministério das Relações Exteriores de Israel, reportando-se diretamente ao Primeiro Ministro. (conforme fontes oficiais do Mossad e Shabak).

De acordo com a jornalista do Haaretz e crítica de cinema Nirit Anderman, os seis ex-líderes do Shin Bet sentaram em frente às câmeras e forneceram revelações surpreendentes e ásperos *insights* sobre a realidade em que se vive em Israel e na Palestina. De acordo com ela:

[...] o diretor Dror Moreh não somente consegue extrair francas admissões e análises fascinantes dos ex-chefes Shin Bet. Eles também reconhecem erros que cometeram no exercício do mandato e apontam críticas às decisões tomadas pelos líderes políticos aos quais se reportavam. Observações estas que vêm do coração do sistema de defesa do país. (tradução nossa<sup>4</sup>) (ANDERMAN, 2013).

Para alguns críticos mais ferozes, como Gideon Levy (2012), também do Haaretz, o documentário já não era sem tempo, e revela a terrível verdade por trás do empreendimento da ocupação de acordo com seus próprios responsáveis no sistema de justiça militar. Para ele, “os seis ex-chefes do Shin Bet admitiram terem pestanejado e terem falhado no exame das consequências mais amplas de suas ações”. (LEVY, 2012)

De acordo com Jodi Rudoren, chefe da sucursal do New York Times em Jerusalém, a imprensa israelense em sua maioria elogiou o filme. Uri Klein, crítico de cinema do liberal Daily Haaretz, o descreveu como “um dos documentários mais inteligentes, maduros e auto-disciplinados que foram produzidos aqui recentemente.” (RUDOREN, 2013).

De acordo com David Denby, crítico de cinema do New Yorker, a crítica às políticas de Israel são mais livres no país do que nos Estados Unidos, e o documentário seria mais uma prova desta liberdade e do histórico crítico da oposição israelense. De acordo com ele, “o mais chocante é o quão francos todos eles são – ao menos para os padrões americanos. O filme é mais uma prova que a discussão do comportamento de Israel é muito mais livre em Israel do que o é nos Estados Unidos”. (DENBY, 2012).

Esta é também a opinião de Mark Taylor, pesquisador sênior do Instituto FAFO para Estudos Internacionais Aplicados, com sede em Oslo. De acordo com Taylor, tem sido um truísmo antigo do conflito israelense-palestino o fato de ser mais fácil falar honestamente acerca repressão israelense em hebraico e em Israel do que falar sobre isto em qualquer outra língua ou em qualquer outro lugar. Nos últimos anos, ainda que a crítica tenha se tornado mais difícil - já que o governo do primeiro-ministro israelense

---

<sup>4</sup> Todos os trechos reproduzidos em português foram de tradução livre deste autor a partir do original em Inglês.

Benjamin Netanyahu tentou reprimir a oposição interna - ainda assim, a crítica interna não desapareceu:

Quando é verbalizada, a verdade sobre o uso e abuso de poder no julgo israelense sobre os palestinos tem a tendência de recorrer a duas fontes principais: as vítimas palestinas, em particular por meio de documentação e campanhas pelas organizações de Direitos Humanos (tanto palestinas quanto israelenses); e escritores e jornalistas críticos e de livre-pensamento da mídia israelense, por vezes recorrendo à informantes de dentro do *establishment* de segurança. O novo filme de Dror Moreh 'Os Guardiões' vai muito na tradição destes últimos. (TAYLOR, 2013)

Estas entrevistas com os arquitetos da ocupação confirmam que o escopo e a qualidade do mando de Israel sobre os palestinos é basicamente o que tem sido descrito pelas organizações de Direitos Humanos e pela imprensa israelense crítica por décadas, afirma Taylor. "A realidade brutal da ocupação não será novidade para os palestinos, é claro, nem para a minoria de israelenses que tem há tempos lutado contra o fracasso do seu Estado em abandonar a realidade da ocupação sobre outro povo". (TAYLOR, 2013). Para Taylor, esta morte anunciada da democracia israelense tem sido ouvida já há muitos anos na centro-esquerda israelense, assim como os efeitos corruptores da ocupação na sociedade e na política israelense. (TAYLOR, 2013)

Jodi Rudoren recorda que Ariel Rubinstein, professor de economia na Universidade de Tel Aviv e ativista de longa data do movimento pacifista, descreveu o documentário em seu artigo publicado no Yediot Aharonot como "o documento dos sonhos para aqueles que desejam convencer através do poder das palavras quão devastadora é a ocupação". (RUDOREN, 2013). Ao contrário, Aluf Benn, editor do Haaretz, publicou em uma de suas colunas, que o filme era "conveniente para o Shin Bet":

[...] pintando seus chefes como vítimas da liderança política e amenizando suas próprias interpretações e maleabilidade da lei. Os palestinos, o Sr. Benn queixou-se, "são retratados no filme como estereótipos: um árabe e um jumento em preto e branco, jovens atirando pedras, uma multidão gritando correndo atrás de uma ambulância" (RUDOREN, 2013)

Gideon Levy é mais inflamado em sua crítica. Para ele, o mundo do Shin Bet foi exposto como nunca antes havia sido:

Trabalhadores do saneamento fazem um trabalho extremamente sujo, mas necessário; assim também os agentes do serviço de segurança do Shin Bet. Mas enquanto os lixeiros são considerados inferiores, os funcionários do Shin Bet desfrutam de uma aura de prestígio e estima. Oh, como nós aplaudimos os nossos espectros. Dois chefes do Shin Bet passaram a ministros, um deles é um empresário bem sucedido, um tocador de trompete ocasional e uma mega-

celebridade que poderá em breve ser um membro do Knesset e ministro de Estado. Seu mundo foi exposto como nunca antes: "Shom'ray Ha'Saf" ("The Gatekeepers" em Inglês), o impressionante documentário de Dror Moreh cuja estreia israelense foi realizada neste fim de semana no Tel Aviv Cinematheque, chega às salas de cinema locais já ornamentado de prêmios internacionais. Seus heróis, todos os seis sobreviventes ex-chefes do Shin Bet, agradeceram a estreia com suas presenças e foram recompensados, é claro, com aplausos - heróis culturais ou não. Este surpreendente filme repleto de sobressaltos é imprescindível: uma sensação de náusea e de profundo desgosto brota de seu final. (LEVY, 2012).

O controverso colunista do Haaretz e membro do conselho editorial continua:

Estas imagens apresentam a Israel (e ao mundo) um quadro muito preocupante e assustador. Não são mais apenas os detratores de Israel que estão comparando as Forças de Defesa do país com os nazistas. Agora, embora com algumas reservas, Avraham Shalom também. Já não são somente os desprezados esquerdistas de Israel que brandem as profecias do filósofo Yeshayahu Leibowitz sobre os efeitos corrosivos da ocupação e seu poder de transformar Israel em um "Estado do Shin Bet"; agora, com algumas reservas, Yuval Diskin, também o admite - e ambos Shalom e Diskin ignoram o fato de que eles próprios estavam entre as parcelas que foram responsáveis pela transgressão. (LEVY, 2012).

Gil Troy do *The Jerusalem Post*, Professor de História na McGill University, diferentemente, critica as distorções do filme e a fala tão franca dos 'seis fantasmas' diante das câmeras. Para Troy, o silêncio em muitos casos ainda é ouro:

Assim como os padres devem resistir à vontade para transmitir suas confissões mais escabrosas, os fantasmas não devem falar, sejam eles ativos ou aposentados. Esta restrição deve ser auto-imposta, e não ditada pelo governo, ela é um imperativo moral, não legal. Embora a democracia garanta aos cidadãos o direito de falar livremente, ela também confia a certos cidadãos responsabilidades especiais. Os oficiais de inteligência tornam-se monges políticos, fazendo um voto excepcional de serviço e de silêncio. Confiados pelo povo e pelos seus líderes com segredos de Estado e um ponto de vantagem exclusivo, eles devem ser patriotas tímidos às câmeras, avessos aos microfones e alérgicos a publicação de livros de memórias - apesar dos grandes avanços a ganhar ou importantes pontos políticos para marcar. (TROY, 2013).

O historiador israelense é bastante enfático em sua crítica ao documentário, chegando a afirmar que esta confusão entre as opiniões "profissionais" e "pessoais" dos ex-líderes do Shin Bet ressoam como um *coup d'état* pelos ex-líderes aposentados, especialmente pelo tom de crítica dos ex-agentes ao governo atual de Netanyahu e sua política de ocupação. Ao envolverem suas conclusões políticas - e as do diretor Dror Moreh - no manto de credibilidade que ganharam enquanto serviram à nação nesta posição tão sensível, ignoram o processo político de então. Troy não se surpreende que o documentário tenha sido adotado por ativistas anti-israelenses ao redor do mundo, cuja maioria, segundo ele, "ignora a complexidade moral e a hostilidade palestina que estes

‘guardiões’ reconhecem”. Os seis ‘ex-fantasmas’, como são chamados por Troy, não são tolos, não podendo alegar estarem surpresos que sua exposição cinematográfica esteja encorajando aqueles que deslegitimam Israel. (TROY, 2013).

Pensando em termos norte-americanos, continua Troy (2013), “imagine a indignação dos liberais caso seis ex-agentes diretores da CIA divulgassem histórias internas que descrevem o presidente Barack Obama como um débil apaziguador de terroristas”, ou então a “fúria dos conservadores caso os ex-agentes da CIA se reunissem antes de 2008 para contarem contos retratando George W. Bush como um fascista atropelador das liberdades civis”. (TROY, 2013). O historiador inclusive duvida que ex-diretores da CIA se “atreveriam de tal forma a abusar de suas posições – e da confiança do público norte-americano” (TROY, 2013).

Uma lacuna ultrajante continua a distorcer o discurso do Oriente Médio, de acordo com Troy. “O Hamas pode doutrinar adolescentes de Gaza para cumprir sua carta prevendo a destruição de Israel, a Autoridade Palestina pode subverter a democracia ao manter seu presidente no cargo por muito tempo após a expiração do seu mandato, mas Israel permanece escalado como o [ator mais] pesado” – e cruel. Para Troy a recente reação do público na Cinemateca de Jerusalém teria mostrado como o filme reforçou essa bússola moral quebrada. “Meu filho de 16 anos percebeu que o público reagiu visceralmente a descrição dos óbitos por espancamento de dois terroristas palestinos durante o horrível escândalo do Ônibus 300, mas parecia blasé em relação as fotos da carnificina [fruto] dos atentados suicidas em Israel”. (TOY, 2013)

Este desequilíbrio reflete uma grande distorção histórica de acordo com Troy. Ele continua: “Os excertos escolhidos a dedo pelos “fantasmas falantes” contam uma história simplista, preto no branco e unilateral, culpando Israel e retirando dos palestinos sua responsabilidade, culpabilidade e dignidade”. De forma a enfatizar a culpa israelense, para Troy o documentário exagera no impacto do assassinato de Yitzhak Rabin em 1995. “O assassinato de Rabin não assassinou a esperança”, argumenta, “o Hamas e o Jihad Islâmica sim”. Troy conclui de forma vigorosa sua crítica ao documentário, quase canonizando o silêncio e *modus operandi* da Agência de Segurança Israelense e esquecendo-se de tomar os devidos cuidados ao generalizar o ‘terror palestino’ e não identificar os diferentes matizes da política e oposição palestina:

Estou consternado que o discurso seja tão unilateral, no filme e na realidade - eu desconheço qualquer filme palestino que agonize sobre dilemas semelhantes. Não obstante, eu abomino a indiscrição coletiva dos fantasmas

que falam, lamento a morte de um importante código democrático de silêncio digno, lamento que eles não tenham escolhido outros veículos para expressar seus pontos de vista, estou intrigado sobre por que o dinheiro dos impostos israelenses subsidiou o filme. Quando um número suficiente de líderes palestinos estiver igualmente angustiado, quando estiverem igualmente prontos a mudar do assassinato à conversa, então a paz pela qual muitos de nós anseia será atingível. Até então, eu quero que os meus agentes de inteligência sejam discretos, deliberativos e mortais. (TROY, 2013)

Em janeiro de 2013 Jodi Rudoren entrevistou Ami Ayalon, chefe do Shin Bet de 1996 à 2000, que teme que o filme tenha menos impacto onde ele é mais importante, pois, de acordo com ele, a maioria dos israelenses que viu o documentário é formada de indivíduos que já estão convencidos [dos efeitos nefastos da ocupação]. De acordo com Ayalon, “A maioria dos israelenses não está escutando. [...] Quando é muito difícil, a maneira mais fácil de lidar com isso é fechar nossos olhos e tapar nossos ouvidos”. (RUDOREN, 2013). Ayalon é pessimista quanto a probabilidade de diálogo e de mudança na mentalidade:

A questão é se essas pessoas que acreditam que não há ninguém para conversar com, nada para se falar sobre, e que estamos condenados a continuar lutando e matando durante as próximas 10 gerações - e eles são apoiados e fortalecidos pela nossa comunidade política - se estas pessoas estarão abertas ou não para ver um ponto de vista diferente ", disse Ayalon. "Provavelmente é muito difícil." (RUDOREN, 2013)

De acordo com Jodi Rudoren, do *New York Times*, a mensagem do documentário “Os Guardiões” formada a partir da sabedoria coletiva dos seis ex-líderes do Shin Bet ainda vivos é de que a ocupação é imoral e, talvez, mais importante, ineficaz. Para ela, Israel deve se retirar da Cisjordânia, como fez da Faixa de Gaza em 2005. Rudoren argumenta que a manutenção e crescimento da ocupação diminuem diariamente a perspectiva de uma solução de dois Estados, ameaçando o futuro de Israel como uma democracia judaica. (RUDOREN, 2013)

Dentre os pontos altos do documentário, algumas passagens podem ser citadas, como o já mencionado assassinato de dois terroristas palestinos que haviam sequestrado o ônibus 300. Enquanto os terroristas estavam contidos após serem capturados, foi dito ao então chefe do Shin Bet, Avraham Shalom (1980-1986), que eles “quase morreram” fruto do espancamento pelo serviço israelense. Então, “Shalom meramente deu-lhes uma pequena ordem para que ‘acabassem com o serviço’ - e ele se tornou uma vítima da liderança política.” O incidente de 1984 eventualmente levou à

renúncia de Shalom como líder do Shin Bet (LEVY, 2012) e balançou o governo israelense. (MOREH 2013 apud ANDERMAN, 2013)

Avraham Shalom em seu depoimento afirmou que Israel deve conversar com qualquer um que queira conversar com os israelenses, incluindo o Hamas, o Jihad Islâmica, e o então presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad. “No Estado de Israel, é um luxo muito grande não falarmos com nossos inimigos”, afirmou. “Mesmo se sua resposta for insolente, sou a favor de continuarmos. Não há outra alternativa”. Shalom continua: “Está na natureza do homem de inteligência profissional conversar com todos. É assim que você chega ao âmago das coisas. Eu descubro que ele não come vidro e ele vê que eu não bebo óleo”.

Outro importante momento do documentário é citação do filósofo e intelectual Yeshayahu Leibowitz em 1968 sobre o Estado israelense após a Guerra dos Seis Dias.

Um país que controla uma população hostil de um milhão de estrangeiros será, necessariamente, um Estado Shin Bet, com tudo o que isto requer, com implicações sobre a educação, liberdade de expressão e de pensamento e sobre a governança democrática. A corrupção que caracteriza todo regime colonial também irá infectar o Estado de Israel. A administração terá que lidar, por um lado, com a supressão de movimentos rebeldes árabes, e por outro cultivar desertores, traidores árabes. (LEIBOWITZ, 1968, APUD ANDERMAN, 2013).

Yuval Diskin, que chefiou o Shin Bet entre 2005 e 2011, respondeu com firmeza: "Eu concordo com cada palavra." (ANDERMAN, 2013).

De sua parte, Yaacov Peri, que atuou como chefe da agência de 1988 à 1995, e foi eleito em 2013 para o Parlamento como membro do partido centrista *Yesh'Atid* ou em inglês '*There is a Future*' reconheceu que “qualquer um que serviu no Shin Bet e saiu com memórias de operações envolvendo ataques noturnos à casas de famílias aterrorizadas ‘se torna um pouco esquerdista’.” (PERI, 2012, APUD ANDERMAN, 2013; RUDOREN, 2013).

Ao se referir ao momento pós Guerra de 1967 e a conseqüente ocupação da Faixa de Gaza, Cisjordânia, Península do Sinai e Colinas de Golã, Avraham Shalom declara sobre o aumento de securitização na agência:

Colocando de forma cínica, felizmente para nós, o terrorismo aumentou. [...] porque agora tínhamos trabalho. E paramos de lidar com o Estado da Palestina. Assim que paramos de lidar com o Estado palestino e começamos a lidar com o terrorismo, o terror tornou-se mais sofisticado. E então nós também. De repente, nós tínhamos um monte de trabalho em Gaza e na Cisjordânia. E no exterior também, então nós esquecemos sobre a questão palestina. (SHALOM, 2012)

O documentário coleciona uma porção de fases e declarações impactantes, como é o caso de “Na guerra contra o terror esqueça-se da moralidade”. Avraham Shalom também declarou: “Não havia nenhuma estratégia, somente táticas” e “É um traço muito negativo o que adquirimos. Nós nos tornamos cruéis, para nós mesmos, mas principalmente para a população ocupada, usando a desculpa da guerra contra o terrorismo”. Ami Ayalon, chefe do Shin Bet de 1996 à 2000, declara em dada parte do documentário: “Você se pergunta cada vez menos e menos onde parar”. Ayalon também lamenta: “A tragédia do debate de segurança pública de Israel é que nós não nos damos conta de que estamos diante de uma situação frustrante em que vencemos todas as batalhas, mas perdemos a guerra”. Yuval Diskin, no cargo de 2005 à 2011, ao expressar sua dificuldade em sentar-se à mesa para negociar o processo de paz com terroristas afirma: “Para eles, a propósito, eu também era um terrorista. O terrorista de uns é o combatente da liberdade de outros”.<sup>5</sup>

Os interlocutores de Moreh também admitiram o uso de algumas formas de interrogação aumentada (as chamadas *enhanced interrogation techniques*) como sacudir a cabeça dos interrogados de forma violenta e utilização da privação de sono. Diskin descreve o processo: “nós descobríamos quem queríamos recrutar [como informante] e, em seguida, fazíamos esta pessoa fazer coisas que ela nunca imaginou que faria”.

De acordo com o diretor, foi importante para ele que o espectador entendesse que o documentário é baseado em documentos genuínos e autênticos. O que mais lhe interessa são os escrúpulos morais, a razão psicológica que motiva uma pessoa. (ANDERMAN, 2013)

Moreh reconheceu em sua entrevista à Nirit Anderman que foi repetidamente surpreendido pelos ex-agentes. “Fiquei de queixo caído por pelo menos vinte vezes em cada entrevista” disse ele. Moreh menciona especificamente o monólogo de Yuval Diskin ao se referir a uma questão que lhe foi colocada sobre uma ordem ilegal, sobre o que acontece com você quando você se levanta e decide tirar a vida de um ser humano. “Eu absolutamente não esperava uma coisa dessas” afirmou Moreh. (ANDERMAN, 2013).

O depoimento de Yuval Diskin nesta passagem que marca a abertura do documentário, transcrito abaixo, é verdadeiramente impressionante:

---

<sup>5</sup> Nesta passagem Diskin fez referência à citação de Gerald Seymour introduzida em seu livro ‘Harry’s Game’ publicado em 1975 que travada do Exército Republicano Irlandês: “*One man’s terrorist is another man’s freedom fighter*”.

Existem as 'operações super limpas' quando ninguém ficou ferido, exceto os terroristas. Mesmo assim, mais tarde, a vida pára à noite, durante o dia, quando você está se barbeando... Todos nós temos os nossos momentos. Durante as férias... você diz: "ok, eu tomei uma decisão e um número x de pessoas foram mortas. Eles estavam definitivamente prestes a lançar um grande ataque. Ninguém perto deles ficou ferido. [A operação] foi o mais estéril possível". No entanto, você ainda diz: "há algo de anormal nisso". O que não é natural é o poder que você tem de pegar essas pessoas, terroristas, e tomar suas vidas em um instante. (DISKIN, 2012).

O diretor afirma que os agentes do Shin Bet são nada mais que emissários enviados pelo Estado de Israel, em nome dos cidadãos israelenses, para lidarem de forma violenta e brutal com o conflito Israelo-Palestino e hoje dizem basta ao uso da violência, acreditando que o conflito não mais pode ser resolvido desta forma. Dror Moreh continua:

Os funcionários do Shin Bet, Moreh diz, são nada mais do que emissários. Eles são enviados pelo Estado de Israel para lidar com o conflito iraelo-palestino em nome do país. "Para o público de Israel, especialmente em Tel Aviv, é sempre muito fácil de criticar e dizer que o Shin Bet é conduzido com brutalidade", diz ele. "É importante que eles façam isso [critiquem], mas você também precisa se lembrar de que eles são enviados em nosso nome para fazer o trabalho mais sujo e fétido que possa existir, para que então você e eu possamos sentar aqui e conduzir uma conversa em paz e tranquila, sem ser explodido", ele acrescenta. [ ... ] "A propósito, eu não acho que eles expressem suas opiniões políticas no filme. Eu não acho que eles estejam vindo quer seja da esquerda ou da direita, mas em vez disso eles são muito pragmáticos e falam a partir de uma compreensão profunda do que este conflito custou, está custando, e continuará a custar, se tudo continuar a ser tratado como está sendo tratado [agora]. Eles sabem disso. Eles fizeram uso da força. Como nossos emissários, eles fizeram todo o possível para suprimir esta coisa e eles vêm hoje e dizem: 'Chega. Não é possível continuar deste jeito. Nós já tivemos o suficiente com a força. Ela não funciona e também não vai funcionar [no futuro]' ". (ANDERMAN, 2013).

De acordo com Avi Dichter, chefe do Shin Bet de 2000 à 2005, e hoje Ministro de Proteção da Frente Interna, "a paz não é criada através de meios militares". É preciso construir a paz através de relações de confiança, quer seja após campanhas militares quer seja sem hostilidades. Como alguém que conhece bem os palestinos, afirma, "não é preciso ser um problema construir relações genuínas de confiança com eles". (ANDERMAN, 2013; RUDOREN, 2013). Uma das declarações mais desencorajadoras em 'Os Guardiões' reflete quantas vezes os líderes israelenses desperdiçaram oportunidades para acabar com a ocupação da Cisjordânia ou permitiram a expansão da construção dos assentamentos ilegais, apesar de uma quase garantida resposta violenta do lado oposto. Shalom declara: "Qual é a diferença entre Golda Meir e Begin? Nenhuma. Ele não visitou os árabes. Ela também não".

Para Gideon Levy, os agentes do Shin Bet eram apenas subcontratados na guerra contra o terror. Eles sabiam que o que estavam fazendo não somente era desumano, imoral ("não há moralidade", como declarado por Shalom) como também às vezes ilegal. Ao lado dos sucessos, argumenta, eles sabiam que suas ações causaram mais que alguns desastres para Israel, mas ficaram em silêncio. Levy continua: "agora, quando já é tarde demais, eles se lembram de falar, e mesmo assim não corajosamente o suficiente". (LEVY, 2012)

Agora eles se lembram de dizer que o problema palestino não pode ser resolvido com a força, que cada assassinato engendrou um substituto mais radical, que eles e seus agentes interrogaram e torturaram dezenas de milhares de palestinos, "talvez centenas de milhares", e que todo o negócio era inútil. (LEVY, 2012)

Gideon Levy é bastante crítico quanto a responsabilidade dos líderes do Shin Bet na 'luta contra o terror' e quanto a necessidade de julgá-los pelos crimes e abusos cometidos:

Revirando os olhos, eles passam a responsabilidade para a liderança política, cujo papel eles menosprezaram, como se eles não pudessem ter influenciado muito mais, ou terem torturado e assassinado muito menos. Como se eles não soubessem naquele momento que ao lado das bem sucedidas operações de contra-terrorismo, a questão de quanto terror seus métodos cruéis inflamaram clamava por uma resposta. Quantos novos terroristas não nasceram nas celas de interrogatório nas quais dezenas de milhares de pessoas foram sacudidas, espancadas, atadas, humilhadas e torturadas através dos métodos monstruosos cujo uso eles admitiram. Há países em que os indivíduos que são responsáveis por atos semelhantes foram processados, em outros eles ao menos demonstraram remorso anos depois. Não é assim para as nossas cabeças do Shin Bet. Aqui eles são convidados bem-vindos em todos os estúdios de notícias ou partidos, celebridades cujas opiniões são valorizadas, estrelas que decoram listas partidárias, heróis nacionais que ninguém pensaria em repudiar. Os guardiões de Israel, se é que alguma vez eles realmente o foram, estes que permanecem exatamente como eram - sem dores de consciência, sem consciência nenhuma, e sem arrependimentos. Por que eles deveriam se comportar de forma diferente? Afinal, Israel continua a aplaudi-los. (LEVY, 2012)

Os seis ex-líderes Shin Bet também reconhecem que a ocupação da Cisjordânia inflige grande dano ao lado israelense. "O futuro é negro", afirma Avraham Shalom, em um dos comentários mais duros do filme. "Isso traz uma mudança na natureza da população, porque você está colocando a maior parte de nossos jovens no exército, e eles veem as contradições lá. Por um lado, [é um exército] que quer ser um exército do povo, e de outro, é um cruel exército de ocupação, similar ao dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial." (ANDERMAN, 2013).

Moreh afirma que o filme lhe tornou “muito mais pessimista” em relação ao conflito na região. Para ele, “nós passamos o ponto sem retorno”, e atualmente nenhum líder em sua opinião seria capaz de tomar as decisões necessárias para resolver o conflito. Moreh afirmou que os antigos líderes do Shin Bet são bastante mais otimistas que ele, afirmando que uma liderança forte e resoluta pode executar o processo de paz. Contudo, Moreh não vislumbra este tipo de liderança no horizonte, e diz ter perdido a esperança. Das pessoas que hoje vislumbra na política israelense, “Eu não vejo ninguém que possa levar esta carga sobre seus ombros, e a conclusão é muito sombria e deprimente”. (ANDERMAN, 2013).

Yuval Diskin, chefe do Shin Bet de 2005 à 2011, criticou as políticas israelenses em relação aos palestinos neste último 04 de Dezembro de 2013 em um fórum público que marcou o décimo aniversário da Iniciativa de Genebra<sup>6</sup>. Diskin fez uso de seu discurso no evento para alertar que “as ramificações do falho processo de negociação são muito mais graves para o futuro de Israel do que o programa nuclear iraniano<sup>7</sup>”. Diskin afirmou que “um acordo é necessário agora, antes que cheguemos a um ponto de não retorno, depois do qual uma solução de dois Estados será impossível”. “E eu digo isto mesmo sendo impopular fazê-lo”. (RAVID, 2013). Diskin continuou em sua defesa do processo de paz dialogado:

“Eu gostaria de ter certeza que a nossa casa aqui tem fronteiras claras, e que nós estamos colocando a santidade do povo antes da santidade da terra”, acrescentou Diskin. “Eu quero uma pátria que não requeira a ocupação de outro povo a fim de manter-se.” [...] Ao criticar as políticas do governo, Diskin disse também “a coalizão em Israel e os problemas de controle no Likud estão tornando um acordo com os palestinos impossível”. A tensão entre os dois povos está tornando impossível o alcance e implementação de um acordo. [...] “Devemos criar esperança. Devemos dar aos dois povos a sensação de que há uma chance para a paz. O acordo político cínico, posto em prática pelo governo para evitar um congelamento dos assentamentos durante os primeiros estágios das negociações de paz era irritante, e com razão. Nós devemos criar uma nova coalizão no governo israelense, uma que inclua os partidos que apoiem a paz” [...] “Não parece que o atual governo esteja tentando mudar a atual tendência em curso dos assentamentos”, disse Diskin. “Os nossos amigos em todo o mundo estão desistindo quando se trata de implementar a solução de dois Estados para a região. Há uma grande frustração na Cisjordânia. Os palestinos sentem que o seu país está sendo roubado deles. Entre muitos palestinos há

---

<sup>6</sup> A Iniciativa de Genebra é uma proposta para a paz não oficial de dois Estados lançada em Outubro de 2003 por um grupo privado de israelenses e palestinos. A iniciativa foi encabeçada pelo arquiteto de Oslo e ex-vice-chanceler Yossi Beilin no lado israelense, e ex-ministro Yasser Abed Rabbo do lado palestinos. (RAVID, 2013).

<sup>7</sup> Em resposta à afirmação de Diskin, o primeiro-ministro Netanyahu afirmou que “qualquer um que pense que a ameaça palestina é maior que a ameaça de uma bomba nuclear iraniana é desconectado da realidade e carente de visão estratégica” (RAVID, 2013).

uma sentimento de que não há futuro, apenas um passado negativo." (RAVID, 2013)

Os seis líderes aprovaram interrogações brutais dos indivíduos detidos, ainda que não esteja clara qual a extensão das técnicas e dos métodos utilizados para convencimento dos presos em traírem suas cidades natais e até comandarem assassinatos. Os ex-agentes fizeram uso do massivo poder à sua disposição em um esforço para prevenir ataques terroristas e proteger a população de Israel. Contudo, os custos humanos e morais requeridos por este objetivo eram por vezes grandes demais. (ANDERMAN, 2013). Os seis entrevistados acabam por reconhecer os erros cometidos durante suas respectivas gestões e criticam as decisões tomadas pelas lideranças políticas às quais se reportavam. Conforme descreve Rudoren, os ex-líderes do Shin Bet “falam com um misto de orgulho e vergonha sobre os interrogatórios brutais e operações mortais, com um deles se referindo a um assassinato em particular como uma operação muito limpa e elegante”. (RUDOREN, 2013)

Para os amantes das estratégias nacionais de defesa, o documentário demonstra a excepcional capacidade do Estado israelense em termos de coleta de informações e inteligência. A enormidade dos arquivos do Shin Bet que processam informações, dados, coletam entrevistas e depoimentos impressiona o espectador. Em termos técnicos, o Shin Bet é provavelmente uma das agências com a maior e mais meticulosa coleção de dados sobre famílias, aldeias, grupos e instituições tanto palestinas quanto dos países que fazem fronteira com Israel, haja vista suas operações nas Colinas de Golã e principalmente no sul do Líbano. Contudo, o aspecto ético é o que chama mais atenção no documentário, ao se questionar a moralidade em se despejar uma bomba de uma tonelada (ou de um quarto de tonelada) por um F-16 em uma área altamente povoada de Gaza, da utilização dos assassinatos dirigidos (*targeted assassinations*) e das técnicas de interrogatório ‘aprimoradas’ (“*enhanced*” *interrogation techniques*).

O documentário de Dror Moreh é excelente, não somente pela coragem do diretor e pelos impressionantes depoimentos dos seis líderes que avaliam sua carreira, a ocupação e o processo de paz em retrospecto, como pelas questões que naturalmente incita no público: o custo moral e humano das táticas anti-terroristas, a precariedade do processo de paz e do diálogo, a viabilidade da solução de dois Estados, o monopólio sobre segredos de Estado relativos à segurança nacional e questões de direitos humanos, direito à resistência palestina, violenta e não violenta, além de questões

identitárias em relação aos árabes, desumanização do inimigo e posterior inevitabilidade da violência, dentre tantas outras. O filme nos permite até elaborarmos sobre temas mais acadêmicos ligados ao estudo do terrorismo, como a eficácia do assassinado (dirigido) dos líderes espirituais de grupos insurgentes e a presença de terrorismo interno dentro de células judaicas extremistas, como a conspiração para explodir o Monte do Templo nos anos 1980 e o assassinato de Yitzhak Rabin em 1995. Cabe ao espectador, por exemplo, avaliar se os então líderes máximos do Shin Bet são nada mais do que emissários e atendem às vontades políticas do Estado israelense e, no limite, da população israelense, ou se possuem autonomia em relação às suas práticas e escolhas. Cabe ao espectador se questionar se, então, simples emissário do governo ou agente autônomo, este homem e esta agência que promovem técnicas no mínimo questionáveis contra o chamado terror palestino representam o desejo do cidadão médio israelense. O documentário nos indica que os ex-líderes da agência abandonaram a brutalidade como *modus operandi* ao lidar com o conflito. E a população israelense, teria também chegado a esta mesma conclusão?

## Referências bibliográficas

- ANDERMAN, Nirit. Acclaimed film The Gatekeepers reveals jarring insight into Israel's defense establishment. **Haaretz**, Israel, 07 de Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.haaretz.com/culture/arts-leisure/acclaimed-film-the-gatekeepers-reveals-jarring-insight-into-israel-s-defense-establishment.premium-1.492343>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2013.
- DENBY, David. 'The Gatekeepers'. **The New Yorker**, Nova Iorque, 29 de Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.newyorker.com/online/blogs/culture/2012/11/the-gatekeepers-directed-by-dror-moreh.html>. Acesso em: 13 de Março de 2014.

LEVY, Gideon. The Gatekeepers? Shin Bet heads who deserve repudiation are valued in Israel as national heroes. **Haaretz**, Israel, 30 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/opinion/the-gatekeepers.premium-1.490739>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2013.

RAVID, Barak. Ex-Shin Bet chief: Conflict with Palestinians riskier for Israel than nuclear Iran: 'I want a homeland that does not require the occupation of another people in order to maintain itself,' Yuval Diskin says. **Haaretz**, Jerusalém, 04 de Dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.561824>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2013.

RUDOREN, Jodi. 'Most Israelis Are Not Listening': 'Gatekeepers,' Oscar Nominee, Has Muted Reaction in Israel. **New York Times**, Nova Iorque, 25 de Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/01/27/movies/awardsseason/gatekeepers-oscar-nominee-has-muted-reaction-in-israel.html?pagewanted=all&r=0>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2013.

TAYLOR, Mark. Israel in trouble: review of The Gatekeepers, by Dror Moreh. **Open Democracy**, Londres, 21 de Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/mark-taylor/israel-in-trouble-review-of-gatekeepers-by-dror-moreh>. Acesso em: 14 de Março de 2014.

TROY, Gil. 'The Gatekeepers': Speaking spooks' coup d'etat. **The Jerusalem Post**, Jerusalém, 30 de Abril de 2013. Disponível em: <http://www.jpost.com/Opinion/Columnists/The-Gatekeepers-Speaking-spooks-coup-detat-311628>. Acesso em: 14 de Março de 2014.

## **Demais fontes de pesquisa**

THE GATEKEEPERS FILM. Israel. **Homepage**. Disponível em: <http://www.thegatekeepersfilm.com/en.html>.

Q&A: DROR MOREH AND EMAD BURNAT – AL JAZEERA. **Homepage**. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/video/middleeast/2013/02/20132238533812503.html>

MOSSAD – ISRAEL SECRET INTELLIGENCE SERVICE. Israel. **Homepage**. Disponível em: <http://www.mossad.gov.il/Eng/AboutUs.aspx>

SHABAK – ISRAEL SECURITY AGENCY. **Homepage**. <http://www.shabak.gov.il/english/Pages/default.aspx>

SHIN BET – HAARETZ. **Homepage.** Disponível em:  
<http://www.haaretz.com/misc/tags/Shin%20Bet-1.477755>

## **COSTUME E ESTRUTURA NO ORIENTE MÉDIO: DA DINÂMICA FAMILIAR AOS REGIMES POLÍTICOS**

**Resenha do livro:** *What's Really Wrong with the Middle East* (Brian Whitaker), Ed. Saqi, Londres, 2009.  
por Alcindo Gabriel Francisco<sup>1</sup>

Buscando debater sobre problemas estruturais do Oriente Médio, o livro *What's Really Wrong with the Middle East*, cuja primeira edição foi publicada em 2009, presencia o início do período de grandes movimentos sociais, o que o torna relevante objeto para análise da Primavera Árabe. O objetivo é desenhar um quadro do cenário em que se encontrava a região a fim de, como afirma o título, entender o que havia de realmente errado com o Oriente Médio. O autor, Brian Whitaker, é jornalista e editor do *The Guardian*, possui sites dedicados à política e cultura árabe, que usam de canais para ampliar os debates levantados no livro.

Ele faz uma síntese da sociedade árabe a fim de entender as estruturas sociais que levam a região a uma complexidade específica. Para isso, decompõe dinâmicas sociais como as familiares e tribais, a fim de compará-las e ligá-las às estruturas governamentais e às práticas dos regimes.

Ao assumir uma análise endógena, isto é, focada nos elementos interiores da cultura árabe, o autor evita uma postura fatalista e coloca as próprias populações como responsáveis pelos seus destinos, afastando-se das análises que focam excessivamente em influências externas. Mais que isso, o autor vê nas relações sociais, ao invés das relações de poder, a fonte maior dos conflitos no mundo árabe. Capítulo por capítulo, analisa temas básicos da vida no Oriente Médio, como educação, estrutura familiar, regimes políticos, religião, globalização, corrupção, censura e preconceito.

---

<sup>1</sup> Alcindo Gabriel Francisco é graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem cursos e pesquisas pela Universidade Hebraica de Jerusalém e atualmente é funcionário da Missão Americana no Brasil.

“Mudança – para que seja significativa – deve começar na cabeça das pessoas” (Whitaker, 2009). Assim, um dos fatores cruciais para mudanças substanciais na região é a cultura, refletida nas mentalidades individuais, que se desenvolve principalmente a partir da educação. O autor está convicto de que a educação no mundo árabe é onde o paternalismo da estrutura familiar, o autoritarismo do Estado e o dogmatismo religioso se encontram, desencorajando pensamento crítico, bloqueando criatividade e instalando um ambiente de submissão. Esse cenário, segundo o autor, é a origem? dos problemas estruturais enfrentados na região.

O autor se põe em concordância com estudos que indicam que o estilo mais difundido de criação em famílias árabes é o autoritário, acompanhado de superproteção. Este processo teria continuidade nas escolas e nas universidades, onde não incentivariam questionamentos e os métodos de avaliação testariam apenas a memorização. Observa, portanto, um sistema que recompensa àqueles que se mostram recipientes passivos de conhecimento.

Para esta linha de análise, os materiais e as diretrizes educacionais também tentam instigar lealdade e obediência ao regime, objetivando a sobrevivência do mesmo e, frequentemente colocando a culpa em elementos externos. Na visão do autor, os países árabes precisam urgentemente de mudanças nos seus sistemas educacionais para que uma mudança real possa acontecer.

Esse processo, por sua vez, tem paralelos com as relações sociais familiares. É impossível entender o mundo árabe se não considerarmos a importância de sangue, parentesco e família. Afinal como argumenta o autor, esses elementos dão forma e conteúdo à região. Para Halim Barakat, autor de *The Arab World: Society, Culture and State* (1993), a “sociedade árabe é a estrutura familiar aumentada e a família é a sociedade em miniatura.” O paternalismo, que guia a dinâmica das famílias árabes é refletido na forma como os regimes se relacionam com suas populações. A relação líder-povo pode ser vista como reflexo da relação de pai e filhos, onde coerção e obediência têm papéis estruturais.

O autor comenta que “o Egito tem milhões de Mubaraks” (Whitaker, 2009), para ilustrar de forma contundente que apesar de criticarem as políticas dos regimes, a população árabe mostra não perceber que pratica as mesmas ações dentro de casa ou em comunidade. A unidade familiar, por exemplo, seria o começo de uma coerção à liberdade.

Apesar de a família ser também um símbolo de pertencimento, com grande importância cultural e identitária, o autor argumenta que a importância dada aos parentescos e nomes familiares, excessiva no mundo árabe, gera nepotismo e prejudica a meritocracia e a igualdade de oportunidades. Apesar de amplamente criticada, esta é uma prática que todos abrem exceção quando é para o próprio benefício.

O núcleo familiar faz parte de uma estrutura ainda maior de clãs e tribos. Apesar de mais fraco em áreas urbanas, o tribalismo ainda tem força e amplo alcance. Para muitos, o sistema

tribal não promove a igualdade, pelo contrário, ele atribui valor e peso às pessoas por algo que lhes é externo. É importante também notar que o tribalismo ganha força e sobrevive na ausência do Estado, principalmente no que tange o estado de direito. A ineficiência e a corrupção dos tribunais, criam lacunas para o exercício de cortes tribais, mais representativas dos anseios regionais e das dinâmicas de cada clã em questão.

O autor é veemente ao acreditar que as rígidas obrigações de sangue e parentesco prejudicam o caminho a um Estado democrático e igualitário no mundo árabe, já que minam a liberdade e boa governança.

Ele argumenta que os regimes árabes passam por uma crise de legitimidade. Tentar explicar como e por que esses regimes duram tantas décadas é um dos principais objetivos do autor. O argumento de que a manutenção destes regimes é obtida através da repressão, ainda que parcialmente verdadeiro, reduz a análise a um nível superficial. Dificilmente um regime consegue cooptar uma nação inteira através da coerção sem criar inimigos e datar seu próprio fim. O autor vai além e observa que quem controla um Estado não democrático tem acesso a seus fundos e pode usá-los de maneira indiscriminada se valendo da máquina estatal para ganhar aliados e enfraquecer oponentes.

A melhor definição para os regimes árabes, na visão do autor, é de que são autoritários e autocráticos. Autoritários porque são repressivos e desencorajam questionamentos. Autocráticos porque são fortemente concentrados no chefe de estado. Esta figura pode ser extremamente personalizada, tendo o líder uma imagem paternal, onde em conceito é benevolente e justo com seus “filhos.”

A religião é também usada como estratégia de sobrevivência dos Estados. Quando estes fazem do Islã sua religião oficial, automaticamente ganham outra fonte de legitimidade, a de defensores da fé, e instauram um pretexto legal para intervenção do Estado nos assuntos religiosos. Contudo, também viram alvo automático de movimentos islâmicos que vão advogar pela aplicação “correta” do Islã.

Um grande dilema hoje entre muçumanos é o debate entre tradição e secularismo. Muitos veem as ideias, ideologias e instituições ocidentais como grandes ameaças aos valores islâmicos. O secularismo é, nesse contexto, um produto do ocidente. O próprio termo adquiriu conotações negativas, implicando em hostilidade. Este fenômeno pode ser visto como uma consequência da experiência negativa que essas populações sofreram durante o período colonial, além das atrocidades cometidas por ditadores que tentaram impor violentamente o secularismo na região.

O debate sobre o papel do Islã em uma sociedade secular é amplo e antigo. Para o autor, um passo importante seria o desenvolvimento de uma pluralidade de pensamentos, já que

secularismo e Islã não são excludentes. Isso reduziria o abuso de direitos sob o pretexto religioso.

Além do secularismo, a globalização também é vista por muitos como produto do ocidente, uma nova fase do imperialismo ocidental e que deve ser resistida. Contudo, afirma o autor, ela não ameaça a existência dos Estados-nação, mas a existência de Estados-nação como os regimes árabes os concebem.

A apresentação de um mundo mais interdependente e conectado representa para muitos um risco à sobrevivência das tradições que dão identidade à região. Contudo, o autor argumenta que até os setores mais tradicionais da sociedade árabe fazem bom uso da modernidade, como o site IslamOnline, que propaga valores islâmicos através de plataformas digitais.

A globalização, entretanto, gera um livre mercado de ideias que não estão mais ligadas a fronteiras nacionais ou culturais. Neste contexto, a diversidade que este movimento traz diminui a capacidade de resistência das forças tradicionais da sociedade, que tentam impor regras em uma monocultura rígida que estaria prestes a ser questionada.

O autor usa a dinâmica tribal do mundo árabe para explicar em grande parte as práticas de corrupção. Num caráter de denúncia, ele desenha um quadro onde todos os níveis da sociedade árabe são postos à prova. Uma característica forte dessa obra é o uso de imagens cotidianas dos cidadãos para ilustrar seus costumes e práticas. Para ele, a população não só tem ampla consciência dos malefícios da corrupção, como está cansada dos abusos que vêm com ela. Entretanto, segundo ele, esse costume é perpetuado por estes próprios indivíduos. Na teoria condenam, mas na prática, usam em benefício próprio.

Um capítulo inteiro do livro é dedicado a *Wasta*, chamada pelo autor de Vitamina W, que segundo ele é a verdadeira força por trás do Oriente Médio. É um sistema de conexões, muito influenciado pela dinâmica familiar e tribal, onde tudo se consegue através dos contatos e da troca de favores entre indivíduos ou grupos. Para ele, esse sistema sobrevive na ineficiência e fracasso do estado e suas instituições. É na *Wasta* que muitos vão encontrar o único veículo para resolução de seus problemas, seja para escapar das arbitrariedades do Estado ou para obter benefícios próprios a custa dos demais grupos da população.

Em muitos países do Oriente Médio, as liberdades de expressão e de associação não são vistas como liberdades fundamentais, mas como favores e bônus concedidos pelo Estado. A maior parte dos regimes impõe cotas e uma série de restrições burocráticas para o livre exercício de publicações, ONGs e associações. Essa forte supressão da sociedade civil se dá em grande parte como estratégia de sobrevivência do regime e como consequência da promíscua relação entre as elites e o poder público. Já que limitar a sociedade civil gera graves violações de leis internacionais, os regimes árabes usam da burocracia como principal arma para a contenção desses movimentos.

A internet criou um novo paradigma nessa dinâmica. Em um ambiente livre, onde todos podem discutir sobre qualquer tema, se inicia um novo modelo de associação e de denúncias contra os abusos dos regimes. Os governos começam a enfrentar uma crise ao tentarem usar métodos antigos de controle a uma nova realidade.

O autor denuncia que o maior vilão no mundo árabe hoje não são os regimes autocráticos, mas sua própria população. Pior que os abusos à liberdade promovidos pelos governos, são os abusos que os próprios cidadãos se impõem. “A discriminação baseada em raça, religião, etnia, gênero, sexualidade, tribo, família ou local de origem é certamente difundida e profundamente enraizada. Árabes apontam corretamente que a discriminação não é de fenômeno único de seus países, mas o verdadeiro problema é a falta de esforço para controlá-la. As práticas discriminatórias são tão comuns e assumem tantas formas que tendem a ser aceitas como a norma e se tornaram, em certa medida, institucionalizadas” (Whitaker, 2009). E, apesar das cláusulas de igualdade nas constituições, no Islã e no imaginário de todos, a realidade na prática é muito diferente, pois às etnias, aos grupos religiosos e às mulheres ainda são negados direitos fundamentais.

A discriminação ocorre em sentido positivo e negativo: enquanto alguns sofrem preconceito, outros recebem tratamento preferencial, seja por questões de raça, religião, gênero ou pela dinâmica tribal. Logo, a sensação inerente à cultura árabe de que todos devem ajudar àqueles que possuem afinidades ou aos que devem favores, entra em conflito com os princípios de igualdade. Práticas como a indicação da religião nas carteiras de identidade egípcias ou os assentamentos árabes no nordeste da síria a fim de conter uma maioria de cidadãos sírios curdos, são exemplos de que os princípios de igualdade não passam da retórica.

Por fim, o autor traz para reflexão o histórico do mundo árabe em se isentar dos problemas que lhe assola. Para o autor, tudo o que foi mencionado no livro é um sumário de como esta sociedade se relaciona internamente. O livro se isenta das influências externas sobre os problemas da região numa tentativa de ilustrar sem interferências a responsabilidade que os atores internos têm no que tange a seus próprios problemas. O Oriente Médio se acostumou a sempre se colocar no papel de vítima, culpando elementos externos pela ineficiência de suas sociedades. Este pensamento “internalista” encontra paralelos nas obras de autores como David Pryce-Jones, mas é única ao destacar que o Islã é apenas mais uma característica e um meio desta sociedade, e que não necessariamente implica em atraso no seu desenvolvimento.

A hipocrisia é um elemento de difícil digestão. Críticas a Abu Ghraib, Guantánamo e outras violações de direitos humanos pelo ocidente não podem significar uma negligência às atrocidades cometidas nas prisões egípcias ou nas guerras civis em outras partes do Oriente Médio.

A palavra-chave na obra seria 'Déficit de Liberdade' árabe. Como o autor desenha, capítulo por capítulo, este déficit se manifesta de diferentes maneiras e em muitos lugares: em casa, nas escolas, em universidades e na política. Os problemas de patriarcado, autocracia, intolerância, discriminação, corrupção e supressão da liberdade de expressão estão todos ligados a um só problema: a negação de direitos igualitários. Para o autor, o primeiro passo para uma mudança positiva é que todos reconheçam que direitos são fundamentais, não privilégios, e que devem ser iguais a todos.

Ao questionar o que está realmente errado com o Oriente Médio, Brian Whitaker arrisca retratar os problemas do mundo árabe através dos costumes que marcam a rede de relações internas da região. Valioso documento para aqueles que buscam entender a dinâmica e estrutura da sociedade árabe e os desafios que enfrentam os recentes movimentos sociais.



